



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLVII — Nº 002

TERÇA-FEIRA, 18 DE FEVEREIRO DE 1992

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 1ª SESSÃO CONJUNTA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 1992

Sessão solene destinada à instalação dos trabalhos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 49ª Legislatura.

2 — **Edital da Associação Interparlamentar de Turismo**

Ata da 1ª Sessão Conjunta, em 17 de fevereiro de 1992

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 49ª Legislatura

Presidência do Sr. Mauro Benevides

ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Affonso Camargo — Alexandre Costa — Alfredo Campos — Almir Gabriel — Amir Lando — Antonio Mariz — Aureo Mello — Carlos De'Carli — Carlos Patrocínio — Chagas Rodrigues — Divaldo Suruagy — Elcio Álvares — Epitácio Cafeteira — Francisco Rollemberg — Garibaldi Alves Filho — Gerson Camata — Humberto Lucena — Hydekêl Freitas — João Calmon — João França — João Rocha — Jonas Pinheiro — Josaphat Marinho — José Eduardo — Júlio Campos — Lourival Baptista — Magno Bacelar — Márcio Lacerda — Marco Maciel — Mauro Benevides — Nabor Júnior — Nelson Carneiro — Onofre Quinan — Raimundo Lira — Ronan Tito — Valmir Campelo.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Roraima

João Fagundes — PMDB; Júlio Cabral — PTB; Ruben Bento — Bloco; Teresa Jucá — PDS.

Amapá

Aroldo Góes — PDT; Lourival Freitas — PT; Valdenor Guedes — PTR.

Pará

Alacid Nunes — Bloco; Mário Chermont — PTR; Mário Martins — PMDB; Osvaldo Melo — PDS; Paulo Rocha — PT; Paulo Titan — PMDB; Socorro Gomes — PC do B; Valdir Ganzer — PT.

Amazonas

Átila Lins — Bloco; Beth Azize — PDT; Euler Ribeiro — PMDB; Êzio Ferreira — Bloco.

Rondônia

Carlos Camurça — PSC; Reditário Cassol — PTR.

Acre

Adelaide Neri — PMDB; Célia Mendes — PDS; João Tota — PDS; Ronivon Santiago — Bloco; Zila Bezerra — PMDB.

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****PASSOS PÔRTO**

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo

CARLOS HOMERO VIEIRA NINA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 3.519,65

Tiragem 2.200 exemplares.

Tocantins

Eduardo Siqueira Campos - PDC; Hagahús Araújo - PMDB; Paulo Mourão - PDS.

Maranhão

Cid Carvalho - PMDB; Costa Ferreira - Bloco; Daniel Silva - Bloco; Francisco Coelho - PDC; João Rodolfo - PDS; José Burnett - Bloco; José Reinaldo - Bloco; Pedro Novais - PDC; Ricardo Murad - Bloco; Roseana Sarney - Bloco; Sarney Filho - Bloco.

Ceará

Aécio de Borba - PDS; Antônio dos Santos - Bloco; Ariosto Holanda - PSB; Edson Silva - PDT; Ernani Viana - PSDB; Gonzaga Mota - PMDB; Jackson Pereira - PSDB; José Linhares - PSDB; Mauro Sampaio - PSDB; Moroni Torgan - PSDB; Pinheiro Landim - PMDB; Ubiratan Aguiar - PMDB; Vicente Fialho - Bloco.

Piauí

B. Sá - ; Felipe Mendes - PDS; José Luiz Maia - PDS; Murilo Rezende - PMDB; Mussa Demes - Bloco; Paes Landim - Bloco.

Rio Grande do Norte

Aluizio Alves - PMDB; Henrique Eduardo Alves - PMDB; Laíre Rosado - PMDB; Ney Lopes - Bloco.

Paraíba

Efraim Moraes - Bloco; José Luiz Clerot - PMDB; Ramalho Leite - PDS; Rivaldo Medeiros - Bloco; Vital do Rego - PDT.

Pernambuco

Inocêncio Oliveira - Bloco; José Carlos Vasconcellos - Bloco; Maurílio Ferreira Lima - PMDB; Mavíael Cavalcanti - Bloco; Nilson Gibson - PMDB; Renildo Calheiros - PC do B; Roberto Franca - PSB; Roberto Magalhães - Bloco; Salatiel Carvalho - PTR; Wilson Campos - PMDB.

Alagoas

Augusto Farias - Bloco; Cleto Falcão - Bloco; Mendonça Neto - PDT.

Sergipe

Djenal Gonçalves - PDS; Messias Góis - Bloco.

Bahia

Alcides Modesto - PT; Ângelo Magalhães - Bloco; Aroldo Cedraz - Bloco; Benito Gama - Bloco; Clóvis Assis - PDT; Geddel Vieira Lima - PMDB; Genebaldo Correia - PMDB; Jaques Wagner - PT; João Almeida - PMDB; João Alves - Bloco; Jorge Khoury - Bloco; José Falcão - Bloco; José Lourenço - PDS; Jutahy Júnior - PSDB; Luís Eduardo - Bloco; Luiz Moreira - PTB; Pedro Irujo - Bloco; Prisco Viana - PDS; Sebastião Ferreira - PMDB; Sérgio Gaudenzi - PDT; Waldir Pires - PDT.

Minas Gerais

Aracely de Paula - Bloco; Armando Costa - PMDB; Avelino Costa - PL; Fernando Diniz - PMDB; Humberto Souto - Bloco; Israel Pinheiro - PRS; João Paulo - PT; José Aldo - PRS; José Geraldo - PMDB; José Santana de Vasconcellos - Bloco; Luiz Tadeu Leite - PMDB; Nilmário Miranda - PT; Odelmo Leão - Bloco; Paulo Afonso Romano - Bloco; Romel Anísio - Bloco; Samir Tannús - PDC; Sandra Starling - PT; Sérgio Naya - PMDB; Tilden Santiago - PT; Zaire Rezende - PMDB.

Espírito Santo

Etevalda Grassi de Menezes - PMDB; Paulo Hartung - PSDB; Rita Camata - PMDB; Roberto Valadão - PMDB; Rose de Freitas - PSDB.

Rio de Janeiro

Arolde de Oliveira - Bloco; Carlos Alberto Campista - PDT; Carlos Santana - PT; César Maia - PMDB; Jair Bolsonaro - PDC; Jandira Feghali - PC do B; Miro Teixeira - PDT; Paulo Ramos - PDT; Sandra Cavalcanti - Bloco; Sérgio Arouca - PCB; Sérgio Cury - PDT; Sidney de Miguel - PV; Vivaldo Barbosa - PDT; Vladimir Palmeira - PT.

São Paulo

Antônio Carlos Mendes Thame - PSDB; Cunha Bueno - PDS; Diogo Nomura - PL; Ernesto Gradella - PT; Florestan Fernandes - PT; Gastone Righi - PTB; Hélio Bicudo - PT; Liberato Caboclo - PDT; Magalhães Teixeira - PSDB; Maluly Netto - Bloco; Marcelino Romano Machado - PDS; Marcelo Barbieri - PMDB; Nelson Marquzezelli

— PTB; Roberto Rollemberg — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB; Valdemar Costa — PL; Walter Nory — PMDB.

Mato Grosso

José Augusto Curvo — PL; Rodrigues Palma — PTB.

Distrito Federal

Augusto Carvalho — PCB; Benedito Domingos — PTR; Chico Vigilante — PT; Eurides Brito — PTR; Maria Laura — PT; Osório Adriano — Bloco; Paulo Octávio — Bloco; Sigma-
ringa Seixas — PSDB.

Goiás

Délio Braz — PMDB; Lázaro Barbosa — PMDB; Mauro Borges — PDC; Paulo Mandarino — PDC; Pedro Abrão — PMDB; Roberto Balestra — PDC; Virmondes Cruvinel — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Elísio Curvo — Bloco; George Takimoto — Bloco; Nelson Trad — PTB; Valter Pereira — PMDB.

Paraná

Abelardo Lupion — Bloco; Basílio Villani — PDS; Carlos Scarpelini — PST; Delcino Tavares — PST; Élio Dalla-Vecchia — PDT; Ivânio Guerra — Bloco; Joni Varisco — PMDB; Max Rosenmann — Bloco; Paulo Bernardo — PT; Pedro Tonelli — PT; Said Ferreira — PMDB.

Santa Catarina

Ângela Amin — PDS; Eduardo Moreira — PMDB; Hugo Bichi — PDS; Luci Choinacki — PDS; Vasco Furlan — PDS.

Rio Grande do Sul

Adão Pretto — PT; Adroaldo Streck — PSDB; Adylson Motta — PDS; Amaury Müller — PDT; Antônio Britto — PMDB; Carrion Júnior — PDT; Celso Bernardi — PDS; Eden Pedroso — PDT; Fetter Júnior — PDS; Germano Rigotto — PMDB; Ibsen Pinheiro — PMDB; Ivo Mainardi — PMDB; João de Deus Antunes — PDS; José Fortunati — PT; Mendes Ribeiro — PMDB; Nelson Proença — PMDB; Odacir Klein — PMDB; Osvaldo Bender — PDS; Paulo Paim — PT; Valdomiro Lima — PDT; Victor Faccioni — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Declaro aberta a sessão.

Honram-nos com suas presenças o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Ibsen Pinheiro, o Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Sidney Sanches, que, com os Primeiros Secretários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, compõem a Mesa desta sessão de instalação da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 49ª Legislatura.

Convido os presentes a se postarem de pé para execução do Hino Nacional.

(É executado o Hino Nacional nas galerias. A tropa, no exterior, presta as continências de estilo. É hasteada a Bandeira Nacional nos mastros das duas Casas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Encontra-se presente na Casa o Sr. Embaixador Marcos Coimbra, Secretário-Geral da Presidência da República.

A Presidência designa a comissão integrada pelos líderes partidários, a fim de que acompanhe S. Exª a este plenário para que seja procedida a entrega da Mensagem Anual do Excelentíssimo Senhor Presidente da República. (Pausa.)

(Sua Excelência comparece, faz a entrega da mensagem e vai ocupar o lugar que está reservado no plenário)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Exmº Sr. Deputado Ibsen Pinheiro, Presidente da Câmara dos Deputados, Exmº Sr. Ministro Sidney Sanches, Presidente do Supremo Tribunal Federal, Exmº Sr. Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Torreão Braz, Exmº Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Carlos Átila, Exmº Sr. Presidente do Superior Tribunal Militar, Haroldo Erichsen da Fonseca, Exmº Sr. Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro Guimarães Falcão, Exmº Sr. Ministro-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Célio Borja, Exmº Sr. Desembargador-Presidente do Tribunal de Justiça Brasília, Exmº Sr. Representante de Dom Carlo Furno, Nuncio Apostólico, Exmª Srs. Embaixadores, Exmº Sr. Embaixador Marcos Coimbra, Exmº Sr. Deputado Salviano Guimarães, Presidente da Assembléia Legislativa do Distrito Federal, Srs. Parlamentares, minhas senhoras, meus senhores:

Instala-se, hoje, com esta solenidade magna, a 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 49ª Legislatura, obedecidas as normas constitucionais que disciplinam o funcionamento do Congresso Nacional.

Com a leitura da Mensagem Anual do Sr. Presidente da República, entregue pelo Embaixador Marcos Coimbra, aprestam-se a Câmara dos Deputados e o Senado Federal para um novo período de trabalhos, que se auspícia intensivo, caracterizado por decisões da maior relevância no que concerne à vida política, social e econômica do País. Temos uma nobre missão a cumprir com vistas a solucionar os grandes problemas que desafiam a inteligência, a visão e o patriotismo dos homens públicos. Dela não nos afastaremos, sob o impulso do ideal de servir às instituições e engrandecer a Pátria.

Iniciam-se, assim, as nossas sessões, num clima de perfeita identidade democrática, voltados todos os Parlamentares para a apreciação das matérias, com o fito de acelerar a sua tramitação até 30 de junho, quando o **quorum** nas duas Casas estará virtualmente assegurado, antevendo-se para o segundo semestre um maior deslocamento dos Congressistas aos seus respectivos Estados, em razão do pleito de 3 de outubro de 1992, quando Câmaras e Prefeituras Municipais serão, empenhadamente, disputadas por partidos e candidatos.

Não se descumprirá, certamente, o encargo de legislar, nem o de debater todas aquelas questões para cujo deslinde é reclamada a participação política do Congresso, atento, por outro lado, à missão de controlar e fiscalizar a administração direta e indireta, como estabelece a Lei Fundamental em vigor. Este Plenário é integrado por homens que dignificam a vida pública brasileira, não só pela pluralidade de aspirações — e nisto reside a grandeza da representatividade — mas sobretudo pela conduta intangível de saber ressaltar, nos atritos naturais da democracia, a área respeitável e de certa forma sagrada dos altos interesses da comunidade.

Buscando integrar-se na ânsia de modernização que domina todos os segmentos da sociedade, o nosso Parlamento situa-se nesse contexto inovador, que alcança as suas Comissões Técnicas e se reflete nos plenários, possibilitando a emissão de pareceres e votos lastreados em preciso conhecimento da nossa realidade.

Se a Câmara dos Deputados, clarivamente dirigida pelo Deputado Ibsen Pinheiro, caminha para um estágio de informatização de seus setores vitais, o Senado inaugurará, na semana entrante, um parque computacional de última geração, que possibilitará aos usuários do sistema, em Brasília ou nas várias unidades federativas, um acesso fácil a amplo Banco de Dados, no qual se acha armazenada uma gama diversificada de informações corretas e atualizadas.

Em razão disso, reduziu-se o número de servidores de ambas as Casas, com o enxugamento das folhas de pessoal, numa incontestável linha de austeridade que projeta imagem favorável, capaz de redimensionar o prestígio dos nossos representantes, com assento neste agosto plenário.

O relacionamento com o Judiciário e o Executivo processou-se em clima de harmonia e independência, prevalecendo o respeito mútuo, indispensável à preservação da normalidade político-institucional.

Se o País defronta-se com uma crise econômica de largas proporções, não se pode irrogar à face do Congresso a incriação — que seria gritantemente injusta — de obstaculizar a governabilidade.

O ânimo de que estamos possuídos é o de somar esforços para a superação do quadro adverso que nos desafia, esquecendo ressentimentos ocasionais ou divergências partidárias, em nome do interesse maior, que outro não é senão o bem-estar do povo brasileiro.

Desta forma, retomamos a nossa lide com inquebrantável firmeza, empenhando-nos para que tais sentimentos envolvam todas as bancadas, com positiva ressonância na alma nacional.

As minhas homenagens a todos os presentes e a minha confiança nos altos destinos do Brasil. (Palmas prolongadas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — O Sr. Primeiro Secretário da Mesa do Congresso Nacional, Deputado Inocêncio Oliveira, procederá à leitura da Mensagem Anual do Senhor Presidente da República.

É lida a seguinte:

MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL

Na Abertura da 2ª Sessão Legislativa
Ordinária da 49ª Legislatura

INTRODUÇÃO

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Renovo o respeito e o apreço que tenho pelo Congresso Nacional, ao qual me orgulho de haver pertencido, seguindo a tradição de meu pai e de meu avô.

Como disse ao tomar posse, necessito da colaboração permanente do Congresso, "berço da lei e espelho da opinião, cuja independência é, em toda parte, penhor da liberdade e evidência da democracia".

Venho dar-lhes meu depoimento sobre a hora presente da história brasileira, o trabalho do Governo, os desafios que temos pela frente e as justificadas esperanças com que já podemos enfrentá-los.

Senhores Congressistas,

1991 foi um ano difícil para os brasileiros. A luta contra a inflação exigiu que o Governo fosse firme e rigoroso na manutenção de forte austeridade monetária e fiscal, na drástica contenção dos gastos públicos.

Melhor seria se houvesse uma fórmula indolor para estancar o processo inflacionário; aí está, porém, os exemplos de numerosos países, inclusive alguns países vizinhos, a demonstrar nitidamente o contrário: não existem milagres.

Acabar com a inflação requer disciplina e sacrifício. Sei que o povo não tem boas lembranças de ocasiões anteriores em que os nossos governantes pediram sacrifícios. É preciso, no entanto, ressaltar as diferenças entre o passado e o presente.

No passado, os governantes foram escolhidos à revelia da vontade coletiva da sociedade; hoje, o Presidente da República é titular legítimo de mandato conferido pelo voto popular.

No passado, os planos e políticas governamentais eram elaborados e executados independentemente do que deles pensassem quer as lideranças políticas e sociais, quer a opinião pública em sentido mais amplo; hoje ocorre justamente o inverso: todos se posicionam, todos se manifestam, todos influem.

No passado, não havia limites para a ação do Executivo. O Legislativo e o Judiciário estavam tolhidos em seus papéis; hoje, existe um verdadeiro equilíbrio entre os três Poderes constituídos: cada um cumpre a missão que lhe cabe.

Assim, quando o meu Governo pede sacrifícios, está apenas indicando os esforços necessários para a realização dos objetivos que a própria sociedade definiu.

Em economia, tal como no cotidiano de cada um de nós, nada acontece por mágica: antes de haver a casa, houve o sacrifício de quem poupou para comprá-la e o trabalho de quem a construiu; antes de haver crescimento, é preciso que haja mais investimentos, mais trabalho, mais produção; antes de haver investimentos, é necessário que as condições sejam favoráveis, com estabilidade, segurança e boas perspectivas de retorno.

Para isso, uma das condições necessárias é acabar com a inflação, pois ela ao mesmo tempo em que penaliza duramente os brasileiros mais desassistidos, condena o País como um todo à estagnação e, em última instância, à pobreza.

A inflação agrava seriamente os nossos problemas sociais, acentua distorções, aprofunda injustiças, desgasta a moral coletiva, pois enaltece o imediatismo e a ganância, ameaçando o valor do trabalho e da austeridade.

Nos primeiros meses de meu Governo, conseguimos afastar a ameaça da hiperinflação. Agora, superada aquela etapa, praticamos uma política econômica que, evitando sobressaltos e consolidando a confiança interna e externa, coloca o Brasil no rumo da modernidade.

Em todas as nações que alcançaram o pleno desenvolvimento, os agentes econômicos contaram historicamente com a segurança de que as regras do jogo não seriam mudadas da noite para o dia. A previsibilidade, excluídas as oscilações inerentes ao funcionamento do mercado, é requisito básico para o êxito de qualquer economia.

No Brasil, um dos males trazidos pelo intervencionismo estatal foi justamente o vício das constantes alterações arbitrárias das normas econômicas ditadas pelo poder público. Assim, nesse ano de 1991, a conquista mais importante na esfera econômica foi a abolição definitiva dessas práticas e o conseqüente restabelecimento da tranquilidade do mercado.

Muitos analistas escreveram sobre o ocorrido no final de outubro passado, quando fortes movimentos especulativos criaram a idéia de que ou o Governo baixava algum tipo de pacote, ou voltava a hiperinflação. Não aconteceu nem uma coisa, nem outra: nem pacote, nem explosão inflacionária. Porque o Governo foi ao mesmo tempo firme, coerente e sereno. Como se disse naquela altura, o fantasma do descontrolado inflacionário enfrentou-nos de modo ameaçador, mas o Governo não caiu na tentação de recorrer aos enganosos recursos dos choques e das intervenções pretensamente salvadoras. Graças a essa postura do Governo, existe uma tendência de estabilidade da inflação, isto a despeito de havermos liberado praticamente todos os preços na economia e reajustado realisticamente as tarifas de serviços públicos.

Mas esse não é o único avanço registrado no ano passado: o Governo conseguiu manter o equilíbrio entre receitas e despesas públicas; a desestatização venceu resistências, conquistou apoio da sociedade e foi desencadeada com a venda de cinco empresas; Governo e iniciativa privada trabalharam juntos em prol da produtividade, da qualidade, e da competitividade de nossas indústrias; o Congresso Nacional aprovou a primeira fase da Reforma Tributária; a Lei de Informática consolida a abertura de nossa economia ao acabar este ano com a reserva de mercado no setor.

Internamente, os agentes econômicos começam a ver com maior clareza que o Governo escolheu um rumo, que está no caminho certo e vai segui-lo até o fim. De certa maneira, a estabilização do processo inflacionário é resultado desse início de reversão de expectativas.

No âmbito internacional, também melhoram os prognósticos em relação ao Brasil: multiplicam-se as declarações favoráveis de Governos e entidades privadas, e os investimentos estrangeiros voltam a fluir para cá, confiando em que poucas economias do mundo oferecem perspectivas tão vantajosas. Os progressos na renegociação da dívida externa, e em especial a recente aprovação pelo FMI da carta de intenções apresentada pelo Governo brasileiro, são contrapartida efetiva dessa confiança reconquistada.

Assumi com o País o compromisso de levar adiante essa luta pela estabilização da economia, pela normalização de relações com o sistema financeiro internacional e pela retomada do desenvolvimento. Estes são os meios para que sejamos capazes de realizar o objetivo maior de meu Governo: "reduzir as desigualdades sociais, assegurando aos brasileiros mais educação, mais saúde, mais segurança, mais dignidade para o cidadão. Os Centros Integrados de Apoio à Criança, os CIACs, são uma resposta concreta a esse desafio

e comprovam a preocupação e a determinação prioritária de meu Governo com o resgate de nossa dívida social.

É evidente que o Governo nada pode fazer sozinho, que vai precisar da compreensão e do respaldo do conjunto da sociedade, particularmente dos trabalhadores, empresários e líderes políticos.

Sempre soubemos que esse seria o grande desafio da redemocratização do Brasil; eleger um Presidente que teria de adotar medidas duras para tirar-nos da crise, para devolver-nos a esperança. Fosse quem fosse o eleito, teria a obrigação política e moral de fazer isso, pois estava em jogo o destino da Nação.

Cabe ainda uma referência especial ao papel que a política externa de meu Governo desempenhou na consolidação de nossa credibilidade perante a comunidade mundial. Do trabalho contínuo e persistente da diplomacia brasileira, alguns feitos merecem destaque particular: a entrada em vigor do Tratado do Mercado Comum do Sul, o MERCOSUL; a assinatura do "Rose Garden Agreement" entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, os países membros do MERCOSUL, e o Estados Unidos da América; o acordo Brasil-Argentina para uso exclusivamente pacífico da energia nuclear e o acordo de salvaguardas firmado conjuntamente por ambos os países com a Agência Internacional de Energia Atômica. Registro, igualmente, o empenho com que nos dedicamos à preparação política e logística da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a realizar-se na cidade do Rio de Janeiro, no próximo mês de junho.

Nessas e em outras áreas de nossa ação diplomática, são da maior relevância o concurso e o respaldo do Congresso Nacional. No que diz respeito à Conferência Rio-92, Senadores e Deputados devem juntar-se ao Governo e às organizações sociais na tarefa de mobilizar os brasileiros para este que será um dos maiores acontecimentos da história de nossa presença internacional e, também, momento decisivo para toda a humanidade. Estará em jogo nada menos que a própria possibilidade da vida sobre a Terra: a Conferência será ocasião para que o mundo reflita sobre um novo modelo de desenvolvimento, capaz de levar-nos a ingressar no Terceiro Milênio com perspectivas seguras de erradicação da pobreza e de restabelecimento da harmonia entre o Homem e a Natureza.

Senhores Congressistas,

Parece-me justo reconhecer que o Governo já fez muito, apesar das limitações de meios, das dificuldades da conjuntura internacional e das resistências de certos setores de nossa sociedade. Trabalhamos com afinco e determinação, levamos adiante nossos planos, mas nunca deixamos de apontar a necessidade do debate coletivo sobre os grandes problemas nacionais como única forma de alcançar as verdadeiras soluções. O Executivo tem exercido, antes de mais nada, uma liderança democrática e legítima.

O Brasil passa por um momento decisivo de sua história: um momento em que se conjugam o fortalecimento da dinâmica política e o desejo consensual de renovação profunda de instituições, instrumentos e metas. Nesta hora crucial, o exercício da liderança política exige coragem, responsabilidade e predomínio da razão.

Sem política não há progresso. O cidadão deve entender que, na democracia, a política é uma das mais importantes e desafiadoras atividades humanas, porque é através dela que se constrói a liberdade, que se harmonizam a força, a riqueza e o saber, estabelecendo, em última instância, a verdadeira justiça. A política é, por excelência, a arte de articular a vontade coletiva a partir de posições necessariamente distintas.

Mas é necessário e urgente que se modernize, no Brasil, o modo de fazer política. Devemos estabelecer a efetiva co-responsabilidade entre os Poderes, a confluência dos interesses maiores, transcendendo o paroquialismo, o imediatismo, o fisiologismo. Precisamos dar à Nação o sinal claro de que trabalhamos, todos, por um Brasil melhor. Esse é o sentido do mandato que foi dado a mim, como Presidente da República, e a Vossas Excelências como representantes do povo e das unidades da Federação no Congresso Nacional. Somos agentes legítimos do desejo de nossa gente de mudar a face deste País, e é isso que devemos fazer.

Cada Deputado, cada Senador, cada líder sindical ou patronal tem a obrigação de atender aos interesses locais, regionais, setoriais; mas chega o momento em que o mandato, a liderança exercida deve adquirir um sentido maior, um sentido nacional. Cada setor da sociedade deve buscar definir, com equilíbrio e patriotismo, o quanto pode ceder para abreviar ao máximo a duração da crise.

Hoje, mais do que nunca, adquire validade e força a máxima cunhada por Rui Barbosa: "Nem sempre se pode servir à nossa terra, sem desservir aos nossos correligionários." A propósito, é imperativo que o processo de campanha para as próximas eleições municipais de modo algum venha comprometer o regime de austeridade que adotamos com o objetivo de recuperar a economia nacional.

Não há lugar para ilusões: como tenho afirmado, as dificuldades persistirão enquanto a sociedade não decidir, democraticamente, o que quer, como quer e quando quer. Já existe consenso cada vez mais amplo em torno das linhas-mestras de nosso projeto de modernização, agora é preciso estendê-lo também à escolha das medidas e instrumentos a serem utilizados na concretização dessas diretrizes.

O Estado, de modo geral, e o Executivo, em particular, encontram obstáculos na luta para erradicar vícios e estruturas arraigadas, e para reverter os problemas seculares que nos assolam, tais como o dramático quadro social, o cartorialismo que entrava o sistema produtivo, o patrimonialismo que ainda persiste na condução dos assuntos e negócios públicos.

Há, porém, indícios claros e positivos de que o Brasil começa a mudar, a modernizar-se tanto econômica, como politicamente. Pode-se interpretar minha eleição como uma demonstração inequívoca disso: não dispunha de outras armas para convencer o eleitorado além de uma mensagem voltada para a reconstituição da autoridade, para a modernização de nossa economia, para a redefinição do papel do Estado, para a construção de uma sociedade verdadeiramente solidária, justa e democrática.

Nos primeiros momentos de meu mandato, o Legislativo soube compreender a situação crítica, emergencial, por que passava o País, aprovando as medidas que adotei para afastar o flagelo da

hiperinflação. Os fatos comprovaram que aquelas providências eram indispensáveis. Nesses quase dois anos de Governo, tenho buscado indicar ao Congresso os rumos para a mudança, por meio de diversas propostas específicas e de reiterado chamamento ao diálogo. Nunca pretendi impor pactos de adesão, mas sim propor objetivos, caminhos, instrumentos para a modernização do Brasil.

Em 1991, três iniciativas marcaram essa vontade inabalável de lutar pela conquista da modernidade e do aperfeiçoamento democrático: o oferecimento ao debate do Projeto de Reconstrução Nacional; o encaminhamento ao Congresso Nacional de um conjunto de propostas de emendas à Constituição; e a apresentação à sociedade dos principais pontos do ideário social-liberal, como subsídio para a elaboração coletiva de uma Agenda para o Consenso. Cada uma dessas iniciativas, que se complementam e se fertilizam, correspondeu a determinado momento político. O chamado "Projeto" procurou identificar pontos de estrangulamento, descompassos e arcaísmos institucionais, apontando um amplo leque de medidas conducentes à modernização do País - é preciso que se diga, aliás, que várias medidas previstas nesse documento já foram aprovadas pelo Congresso Nacional, encontrando-se outras em avançado estágio de tramitação nesta Casa. As propostas de emendas à Constituição sugerem o reexame de normas e princípios da Carta vigente, com a finalidade de assegurar, entre outros, uma inserção mais dinâmica do Brasil nos fluxos internacionais de investimento, comércio e tecnologia; a quebra de monopólios danosos ao interesse nacional; ou ainda, a instituição da advocatória, uma medida do maior alcance, inspirada no interesse público da obtenção mais rápida da segurança jurídica, em situações excepcionais que não podem permanecer indefinidas ou sujeitas a critérios contraditórios de avaliação pelas diversas instâncias do Poder Judiciário.

Por último, culminando o empenho do Governo em articular as diretrizes fundamentais de seu projeto modernizador, convoquei o debate para a elaboração de uma Agenda para o Consenso, com o propósito de fazer com que os processos decisórios não se façam apenas em torno de interesses setoriais, específicos ou locais, mas por procedimento amplo e democrático, visando a um verdadeiro projeto nacional.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

À medida que nos aproximamos de 1993, do plebiscito sobre a forma e o sistema de governo que deverão vigorar no País, é fundamental que o Parlamento contribua para que o debate sobre a questão seja verdadeiramente esclarecedor e possa conduzir a uma decisão consciente.

1992 haverá de ser o ano da consolidação e aprofundamento das conquistas a que o povo brasileiro aspira. Para tanto, é imprescindível que o Congresso dê curso e consequência aos projetos que estão sob sua apreciação. Executivo e Legislativo devemos compartilhar decisões, buscar a conciliação de interesses, movidos, sempre, pela bússola do interesse nacional. O diálogo político é a chave para irmos adiante.

De minha parte, tenho dado sinais claros - com iniciativas de projetos de lei, com a discussão doutrinária sobre o Social-Liberalismo, e até mesmo com a renovação que promovi em minha

equipe de Governo - de que estou disposto a explorar todos os caminhos de entendimento com as forças políticas do Brasil. Como afirmei há exatamente um ano em minha Mensagem ao Congresso Nacional, o Legislativo "tem que ter participação decisiva na conquista desse entendimento: sobram-lhe competência e legitimidade e creio não lhe faltar empenho".

Deus continuará a nos ajudar!

Brasília, 17 de fevereiro de 1992

FERNANDO COLLOR

Presidente da República

ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA E MODERNIZAÇÃO DO ESTADO E DA ECONOMIA

O Governo, ao assumir, deparava-se com os grandes desafios de reverter o processo de hiperinflação, que ameaçava desagregar a economia e a sociedade brasileira, de corrigir os graves desequilíbrios estruturais que, por mais de uma década, barravam o crescimento econômico, e de construir as bases para a modernização produtiva da economia e para a promoção da justiça social.

Para cumprir essa tarefa, o Governo adotou diretriz de política econômica apoiada em dois vetores básicos: a busca da estabilidade econômica e a promoção de transformações estruturais capazes de modernizar o Estado e a economia, aumentando-lhes a eficiência e a produtividade.

Iniciou-se a redefinição do papel do Estado por meio dos programas de desregulamentação e de desestatização e das reformas administrativa e patrimonial, propondo-se um Estado menor, mais ágil e eficiente, voltado principalmente para a área social.

O aumento progressivo da competitividade da economia vem sendo buscado através das políticas industrial, de comércio exterior e agrícola, que privilegiam o aumento da exposição e da integração desses setores ao mercado internacional, o seu desenvolvimento tecnológico e a melhoria dos padrões de qualidade e produtividade.

O vasto elenco de medidas de estabilização adotadas pelo Governo desde o momento de sua posse logrou êxito em reverter o processo hiperinflacionário, promover significativo ajuste fiscal, recuperar a eficácia dos instrumentos de política econômica, reduzir o estoque e alongar o perfil da dívida interna e instituir o mercado cambial com taxas livres.

No final do mês de janeiro de 1991, o Governo submeteu ao Congresso Nacional medidas adicionais de combate à inflação e de reformas institucionais, aprofundando o programa de estabilização e modernização que vinha sendo implementado. Essas medidas centravam-se na continuidade da desindexação da economia, na ampliação do ajuste fiscal, em reformas no sistema financeiro - visando a criar mecanismos de captação de poupanças para financiamento de longo prazo - e numa trégua temporária de preços e salários.

Uma vez criadas as precondições para a continuidade na implementação da política de estabilização, preços e salários foram progressivamente liberados e tornou-se possível, durante o ano de 1991, desenvolver com maior eficiência o projeto de modernização do Estado e da economia.

O processo de flexibilização dos preços iniciou-se em abril, por meio de estratégias negociadas no âmbito das Câmaras Setoriais. A partir de maio, procurou-se dinamizar as Câmaras Setoriais, transformando-as em fórum para discussão não apenas de preços, mas também de temas relevantes para a modernização do setor produtivo, tais como qualidade, produtividade e competitividade.

Com vistas a aprofundar as reformas previstas em seu programa, submetendo-as a amplo debate nacional, o Governo apresentou à Nação, em março de 1991, o documento "Brasil: Um Projeto de Reconstrução Nacional". Esse documento explicitou o ideário, as prioridades e propostas do Governo e indicou as tarefas fundamentais que se impunham para a conquista da estabilidade econômica, para a retomada do desenvolvimento sustentado e para o resgate da dívida social.

Seu propósito foi organizar e incentivar o debate das grandes questões do País, de forma a estimular o entendimento em torno de propostas consensuais para a reconstrução nacional.

O documento indicava claramente que algumas das transformações requeridas exigiriam emendas à Constituição. Parte dessas emendas foi consubstanciada na proposta de Emenda Constitucional encaminhada ao Congresso Nacional em outubro de 1991.

Formulada após exaustivo debate no âmbito do Executivo, audiência do Conselho da República, consultas aos partidos políticos, Governadores de Estado, Presidências e Lideranças Parlamentares de ambas as Casas do Congresso Nacional e lideranças da sociedade civil, a proposta arrola uma série de alterações a dispositivos constitucionais, buscando facilitar um ajuste fiscal permanente, reduzir a discriminação ao capital estrangeiro e ampliar a esfera de atuação do capital privado.

Embora reduzida em seu escopo inicial em relação ao conjunto mais abrangente de alterações originalmente copiadas pelo Executivo, com vistas a permitir a formação de amplo consenso, a proposta de Emenda Constitucional sintetiza as modificações essenciais aos propósitos de modernização do País.

Os objetivos gerais e os fundamentos do programa que vem sendo desenvolvido pelo Executivo foram aprovados pela sociedade em eleições livres, mas o Governo nunca tratou esse programa como verdade completa e acabada, conforme demonstrou com o lançamento do Projeto de Reconstrução Nacional e com o processo de elaboração das Emendas à Constituição.

O quadro de escassez de recursos financeiros, humanos e materiais que caracteriza a situação do País impõe, além do acordo quanto a objetivos e fundamentos, a definição de prioridades e dos melhores instrumentos para alcançar os objetivos colimados.

Assim, com o mesmo sentido e propósito, no final de 1991 o Governo propôs à sociedade a elaboração de uma "Agenda para o Consenso".

A formação de uma vontade coletiva, envolvendo os diversos segmentos da sociedade, em torno dessas prioridades e instrumentos é a melhor forma de alcançar soluções justas e duradouras. O planejamento e a ação governamentais são essenciais mas não podem, por si mesmos, resolver os graves problemas que afetam o País ou substituir a formação do consenso. As grandes decisões precisam expressar o consenso da maioria; caso contrário, ao invés de se tornarem soluções verdadeiras, não saíram do papel, por melhor formuladas e mais bem intencionadas que sejam, significando apenas planejamento de gabinete.

O objetivo da "Agenda para o Consenso" é suscitar o debate para que se chegue a um acordo quanto aos instrumentos e medidas necessários à consecução dos grandes objetivos nacionais.

Há, certamente, dificuldades para a criação de amplo consenso num país complexo e com tão acentuados contrastes como o Brasil. Mas o Governo confia em que os partidos políticos, as lideranças da sociedade civil, os meios de comunicação e os cidadãos saberão responder a esse desafio. Trata-se de missão essencial, pois tão grave quanto o esgotamento do modelo de desenvolvimento que vinha sendo adotado no País nas últimas décadas seria a incapacidade de se escolher alternativa apta a substituí-lo.

ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA

O controle da inflação continuou a ser o principal objetivo da política econômica em 1991.

A política de estabilização, ao longo de 1991, caracterizou-se pela continuação da austeridade monetária, pelo aprofundamento do saneamento financeiro e operacional do setor público, pela liberação gradual dos preços, pela recuperação das tarifas públicas e pela manutenção da política de liberalização cambial.

No segundo semestre de 1991, expectativas pessimistas quanto ao efeito da liberação dos cruzados novos, aliadas ao repasse para os preços da desvalorização do cruzeiro ocorrida em setembro, do reajuste do salário mínimo, do aumento dos preços agrícolas decorrentes da entressafra e dos reajustes contínuos nas tarifas públicas, provocaram reaceleração da inflação. Contudo, a manutenção de política econômica restritiva e a criação de mecanismos apropriados para a absorção dos cruzados novos liberados permitiram a reversão das expectativas e a desaceleração da inflação.

O episódio revestiu-se de singular importância na recuperação da credibilidade na política econômica levada a efeito pelo Governo. A manutenção da política de combate à inflação, então adotada num momento em que muitos esperavam reação baseada em congelamento de preços, implicou severas perdas àqueles que especulavam com ativos de risco e com a formação de estoques, fortalecendo a confiança

dos agentes econômicos na determinação governamental de não cercear o livre funcionamento das forças de mercado.

O êxito do programa de estabilização pode ser avaliado pela continuada redução dos índices de inflação, variável síntese dos diversos desequilíbrios que caracterizam a crise de desenvolvimento que há mais de uma década afeta o País. Medida pelo Índice Geral de Preços da Fundação Getúlio Vargas (IGP-DI), a inflação reduziu-se de 1.783% em 1989 para 1.476% em 1990 e para 480% em 1991. O resultado obtido em 1991 é ainda mais expressivo quando se considera que ocorreu em ambiente de progressiva liberação dos controles de preços, de reajuste corretivo de tarifas e preços públicos e de pequena recuperação do Produto Interno Bruto (PIB), cujo crescimento, em 1991, é estimado em cerca de 1%, contra a queda de 4% no ano anterior.

Política Monetária

A condução de política monetária austera, pautada no controle dos meios de pagamento, na manutenção de taxas de juros reais positivas e na reforma do sistema financeiro, constituiu importante pilar de sustentação do programa de estabilização conduzido ao longo do ano de 1991.

A fim de aperfeiçoar os instrumentos de política monetária e evitar a utilização da taxa de inflação passada como referencial para a taxa de juros corrente, no final de janeiro de 1991 foram extintos o Bônus do Tesouro Nacional e os fundos de curto prazo e proibidas as contratações de operações compromissadas - *overnight* - entre os aplicadores e as instituições financeiras. Além disso, foi criada a Taxa Referencial de Juros (TR), calculada a partir da remuneração dos Certificados de Depósito Bancário (CDB) de trinta dias, tendo sido proibida a emissão de títulos referenciados à TR, com prazo inferior a três meses.

Foram também efetuadas mudanças importantes visando a aprimorar o desempenho do sistema financeiro e a permitir sua transformação num efetivo instrumento de captação de poupança privada para financiar investimentos de longo prazo. Entre essas mudanças destacam-se a criação dos Fundos de Aplicação Financeira (FAF), que passaram a ser os únicos ativos financeiros com liquidez diária; a criação dos Títulos de Desenvolvimento Econômico (TDE), tendo por objetivo financiar, com recursos do FAF, projetos no âmbito do Programa de Competitividade Industrial; e a criação do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), a fim de canalizar fundos do FAF para financiar investimentos sociais a serem empreendidos pelo setor privado.

A grande vantagem do novo sistema foi criar o ambiente institucional necessário à implementação de uma política monetária austera e redireccionar os recursos captados no curtíssimo prazo para financiamentos a prazo mais longo ao setor privado.

A fim de reverter expectativas pessimistas quanto à liberação dos cruzados novos e consolidar o compromisso do Governo com a liberação desses ativos, em agosto ocorreu a liberação da primeira parcela

de cruzados novos retidos, antecipando o cronograma original. Para assegurar que o processo de liberação transcorresse em normalidade, sem impacto demasiado sobre a demanda, foram criados os Depósitos Especiais Remunerados, rendendo TR diária mais 8% de juros ao ano, que passaram a acolher automaticamente os recursos liberados. Além disso, foi estabelecido recolhimento compulsório sobre os Certificados de Depósito Bancário e Letras de Câmbio, visando retomar o controle sobre a taxa de juros e a evitar a expansão do crédito para além dos níveis compatíveis com o controle previsto para a demanda agregada.

Em linhas gerais, a condução da política monetária pautou-se pelos objetivos de contenção da demanda agregada através do controle sobre os meios de pagamento e da manutenção de taxas de juros reais positivas, frustrando os agentes especuladores que esperavam medidas intervencionistas na formação de preços.

A base monetária, segundo a média dos saldos diários, expandiu-se em 297,7% durante o ano e os meios de pagamento, no conceito M1, em 331,7%. Apesar de ainda elevadas em termos nominais, essas taxas de expansão são significativamente inferiores às dos anos anteriores: 1.593% em 1989 e 2.538% em 1990 para a base monetária, e 1.286% e 2.621% para M1. Em termos reais, houve uma redução substancial de liquidez, quando comparada com os diversos índices de inflação, propiciando aos aplicadores taxas de juros reais positivas e evitando a formação de estoques especulativos.

Política Fiscal

O Plano de Estabilização, implementado pelo Governo em 1990, permitiu a realização de um ajuste fiscal de mais de 10% do Produto Interno Bruto (PIB), encerrando-se aquele ano com um superávit operacional superior a 1,3% do PIB.

Entretanto, boa parte dos instrumentos utilizados com vistas ao aumento da receita tributária revestiam-se de caráter transitório, deixando antever a necessidade de adoção de medidas adicionais no sentido de equilibrar permanentemente as finanças públicas.

O saneamento financeiro e operacional do setor público constitui peça fundamental da estabilização econômica e da proposta de modernização do País. Assim, a fim de aprofundar o ajuste fiscal e evitar a emissão líquida de títulos públicos, foram implementadas, já em janeiro de 1991, novas medidas, especialmente na área da despesa pública. Adotou-se severo controle sobre a execução de caixa do Tesouro Nacional, calcado sobretudo na decretação de rigoroso contingenciamento do Orçamento da União, mediante a indisponibilidade para movimentação e empenho de 95% das dotações destinadas a investimentos e outras despesas de capital, de 90% das dotações para inversões financeiras e outras despesas correntes, bem como de 100% de diversas despesas a cargo dos Ministérios da Saúde,

Educação e Trabalho e Previdência Social. Os valores tornados indisponíveis foram gradualmente liberados para movimentação e empenho com base nas prioridades indicadas pelos órgãos executores, observada a efetiva disponibilidade de caixa para atendê-los. Além disso, foram estabelecidos novos critérios para transferência de recursos aos Estados, Municípios e Distrito Federal e exigida a celebração de convênios, acordos ou outros instrumentos congêneres.

Procurou-se reduzir o déficit operacional das empresas estatais mediante recomposição dos preços e tarifas públicas, determinação de uma redução real de 10% em suas despesas correntes, relativamente ao realizado em 1990, proibição de novas contratações, amortização das Contas a Pagar vencidas e geradas pelas empresas a partir de 16 de março de 1990 e proibição de atos de gestão que implicassem transferência, para o exercício seguinte, de novas Contas a Pagar vencidas.

Essas medidas permitiram ao Governo fazer face à significativa queda da arrecadação tributária, reflexo da não repetição das medidas de caráter temporário do ano anterior e da desindexação dos impostos.

O bom desempenho da política fiscal adotada refletiu-se na obtenção de superávits de caixa em todos os meses de 1991, com o acúmulo de superávit fiscal de Cr\$ 682 bilhões no ano. Esse desempenho manteve-se mesmo a partir de agosto, quando se acelerou o descontingenciamento das despesas orçadas.

Assinala-se, ainda, a redução das despesas com pessoal e encargos sociais que, no ano, sofreram uma queda real em torno de 30%.

A administração cuidadosa das finanças públicas ao longo de 1991 permitiu que, até setembro, não se emitissem títulos do Tesouro Nacional. Tendo em vista a ocorrência de vencimentos concentrados no último trimestre foram realizadas novas emissões que, no entanto, não impediram que o estoque da dívida pública mobiliária apresentasse redução real de 10,2% no final do ano.

Apesar da forte redução das receitas, tanto do Tesouro como da Previdência Social, e da entrada em vigor do novo Plano de Benefícios da Previdência Social, prevê-se que se tenha obtido, em 1991, um superávit primário do setor público (incluindo as empresas estatais e os Estados e Municípios) ao redor de 1% do PIB. No conceito operacional, entretanto, deverá registrar-se, em 1991, um déficit próximo de 2,5% do PIB. Esse déficit operacional reflete o aumento dos encargos da dívida pública interna, decorrente da adoção de uma política monetária fortemente restritiva, que teve como efeito a elevação das taxas de juros reais.

Muitas das propostas de reformas estruturais, que haviam sido submetidas ao debate nacional no documento "Brasil: Um Projeto de Reconstrução Nacional", visando a promover um ajuste fiscal permanente no setor público, foram encaminhadas ao Congresso Nacional no segundo semestre de 1991. Essas medidas compreenderam um conjunto de emendas à Constituição visando permitir o saneamento definitivo das finanças públicas, bem como uma reforma emergencial no sistema tributário.

As propostas de emendas constitucionais diretamente relacionadas com o ajuste fiscal prevêem: o estabelecimento de competência exclusiva da União para emissão de títulos públicos; a instituição de imposto sobre a distribuição de combustíveis destinado à construção, conservação e recuperação de rodovias; a igualdade de tratamento entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios no que se refere à tributação na fonte sobre rendas e proventos pagos por cada um desses níveis de Governo, suas autarquias e fundações; a possibilidade de acesso das autoridades fiscais a informações bancárias necessárias à identificação de contribuintes; a alteração transitória da destinação de certos recursos, de forma a garantir fundos não inflacionários para o refinanciamento das dívidas estaduais; a instituição de imposto incidente sobre os ganhos auferidos por mutuários do Sistema Financeiro da Habitação em decorrência do não pagamento de saldo devedor remanescente na quitação de contratos; e a possibilidade de cobrança, em 90 dias da data da instituição ou modificação, de tributos instituídos ou alterados até 31/12/92.

Pelo lado das receitas públicas, é objetivo do Governo promover uma reforma tributária que busque não apenas o reforço da arrecadação, mas também a justiça fiscal, a simplificação dos tributos, a incorporação do segmento informal da economia, o combate à sonegação, a redução dos impostos sobre a produção e o restabelecimento da capacidade de investimento do setor público.

A primeira etapa desse processo de reformas foi desencadeada, no final de 1991, com a aprovação pelo Congresso Nacional de vários projetos de lei constantes da primeira fase da reforma tributária. Dentre as medidas aprovadas destacam-se a atualização do valor dos impostos e contribuições sociais e a antecipação, para 1992, de quotas do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Além disso, propôs-se a extinção de cerca de 27 taxas e contribuições, com o intuito de simplificar o sistema tributário, proposta esta ainda pendente de apreciação pelo Congresso Nacional. Foi instituída a medida cautelar fiscal, que impedirá que o devedor do fisco proceda a alienação de bens, contraia dívidas extraordinárias ou cometa outros atos que possam frustrar a execução judicial da dívida para com a Receita Federal. Ademais, o combate à sonegação fiscal deverá ser reforçado pela flexibilização das normas que regem o sigilo bancário, o que permitirá maior capacidade de fiscalização dos recolhimentos de impostos e contribuições.

O Governo e o Congresso acordaram na aprovação de lei que estabelece critérios para a consolidação e o rescalonamento, pelo prazo de 20 anos, das dívidas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, o que deverá regularizar o serviço dessas dívidas.

Política Cambial

A adoção do sistema de taxas livres de câmbio constituiu um fator de grande importância no âmbito das reformas promovidas pelo Governo.

Nessa sistemática, que busca estimular o livre funcionamento do mercado cambial, a taxa de câmbio passou a ser determinada no mercado interbancário. A atuação do Banco Central nesse mercado pautou-se pela consecução das metas estabelecidas para as reservas cambiais.

Com o objetivo de reforçar o mecanismo de taxas livres de câmbio, a partir de agosto de 1991 o Banco Central passou a efetuar suas operações de compra e venda de divisas através de leilões, o que estimulou a competitividade e conferiu maior transparência a essas operações.

Durante o ano de 1991, o comportamento das taxas de câmbio refletiu, em grande parte, o desempenho da balança comercial. O superávit comercial acumulou saldos expressivos no primeiro semestre, atingindo a cifra de US\$ 7 bilhões. Apresentou, entretanto, sensível retração no segundo semestre do ano.

A livre atuação das forças de mercado resultou em paulatina valorização do câmbio até meados de setembro e em desvalorização daquele mês até o final do ano, como consequência da retração do saldo comercial iniciada em julho. Contribuiu também para o equilíbrio cambial a suspensão das operações do Banco Central no mercado de ouro, ocorrida em meados de outubro. Ressalte-se que, em função da conjunção desses fatores, o ágio entre as taxas de câmbio comercial e de turismo nos mercados interbancários foi significativamente reduzido ao longo do ano.

A balança comercial encerrou o ano de 1991 com valores acumulados de exportações de aproximadamente US\$ 31,6 bilhões, contra US\$ 21,0 bilhões de importações, num desempenho similar ao observado em 1990.

As reservas oficiais em moeda estrangeira no conceito de "caixa" apresentaram, no final do ano, saldo de aproximadamente US\$ 8,5 bilhões.

Política de Rendas

A política econômica implementada pelo Governo evitou a utilização generalizada de mecanismos de indexação de rendimentos, o que implicaria, na maior parte dos casos, perpetuar a intervenção tutelar do Estado nas relações entre agentes econômicos, com prejuízo da ênfase conferida à economia de mercado e à liberdade de negociação. Nesse sentido, a política de rendas adotada pelo Governo limitou-se à proteção dos agentes com menor poder de barganha, tais como os trabalhadores de baixa renda e os aposentados.

Ao longo de 1991, o Governo empenhou-se na implementação do Plano de Benefícios da Previdência Social. O aumento dos benefícios a partir de setembro, acompanhado da concessão de piso de benefícios equivalente ao salário mínimo a todos os segurados da Previdência Social, conferiu maior proteção ao padrão de vida dos aposentados, bem como ampliou a cobertura aos trabalhadores rurais.

Entre as principais medidas aprovadas no âmbito do Plano de Benefícios da Previdência Social destacam-se: a nova fórmula de cálculo da renda mensal do benefício, que corrige monetariamente os 36 últimos salários de contribuição; a elevação do valor do piso de benefícios para um salário mínimo, beneficiando mais de 5 milhões de pessoas, principalmente trabalhadores rurais; o enquadramento dos trabalhadores rurais no Regime Geral de Previdência Social; o pagamento do 13º benefício, semelhante ao 13º salário pago aos trabalhadores da ativa; a elevação dos percentuais das pensões por morte e das aposentadorias por idade e invalidez; a concessão da pensão por morte para o cônjuge de segurada falecida; e o reajuste do valor dos benefícios pela variação do INPC-IBGE, sempre que o salário mínimo for alterado pelo índice que mede a variação da cesta básica ou por índice que eventualmente o substitua.

A política salarial manteve o princípio geral da livre negociação entre patrões e empregados como o melhor mecanismo de fixação dos salários, ressalvada, porém, a proteção aos rendimentos das classes menos favorecidas. Quanto ao salário mínimo, procurou-se garantir a manutenção de seu poder de compra, bem como a concessão de ganhos reais. Durante o ano de 1991, o salário mínimo, inclusive os abonos, apresentou aumento real médio de 17% comparado com 1990.

Foi também garantido reajuste bimestral da parcela até três salários mínimos e concedido, no mês de dezembro, abono salarial para os trabalhadores compreendidos nessa faixa de rendimentos.

Objetivando garantir a eficácia do processo de livre negociação, bem como modernizar as relações entre capital e trabalho, o Governo propôs arcabouço jurídico que propicia vantagens para ambas as partes, encaminhando ao Congresso Nacional projeto de lei contendo significativos avanços na legislação básica que norteia a negociação coletiva de trabalho e a organização sindical.

No que tange aos aluguéis, o Governo procurou eliminar distorções da antiga Lei do Inquilinato que, ao conceder excessiva proteção ao inquilino já instalado, resultou em escassez de imóveis residenciais para locação e, conseqüentemente, em aumento excessivo do valor inicial do aluguel, prejudicando os novos inquilinos. As restrições da lei anterior resultaram em grande número de moradias fechadas ou cedidas.

O projeto de Lei do Inquilinato, resultante do trabalho da Comissão Interministerial constituída para tratar do assunto, buscou compatibilizar os interesses de locadores e locatários, aumentando o grau de flexibilidade relativamente à regulamentação anterior. Os resultados da nova lei já se fazem sentir no mercado de locações de imóveis, que tem apresentado uma significativa elevação da oferta, acompanhada de redução dos valores dos aluguéis.

No que se refere aos reajustes das mensalidades escolares, o Governo encaminhou ao Congresso Nacional, em novembro de 1991, projeto de lei permitindo a fixação dos encargos educacionais

pelas escolas particulares, estabelecendo-se, contudo, os itens de despesa passíveis de serem incluídos nas planilhas de custo e as regras para o reajuste das mensalidades. Assim, variações salariais concedidas em nível superior ao previsto em lei não poderão ser repassadas para os reajustes das mensalidades. Dessa forma o Governo procurou liberar o funcionamento desse segmento de mercado, evitando todavia abusos na fixação e nos reajustes das mensalidades.

Renegociação da Dívida Externa

Em 1991 o Governo persistiu na busca da normalização das relações financeiras com os bancos credores internacionais, de forma coerente com o compromisso de reintegração do País na economia mundial, com o esforço empreendido de ajuste fiscal e com a necessidade de se assegurar uma taxa adequada e sustentável de crescimento econômico.

Em suas propostas na área da dívida externa, o Brasil tem-se pautado pelo realismo, havendo o Governo salientado ao longo da negociação que deseja concluir acordos que efetivamente possam ser cumpridos. Além disso, tem estado especialmente atento à interação entre as restrições fiscais e de balanço de pagamentos, para fins de fixação de parâmetros para os desembolsos a serem efetuados.

A constatação de que o principal problema relacionado à dívida externa do País é o saneamento das contas públicas, levou a que as negociações com os bancos comerciais credores se concentrassem na dívida de médio e longo prazos do setor público. Assim, em junho de 1991, após intensas negociações, foi firmado com bancos credores internacionais acordo sobre o pagamento dos atrasados acumulados entre julho de 1989 e dezembro de 1990, sendo então estabelecida a amortização, ao longo de 1991, de 25% do total da dívida em atraso, até o limite de cerca de US\$ 8 bilhões. O restante será pago no prazo de 10 anos, com 3 de carência, mediante acordo no âmbito da renegociação do estoque da dívida externa do setor público.

Ademais, acertou-se o pagamento de 30% do valor das parcelas de juros vencidas em 1991 da dívida externa do setor público não financeiro, e liberaram-se as remessas de principal e juros do setor privado, inclusive das empresas estatais (PETROBRÁS, Companhia Vale do Rio Doce e suas subsidiárias), e do setor público financeiro. A primeira parcela, no valor de US\$ 884 milhões, foi desembolsada em julho de 1991, seguida de 7 parcelas mensais que até o final do ano totalizaram o valor de US\$ 2 bilhões.

No segundo semestre de 1991, prosseguiram as negociações com os bancos credores, tendo por base os parâmetros estabelecidos pelo Senado Federal quanto à capacidade fiscal de pagamento e ao nível mínimo de reservas internacionais. A proposta brasileira apresentada recentemente aos bancos credores envolve esquemas alternativos de securitização da dívida externa pública e a possibilidade de utilização dos novos títulos no programa de privatização das empresas estatais.

Finalmente, em dezembro de 1991 foram acertadas as bases para um acordo *stand-by* de vinte meses com o Fundo Monetário Interna-

cional, envolvendo a concessão de crédito de cerca de US\$ 2 bilhões, aprovado em 29 de janeiro de 1992.

Concluídas as negociações com o FMI, importante passo no processo de renegociação em curso, deverão ser aceleradas, em 1992, as negociações com a comunidade financeira internacional e com o Clube de Paris.

MODERNIZAÇÃO DO ESTADO E DA ECONOMIA

O Governo deu prosseguimento, em 1991, ao processo de modernização do Estado e da economia, através do qual se busca a recuperação qualitativa e a ampliação da estrutura produtiva e a racionalização e redefinição do papel do Estado.

A modernidade produtiva foi buscada através de quatro frentes básicas de atuação: o fortalecimento e dinamização do mercado de capitais, dada sua importância para a captação de recursos de longo prazo para investimento e para a capitalização das empresas; a continuidade das políticas industrial e de comércio exterior, através das quais se procurou fomentar a capacitação tecnológica, o incremento da qualidade e produtividade, a abertura e a especialização da economia; a recuperação e modernização da infra-estrutura econômica; e o incentivo à produção e à produtividade agrícola, tendo em vista a importância desse setor não só para a estabilidade de preços mas também para o desenvolvimento econômico e social.

No que diz respeito à modernização do Estado, procurou-se aprofundar as reformas administrativa e patrimonial, dinamizar o programa de desestatização e dar continuidade ao programa de desregulamentação.

O conjunto de emendas a dispositivos constitucionais encaminhado ao Congresso Nacional inclui importantes medidas para a modernização do Estado e da economia, destacando-se: a permissão para exploração pela iniciativa privada, mediante concessão, de serviços de telecomunicações, refinação de petróleo, transporte de petróleo bruto e seus derivados, importação e exportação de produtos e derivados básicos resultantes de atividades de pesquisa e lavra das jazidas de petróleo e gás natural, bem como a exploração, pesquisa e comércio de minérios nucleares; a autorização para celebração de convênios de cooperação entre as instâncias federativas de governos na execução de suas leis, serviços ou decisões; a eliminação da distinção entre empresa brasileira e empresa brasileira de capital nacional, definindo-se como empresa brasileira aquela constituída sob as leis brasileiras, que tenha sede e administração no País; a previsão de Plano de Seguridade Social para os servidores públicos; a atribuição ao Supremo Tribunal Federal de poder advocatório em relação a instâncias jurídicas inferiores, quando decorrer imediato perigo de grave lesão à ordem, à segurança ou às finanças públicas.

Mercado de Capitais

Depois de ter atingido, ao final de 1990, baixo nível de desempenho, o mercado de capitais apresentou sensível recuperação ao longo

de 1991, respondendo positivamente a um conjunto de mudanças que permitiram sua dinamização. O volume diário médio das negociações em bolsas de valores, que em dezembro de 1990 situou-se em torno de US\$ 13 milhões, elevou-se em quase seis vezes, fechando o ano de 1991 em cerca de US\$ 73 milhões. As emissões de ações atingiram US\$ 829 milhões, contra US\$ 616 milhões em 1990.

O processo de recuperação do mercado de capitais decorreu da implementação de um projeto abrangente e de longo prazo, consubstanciado no Plano Diretor do Mercado de Capitais Brasileiro, anunciado no final de janeiro de 1991, tendo sido também estimulado pelo início efetivo do programa de privatização e pelo ingresso de capitais estrangeiros.

Foram implementadas várias medidas com vistas a estimular a recuperação do mercado de capitais, aumentar seu grau de integração com os mercados de valores internacionais, estimular a entrada de capitais externos e criar alternativas para aplicação, no País, de recursos de investidores estrangeiros.

Entre as medidas mais representativas destacam-se a liberação gradual das taxas de corretagem; a autorização para manutenção de carteira de valores mobiliários diretamente por investidores estrangeiros; a regulamentação do *American Depositary Receipt* (ADR) e do *International Depositary Receipt* (IDR), permitindo a negociação, em bolsas estrangeiras, desses instrumentos representativos de ações de empresas brasileiras; a autorização para emissão de *Commercial Paper* por instituições financeiras nacionais no mercado externo, para posterior repasse dos recursos obtidos a tomadores sediados no Brasil, sendo a remessa de juros, comissões e despesas relativas à colocação desses títulos isentas de recolhimento do Imposto de Renda; a autorização ao aporte direto de recursos de investidores institucionais estrangeiros em bolsas de valores, com isenção do Imposto de Renda sobre os ganhos de capital; a autorização aos exportadores brasileiros para captarem recursos no mercado externo, através do lançamento de títulos vinculados a contratos de exportação; a autorização para a realização de investimentos no País, exclusivamente com recursos novos, em antecipação à aplicação de recursos provenientes de conversão de dívida em capital de risco; e a autorização para a conversão de créditos de médio e longo prazos de empresas estrangeiras em investimentos em empresas brasileiras das quais participem como acionistas, no caso de essas empresas apresentarem prejuízos.

Os resultados dessas medidas tornaram mais atraentes as aplicações no País, como atesta a significativa elevação do ingresso voluntário de capitais estrangeiros, observada durante o ano.

Políticas Industrial e de Comércio Exterior

A Política Industrial e de Comércio Exterior adotada pelo Governo objetiva liberar as forças criadoras da iniciativa privada, revitalizar o parque industrial e permitir a retomada do crescimento auto-sustentado.

Adota-se um novo modelo de desenvolvimento, mais integrado internacionalmente, no qual os agentes econômicos sejam

constantemente compelidos pelas forças da competição, interna e externa, a aperfeiçoamentos contínuos e permanente atualização tecnológica.

Para auxiliar os empresários brasileiros a enfrentar os desafios representados pela exposição planejada da economia à competição externa, foram criados três programas de mobilização e de apoio ao empresariado nesta fase de transição.

O Programa de Competitividade Industrial (PCI), lançado em 27 de fevereiro de 1991, tem por objetivo consolidar as orientações para o processo de reestruturação competitiva da indústria, através da identificação dos setores que mais facilmente poderiam alcançar níveis internacionais de competitividade. Para auxiliar a implementação do programa foi criada a Comissão Empresarial de Competitividade (CEC), atualmente composta por 210 empresários, organizados em 15 grupos e 9 comitês temáticos. O trabalho conjunto entre o Executivo e a CEC, e negociações com o Congresso Nacional, resultaram na aprovação de projetos de lei de incentivos ao investimento e às exportações.

O Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade (PBQP) é um importante mecanismo voltado para aumentar a competitividade dos bens e serviços produzidos no País, mediante a promoção da qualidade e produtividade. As orientações estratégicas do programa são definidas por um Comitê composto por 5 representantes do Governo e três empresários com atuação destacada em qualidade e produtividade.

Em 1991, foram intensificadas as ações nos complexos industriais e iniciada a atuação na área da Administração Pública. Cabe ressaltar a instituição da Fundação Prêmio Nacional da Qualidade, de iniciativa inteiramente privada, com a finalidade de premiar empresas brasileiras que se destaquem em qualidade e produtividade.

O Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria (PACTI) destina-se a financiar projetos de modernização tecnológica, implantação ou ampliação de indústrias de tecnologia de ponta ou de pequenas e microempresas em parques tecnológicos. Merecem destaque os esforços de articulação e integração das ações dos principais agentes financeiros oficiais, como forma de coordenar a obtenção de recursos para a modernização da indústria.

Para o desenvolvimento da competitividade foram dinamizadas também as Câmaras Setoriais, com a participação de representantes do Governo, empresários e trabalhadores das várias cadeias produtivas. Objetivou-se, inicialmente, a correção de eventuais desequilíbrios surgidos com o aumento dos preços públicos no início do período de transição, a condução ordenada do processo de liberação gradual de seus controles. Completada a liberação, as Câmaras Setoriais voltaram-se para a definição de ações que visando aumento da competitividade dos vários setores da economia.

A promoção da competitividade requer um fluxo contínuo de elevados investimentos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Para estimular esse fluxo faz-se essencial proteger adequadamente as

criações resultantes dessa atividade, de forma a possibilitar um adequado retorno. Por isso o Executivo encaminhou ao Congresso Nacional, em abril de 1991, projeto de lei visando modernizar o ordenamento jurídico da propriedade industrial em vigor. O projeto objetiva ampliar a proteção de patentes, conciliar a legislação brasileira com os avanços ocorridos no exterior e estimular o investimento em pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico.

As ações na área de comércio exterior foram orientadas para o aprofundamento da abertura comercial, a consolidação do processo de desburocratização do setor, a retomada em novas bases dos programas de apoio e promoção das exportações e o fortalecimento da posição negociadora brasileira em instâncias bilaterais e multilaterais de comércio.

Com a extinção, em janeiro de 1991, da exigência de prazos mínimos de financiamento nas compras externas, concluiu-se o processo de eliminação das restrições não tarifárias às importações, completando-se, dessa forma, o objetivo de se fazer da tarifa aduaneira o instrumento básico da política de importações.

Paralelamente, foi estabelecida e divulgada a programação de redução gradual e seletiva dessas tarifas para o período 1991-1994, sinalizando aos produtores brasileiros e aos investidores externos o grau de ajustamento requerido pelo processo de abertura. Ao final desta ambiciosa reforma tarifária, a alíquota máxima deverá ser de 40%, com média aritmética em torno de 14%. Em 1991, a tarifa máxima foi reduzida para 85% e a tarifa média para 25%, contra 105% e 32% em 1990, respectivamente.

Atenção especial foi concedida à promoção das exportações, merecendo destaque a retomada dos financiamentos e a revisão da carga tributária das atividades exportadoras.

A retomada dos financiamentos em agosto de 1991, através do Programa de Financiamento às Exportações (PROEX), destina-se a promover a competitividade das exportações de bens de capital cuja comercialização exija prazo de pagamento superior a 18 meses. Foram aplicados em 1991 US\$ 340 milhões nas modalidades de financiamento direto e de equalização das taxas de juros.

A instituição do "drawback verde-amarelo" (Lei nº 8.402, de 8 de janeiro de 1992) facultará a redução da carga tributária sobre insumos nacionais utilizados na produção destinada à exportação.

No campo das negociações comerciais, a reforma do comércio exterior veio facilitar o posicionamento do País nas diversas instâncias e foros internacionais, oferecendo oportunidade para a adoção de posturas mais ativas e favorecendo a defesa dos interesses econômicos brasileiros, centrados na busca de um sistema multilateral de comércio mais equitativo. Durante as negociações da Rodada Uruguai do GATT, em 1991, o Brasil pôde renovar e ampliar suas ofertas em áreas como acesso a mercados, propriedade intelectual e serviços. Essas ofertas foram, contudo, condicionadas a

resultados mais satisfatórios para os interesses nacionais em temas relevantes como agricultura, têxteis, salvaguardas e acesso a mercados em geral.

A abertura permitiu, também, uma postura mais ativa do País no aprofundamento dos mecanismos de integração da ALADI, em especial aqueles em andamento com a Argentina e o Cone Sul. Durante o ano as negociações do MERCOSUL evoluíram para questões além do universo tarifário, envolvendo esforços de coordenação de políticas macroeconômicas, de harmonização nos tratamentos fiscais, financeiros e de normas ambientais, além de negociações de acordos de complementação em setores prioritários.

Modernização e Retomada dos Investimentos em Infra-Estrutura

A insuficiência e ineficiência de infra-estrutura criam obstáculos à produção, gerando um ambiente econômico prejudicial à competitividade.

Tanto a insuficiência como a ineficiência provocam aumento dos custos da energia e dos serviços de transportes e comunicações, sendo importante a ação governamental na busca da reversão desse quadro.

O Governo decidiu, inicialmente, modernizar a organização institucional do setor de infra-estrutura econômica como passo essencial para a reestruturação competitiva. A regulamentação e a interferência estatal excessivas estão sendo eliminadas, o monopólio da União tem-se reduzido em várias atividades e os preços e tarifas vêm-se reajustando para níveis remuneradores e de acordo com regras estáveis.

Não obstante as dificuldades financeiras enfrentadas pelo Estado, encetou-se em 1991 um esforço de investimentos para a recuperação, manutenção e ampliação da capacidade da infra-estrutura e para a aceleração da execução de obras paralisadas ou com ritmo lento de construção.

Em 1991, os investimentos foram ligeiramente superiores aos de 1990, ou seja, da ordem de US\$ 9 bilhões. Destacam-se os investimentos para a recuperação e restauração da malha rodoviária, a expansão do sistema de comunicações, as obras nas usinas hidrelétricas de Xingó, Serra da Mesa, Samuel, Manso e Corumbá e na termelétrica de Jorge Lacerda IV, e os esforços de pesquisa e desenvolvimento da produção de hidrocarbonetos.

Os investimentos deverão crescer em 1992, financiados principalmente pelo aumento das receitas próprias resultantes da recuperação real dos preços e tarifas e pela captação de recursos externos pela PETROBRÁS e TELHEBRÁS. Estão previstos para 1992 investimentos de US\$ 12,3 bilhões, sendo US\$ 5,6 bilhões para energia, US\$ 2,6 bilhões para comunicações, US\$ 2,4 bilhões para transportes e US\$ 1,3 bilhão para minas e metalurgia.

No triênio 1993/95 pretende-se investir recursos da ordem de US\$ 50 bilhões em infra-estrutura, sendo quase metade em energia, cerca de 25% em comunicações, mais de 15% em transportes e o restante em minas e metalurgia.

A maior parte dos investimentos em energia deverá ocorrer no setor de petróleo, visando atingir a meta de produção de um milhão de barris por dia em 1995. Em energia elétrica, os investimentos federais se orientarão para a realização das obras prioritárias de geração já em construção, para a retomada da usina de Itá, no Rio Grande do Sul, complementação das usinas nucleares de Angra I e II e de diversas usinas termelétricas e linhas de transmissão.

Em comunicações, os investimentos deverão destinar-se à instalação de 4,5 milhões de telefones, à colocação em órbita do satélite de comunicações e à expansão da telefonia celular.

A prioridade em transportes será a conservação e restauração da malha rodoviária federal, a duplicação e pavimentação de rodovias, a expansão e modernização de portos e a ampliação da malha ferroviária, incluindo a ferrovia Transnordestina, o corredor de exportação Goiás - Minas Gerais - Espírito Santo e o sistema de trens urbanos de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Rio de Janeiro.

Os principais investimentos em mineração ficarão por conta da CVRD, que programa concluir e colocar em operação seus dois sistemas integrados de mina - ferrovia - porto em Carajás e em Minas Gerais e Espírito Santo. Convém mencionar, ainda, os projetos de mineração de ouro, cobre e caulim, e de produção de celulose.

Estímulo à Produção e Produtividade Agrícolas

A agricultura pode dar contribuição importante ao processo de estabilização econômica, auxiliando a reduzir a inflação, elevar a renda real dos assalariados e melhorar o desempenho da balança comercial.

Para reverter o fraco desempenho da safra passada, o Executivo decidiu estimular vigorosamente a produção e a produtividade agropecuárias.

Em julho de 1991, foi lançado o Plano Nacional Agrícola, complementado em outubro do mesmo ano com novas medidas de estímulo à agricultura. Merecem destaque o aumento do crédito rural, sua disponibilidade tempestiva e a redução de seu custo.

Apesar das dificuldades financeiras e das metas de austeridade monetária, o crédito para o custeio e a comercialização de produtos agropecuários para a safra de 1991-1992 alcançou US\$ 4,55 bilhões, valor significativamente superior ao da safra precedente, para liberações a partir de julho. O custo do crédito foi reduzido ao se limitar a taxa de juros dos empréstimos rurais ao máximo de 12,5% ao ano mais TR, mantendo-se em 9% mais TR a taxa para os pequenos produtores.

O Governo decidiu recuperar e manter em níveis reais remuneradores os preços mínimos de garantia e os Valores Básicos de

Custeio (VBC). Assim, os preços mínimos tiveram um reajuste médio de 81% em julho, em relação a 30 de janeiro de 1991, e 22% em outubro, com correções mensais pela TRD daí em diante. Os VBC foram definidos, em julho, com base nos orçamentos efetivos das lavouras, apresentando reajuste de 353% nos doze meses precedentes. A partir de outubro, os VBC passaram a ter os mesmos reajustes dos preços mínimos.

Com o intuito de reduzir os riscos da atividade e estimular a produção, foi estabelecida a equivalência preço/produto para os produtos alimentares básicos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos. Com este mesmo propósito, foi remodelado o PROAGRO, estendendo-se sua cobertura aos recursos próprios aplicados na agricultura, independentemente da existência de financiamento.

Outras importantes medidas de incentivo à produção foram a tributação compensatória para produtos importados que sejam subsidiados nos países de origem; a definição dos Preços de Liberação dos Estoques; a instituição do FINAME RURAL; e a elaboração de proposta de redução da "cunha fiscal" como forma de viabilizar a redução das taxas de juros incidentes sobre empréstimos rurais.

Estas medidas estimularam o plantio, esperando-se uma produção de grãos, na safra 1991-1992 em torno de 65 milhões de toneladas, cerca de 14% superior à safra 1990-1991.

O alcance da modernidade produtiva, a sustentação do crescimento do produto agropecuário em níveis superiores aos já atingidos no passado e a redução dos custos de produção dependem do aumento contínuo da produtividade.

O aumento da eficiência produtiva exige novas formas de gestão governamental, que simplifiquem e desregulem o fluxo produção-consumo, deixando a regulação deste subordinada aos mecanismos de mercado.

Dentre as ações voltadas para o aumento da produtividade destacam-se os investimentos para geração e desenvolvimento de tecnologias para a produção de alimentos, matérias-primas e insumos de uso agrícola; o aprimoramento das atividades de defesa agropecuária vegetal e animal; a inspeção e fiscalização para garantia da qualidade dos insumos e produtos do setor; e o desenvolvimento e aperfeiçoamento de novas variedades biológicas.

Reforma Administrativa e Patrimonial

O Governo deu prosseguimento, em 1991, à ampla reforma administrativa iniciada na atual Administração, que prevê o enxugamento de estruturas ociosas, a redução da presença do Estado na economia e a melhoria dos níveis de qualidade e produtividade do setor público.

A reforma administrativa implementada pode ser vista em duas etapas. Num primeiro momento, tratou-se da adoção de medidas sa-

neadoras com o objetivo de reduzir o tamanho da máquina pública, tanto no que se refere ao número de servidores, quanto ao número de entidades administrativas.

Nesse contexto, continuaram proibidas as contratações de pessoal, com exceção dos casos de necessidade previstos em lei, a exemplo dos quadros para a realização do censo. O Serviço Público Federal que contava com 703.717 servidores civis ativos no início da atual administração, teve esse número reduzido para 598.226.

A reforma não se limitou apenas à administração direta. Sob metas de aumento da qualidade e produtividade, as empresas estatais continuaram empenhadas em um profundo processo de racionalização de seus quadros. As empresas sob a égide do Ministério da Infra-Estrutura, que correspondem à maioria das empresas estatais, contavam com 598.591 empregados no início de 1990, e atualmente registram 492.903 empregados.

No concernente à alienação de imóveis pertencentes à União, foram efetivamente vendidos 9.792 apartamentos funcionais, o que representou uma arrecadação total de Cr\$ 43,2 bilhões para os cofres da União. Foram também vendidas em licitação pública 34 mansões, arrecadando-se Cr\$ 9,7 bilhões, integralmente repassados ao Tesouro Nacional.

Ultrapassada essa fase inicial, buscou-se o aprofundamento das medidas adotadas, por meio da formulação de projetos operacionais da Administração Pública Federal. Na nova etapa, o processo de reforma voltou-se para a Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, com ênfase no revigoramento dos sistemas de pessoal civil, modernização administrativa e gerenciamento dos recursos de informação e informática. Objetiva-se, em resumo, a capacitação e a valorização do servidor público, a melhoria do atendimento ao cidadão, bem como a adoção de métodos modernos de gestão e racionalização de despesas.

Prosseguirá ainda o Governo no seu objetivo de aprofundar a reforma patrimonial, com a identificação, regularização, reavaliação e caracterização física e vocacional do vasto patrimônio urbano e rural de propriedade da União.

Programa Nacional de Desestatização

O Programa Nacional de Desestatização (PND) tem por objetivo promover a reordenação da posição do Estado na economia, transferindo para a iniciativa privada as atividades econômicas que não necessitam ser exploradas pelo setor público, permitindo a concentração de esforços da administração pública nas áreas onde sua presença é insubstituível.

Busca ainda contribuir para a redução da dívida pública federal, interna e externa, e para o saneamento financeiro do setor público, através da utilização dos recursos da venda das empresas na amorti-

zação dessas dívidas, ou mediante sua utilização como moedas no processo de privatização.

Em 1991, o programa apresentou seus primeiros resultados, com a transferência para o setor privado de cinco empresas estatais. Foram privatizadas a USIMINAS, USIMET, CIELMA, MAIFERSA e COSINOR, gerando uma receita de US\$ 1,7 bilhão. Em quatro dos cinco leilões realizados alcançou-se preço de venda significativamente acima do preço mínimo estabelecido.

Em todos os casos, os funcionários das empresas privatizadas tiveram a possibilidade de adquirir até 10% das ações em oferta, a um preço fixo e em condições de financiamento favorecidas, atendendo-se assim ao objetivo de democratização do capital das empresas.

Das moedas passíveis de utilização no processo de privatização, tiveram participação significativa no total da receita gerada as debêntures da SIDERBRÁS (40,3%), os certificados de privatização (21,1%), as obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (18,1%) e as dívidas securitizadas das empresas estatais (15,0%), o que representou uma redução da dívida líquida do setor público em aproximadamente US\$ 1,6 bilhão.

Em 1991, foram concluídas praticamente todas as etapas necessárias à privatização das 22 empresas até então incluídas no PND, das quais cerca de 10 deverão ser leiloadas ainda no primeiro semestre de 1992. Dando continuidade ao programa, foram a ele incorporadas mais cinco empresas: a CSN, a AÇOMINAS, o Lloyd Brasileiro, a COSIPA e a FMBRAER.

Destaque-se, ainda, que o Governo tem buscado ampliar o escopo do processo de privatização, nele incluindo não só a alienação de empresas estatais mas também a transferência ao setor privado de parte dos novos investimentos a serem feitos na infra-estrutura de serviços públicos, através de nova legislação para o regime de concessão desses serviços.

Programa Federal de Desregulamentação

O Programa Federal de Desregulamentação, iniciado em maio de 1990, tem por objetivo a redução da interferência do Estado na vida e nas atividades do cidadão, o fortalecimento da iniciativa privada, a maior eficiência e redução dos custos dos serviços prestados pela Administração Pública Federal, bem como a melhoria do atendimento aos usuários dos serviços governamentais.

Foram editadas, no ano de 1991, 105 medidas de desregulamentação e desburocratização, removendo obstáculos ao livre funcionamento dos mercados, extinguindo ou simplificando controles, reduzindo a burocracia e revogando normas e regulamentos desnecessários.

Ao longo do ano de 1991, foram também revogados 111 mil decretos, representando 87% do total de 127 mil decretos editados pelo Poder Executivo desde a Proclamação da República.

Dentre as principais medidas adotadas em 1991, referentes à desregulamentação da atividade econômica e ao fortalecimento da iniciativa privada, destacam-se as seguintes:

- Lei nº 8.158, de 8 de janeiro de 1991, que institui normas para a defesa da livre concorrência, criando mecanismos de preservação da liberdade de iniciativa e da concorrência;

- envio ao Congresso Nacional de projeto de lei que dispõe sobre serviços portuários, possibilitando sua reestruturação, redução de custos e maior participação da iniciativa privada na operação;

- envio ao Congresso Nacional de projeto de lei que dispõe sobre o registro público de empresas mercantis e atividades afins, simplificando procedimentos, reduzindo prazos para as decisões das Juntas Comerciais e eliminando formalismos e ritualismos desnecessários;

- autorização para a microfilmagem de documentos apresentados para registro nas Juntas Comerciais, permitindo a eliminação de cerca de 2 milhões de documentos por ano;

- instituição do Cartão de Crédito Internacional emitido no País e alteração do Regulamento do Mercado de Câmbio de Taxas Flutuantes, para facultar a utilização desses cartões no pagamento de despesas no exterior; e

- extinção da sistemática de equalização dos preços dos combustíveis líquidos automotivos e desregulamentação das atividades de distribuição desses combustíveis, com o objetivo de estabelecer maior concorrência em seu transporte entre as bases de distribuição e os postos de abastecimento e maior competição entre os postos revendedores.

No que concerne à desburocratização da Administração Pública Federal e à redução da interferência do Estado na vida dos indivíduos, as principais medidas adotadas foram:

- redirecionamento e desregulamentação do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), suprimindo uma série de procedimentos administrativos e tornando mais flexível a sua execução;

- instituição da faculdade de pagamento pelos Correios de contas de água, energia elétrica e telefone, e da Taxa de Migração, bem como a inscrição em concursos vestibulares, a solicitação de passaporte, o cadastramento e recebimento do abono anual do PIS/PASEP nos Municípios onde não há agências da Caixa Econômica Federal;

- simplificação da entrada e saída de brasileiros do País, eliminando a obrigatoriedade de preenchimento do cartão de entrada e saída e instituindo guichê exclusivo para brasileiros, objetivando eliminar filas e atrasos de saídas dos aviões;

- elevação de US\$ 300.00 para US\$ 500.00, por passageiro, do valor de mercadorias que podem entrar como bagagem acompanhada, com isenção de impostos e aumento, nos mesmos valores, do limite de isenção para compras nos *free shops*;

- adoção de medidas destinadas a melhorar a qualidade dos serviços bancários e reduzir as filas nos bancos, como estímulo ao débito automático em conta corrente das contas de serviços públicos, credenciamento das agências lotéricas para recebimento de contas de luz, água e telefone, proibição da discriminação entre clientes e não clientes nas agências bancárias, flexibilização do funcionamento de Postos Bancários de Arrecadação e Pagamento (PAP), permitindo a constituição de PAP compartilhado por mais de uma instituição financeira e

- eliminação da anuidade antecipada para a importação e inter-nação de programas de computador e bens de informática.

PERSPECTIVAS E MEDIDAS MACROECONÔMICAS PARA 1992

O programa de estabilização em execução pelo Governo deverá manter a inflação em trajetória declinante, de modo que em 1993 ela esteja em torno de 20% ao ano.

Espera-se que o PIB permaneça inalterado em 1992 e cresça em torno de 3% em 1993 e de 5% ao ano daí em diante.

O Governo envida esforços para obter, em 1992, um superávit primário das contas do setor não financeiro em âmbito federal, exclu-das as receitas advindas do programa de desestatização, de 2,3% do PIB, contra 1% obtido em 1991. Ações nas outras esferas de Governo deverão produzir mais 0,7% do PIB de superávit primário, resultando num total de 3,0% do PIB no corrente ano.

Em função do pagamento dos juros da dívida interna, deverá ser observado, em 1992, um déficit operacional do setor público não financeiro de 2,7% do PIB. Esforço fiscal adicional buscará elevar o superávit primário, em 1993, a pelo menos 4% do PIB, devendo resultar num superávit operacional de 0,5% do PIB.

O aumento do superávit primário e a queda da inflação permitem esperar que as necessidades nominais de financiamento do setor público, em 1992, sejam de 18% do PIB, caindo para cerca de 5% em 1993.

O resultado primário das empresas estatais deverá passar de uma situação de quase equilíbrio, em 1991, para um superávit de 1,1% do PIB em 1992 e 1993. Esse resultado deverá ser conseguido através de um melhor controle dos gastos e empréstimos, inclusive a proibição de acúmulo de novos atrasados, e da elevação dos preços públicos em cerca de 15% em termos reais, em 1992, sobre a média de 1991.

O superávit primário de 0,5% do PIB apresentado em 1991 pelos governos estaduais e municipais deverá passar para 0,7% em 1992 e para 1% em 1993, em decorrência dos programas de ajuste negociados entre o Governo Federal e os Estados e Municípios.

O déficit externo em conta corrente deverá alcançar uma média de US\$ 1,5 bilhão por ano no biênio 1992-1993. Contribuirão para a diminuição do déficit o declínio das taxas de juros internacionais e a planejada reestruturação do endividamento junto aos bancos comerciais.

O Governo está determinado a manter políticas monetárias adequadas até que as expectativas sejam revertidas e a inflação reduzida em bases duradouras. Atribui-se importância crítica à manutenção da atual política restritiva de crédito, que deverá manter elevada a taxa de juros reais até que se consolide o ajustamento fiscal.

Pretende-se adotar uma política de restrição do crédito público líquido ao setor privado e assegurar a cobertura, pelos tomadores finais, dos custos totais dos recursos emprestados, com exceção dos casos em que haja previsão orçamentária para cobertura da diferença. Nesse contexto de restrição creditícia, procurar-se-á atender prioritariamente a demanda por crédito dos setores agrícola e exportador.

Não se permitirão aumentos reais da dívida do Governo Federal para cobrir despesas não financeiras e se executará uma política restritiva de gastos com base no controle do fluxo de caixa e em redução em 10% de determinados gastos de custeio. O Governo dará prosseguimento ao processo de renegociação da dívida dos Estados e Municípios, nos termos já aprovados em 1991.

Em 1992, deverão ser mantidas as linhas mestras da política de rendas executada em 1991. Em especial, três elementos dessa política continuam absolutamente essenciais: o estímulo à modernização das relações entre capital e trabalho, a livre negociação entre as partes e a valorização do salário mínimo.

Dando prosseguimento à implementação do Plano Diretor do Mercado de Capitais Brasileiro, está em curso um estudo amplo e detalhado para a revisão da Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404, de 1976), em cujo âmbito uma das questões mais importantes refere-se ao aumento da participação de ações ordinárias no capital total das empresas e a simultânea valorização das ações preferenciais. Também encontra-se em fase de avaliação proposição visando aprimorar a estrutura do mercado de valores mobiliários, incluindo o aperfeiçoamento das funções de normatização e de fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Outras proposições incluem a melhoria do desempenho e o aumento da transparência nas operações efetuadas por investidores institucionais, principalmente os fundos de pensão. Também é de fundamental importância o aperfeiçoamento dos mecanismos de captação de poupança externa - inclusive com a revisão da Lei nº 4.131, de 1962, que trata do ingresso e registro de capitais estrangeiros - no sentido de se permitir maior grau de mobilidade ao fluxo de capitais e de investimentos.

Durante o ano de 1992, dando continuidade à implementação da Política Industrial e de Comércio Exterior, serão desenvolvidos estudos setoriais que permitirão adotar ações para o aumento da competi-

tividade em vários complexos industriais. Serão, também, avaliadas as primeiras propostas dos Comitês Temáticos da Comissão Empresarial de Competitividade.

O Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade (PBQP) continuará atuando como instrumento para a elevação da competitividade dos produtos e serviços nacionais. As principais orientações gerais do PBQP objetivarão: promover a participação no programa do movimento sindical e de entidades de consumidores; valorizar a qualidade do trabalho, mediante implementação do Plano Diretor de Formação e Capacitação de Recursos Humanos; promover a articulação internacional do programa, especialmente no âmbito do MERCOSUL, intensificar a descentralização e o reconhecimento internacional do sistema de normalização técnica e de certificação da qualidade; ampliar a mobilização no programa dos segmentos de serviços, comércio, programas estaduais e pequenas e médias empresas; e aprofundar a utilização do poder de compra na indução da melhoria da qualidade e produtividade.

A sequência do Programa Nacional de Desestatização deverá, em 1992, abranger a ação combinada em duas áreas. Em primeiro lugar, dar-se-á continuidade à execução do cronograma de privatização das empresas cuja venda já foi autorizada. Em segundo lugar, a lista das empresas a serem privatizadas será periodicamente renovada ao longo de 1992, com a incorporação de novas empresas ao programa.

No ano de 1992, o Governo deverá conferir prioridade a cinco áreas de atuação: educação, ciência e tecnologia; incentivo à produção agrícola e reforma agrária; recuperação e conservação do meio ambiente rural e urbano, envolvendo o zoneamento ecológico-econômico para ordenação do território nacional; consolidação e recuperação da infra-estrutura; e abertura e modernização da economia. Estas prioridades deverão ser mantidas até o ano de 1995.

A Mensagem ao Congresso, como prevê a Constituição, é oportunidade para o Governo solicitar as providências que julgar necessárias. Cabe, assim, reiterar a urgência de importantes medidas submetidas ao Congresso Nacional e que aguardam sua apreciação.

Dentre essas, ressalta o conjunto de emendas à Constituição cuja apreciação, ainda no primeiro semestre de 1992, é de fundamental importância para a estabilização econômica, a reforma do Estado e a modernização da economia.

Há, ademais, vários projetos de lei, adiante indicados, de iniciativa do Executivo ou de parlamentares, em tramitação no Congresso Nacional, cuja aprovação reveste-se de especial importância e para os quais o Governo reitera o pedido de apreciação na sessão legislativa que ora se inicia.

No que se refere à modernização da economia, cabe destacar, entre outros, os projetos de lei que dispõem sobre: a prestação de serviços portuários; os direitos e obrigações referentes à propriedade industrial; a concessão de serviços e obras públicas; os incentivos fis-

cais para a capacitação tecnológica; a representação dos trabalhadores nas empresas; a negociação coletiva de trabalho; os fundos de investimento imobiliário e a extinção de diversas taxas e contribuições.

Vários projetos de interesse para o ajuste fiscal e para a reforma do Estado encontram-se, igualmente, em exame na Câmara Federal ou no Senado. Dentre esses, cabe indicar os projetos que dispõem sobre: os limites de despesa com o funcionalismo público; a regulamentação dos limites de endividamento do setor público; a concessão de medidas cautelares contra atos do Poder Público; as normas gerais de licitação e contratação pela administração pública; as punições para os casos de enriquecimento ilícito no exercício de cargos, funções ou empregos públicos; a tutela penal da regularidade das licitações e contratos públicos; a organização da Advocacia Geral da União; e a salvaguarda de assuntos sigilosos de interesse da segurança nacional e da sociedade.

Além dos projetos já submetidos à apreciação do Congresso Nacional, cabe referência aos principais temas em relação aos quais o Governo pretende encaminhar medidas à deliberação do Poder Legislativo.

Dentre esses, destaca-se o envio da segunda fase da reforma fiscal, previsto para o segundo semestre de 1992. Esta etapa aprofundará o ajuste iniciado com a reforma tributária de emergência e abordará, além de questões tributárias, aspectos fiscais do sistema de financiamento do Estado, especialmente os referentes à distribuição das despesas públicas, à partilha das receitas pelas várias esferas de Governo e regiões do País e à eficiência e eficácia no gasto público.

Outro grande imperativo é uma ampla discussão sobre as reformas estruturais necessárias para garantir o autofinanciamento, no curto e longo prazos, do Sistema de Previdência Social. A implementação dos novos planos de Benefícios da Previdência Social e de Custeio da Seguridade Social tornou claras as inconsistências do atual sistema previdenciário que, aparentemente estruturado sob o regime da capitalização, funciona de fato sob o regime da repartição simples. O aumento do número de beneficiários que não haviam contribuído para o sistema e a inexistência de requisito de idade para as aposentadorias por tempo de serviço alteraram significativamente a relação entre beneficiários e contribuintes que, de 1 beneficiário para 4 contribuintes em 1970, passou para 1 beneficiário para 2 contribuintes em 1990.

A reforma do Sistema Financeiro de Habitação é outro tema em relação ao qual o Governo pretende apresentar, ao longo de 1992, propostas de medidas. A solução do déficit potencial do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) é essencial a fim de recuperar a capacidade de concessão de novos financiamentos habitacionais.

Nesse sentido, além do imposto sobre ganhos de capital auferidos por mutuários que tiveram seus débitos parcialmente quitados, constante do conjunto de emendas à Constituição, o Governo estudará a possibilidade de securitização do FCVS, com a utilização dos respectivos títulos como moeda para aquisição de empresas privatizáveis no âmbito do Programa Nacional de Desestatização.

POLÍTICA SOCIAL

ESTRATÉGIA SOCIAL

A atuação do Governo na área social tem-se voltado primordialmente para permitir a melhoria dos padrões de qualidade de vida ao conjunto da população brasileira, por meio da expansão dos benefícios sociais básicos como saúde, educação, habitação e saneamento. Procura igualmente criar condições para a universalização do acesso a esses benefícios.

A essência desse esforço pode ser entendida a partir de linhas básicas, tais como: a imperiosidade de mudanças, a retomada do crescimento, a redução da presença do Estado na economia e a mobilização da cidadania.

Um país moderno, democrático e justo não pode conviver com a existência das flagrantes disparidades sociais hoje verificadas no Brasil. O Governo vem buscando interromper o ciclo da miséria que atinge parte da população brasileira, sem o que todo o esforço de desenvolvimento nacional ficará comprometido.

A dívida social é o fruto de distorções ocorridas durante várias gerações. Esses desequilíbrios foram acentuados por um corrosivo processo inflacionário durante mais de uma década, provocando graves repercussões na estrutura social. A necessidade, agora, de ajustamento da economia acarreta sacrifícios consideráveis. É sabido, entretanto, que com soluções paliativas o controle da inflação não será eficaz, prejudicando-se a consecução da meta de um Brasil novo e revigorado. É nesse sentido que o combate ora em curso contra a inflação representa, sobretudo, um esforço para reverter o quadro de injustiça social hoje vigente.

Em vista da situação de grande contingente da população brasileira, manifesta nos bolsões de acentuada pobreza, não pode o Governo esperar pelos frutos do desenvolvimento econômico para iniciar o resgate da dívida social. Medidas sociais compensatórias, a par de um esforço na área das políticas sociais básicas, vêm tentando compensar o difícil momento de ajuste por que passa a economia, em favor dos segmentos mais desamparados.

O Governo tem igualmente adotado as medidas necessárias para corrigir distorções ocorridas no passado e permitir que o crescimento econômico seja acompanhado da distribuição equitativa dos frutos do desenvolvimento. Nesse sentido, os investimentos voltados para a modernização e maior competitividade da economia nacional trazem em seu bojo a superação de entraves econômicos e conseqüente melhoria das condições de vida da população.

Na busca da promoção do bem-estar social, o Governo vem atuando de forma a superar a visão ultrapassada do Estado tentacular e onipresente. As medidas que buscam reduzir a presença do Estado na

economia permitirão que a iniciativa privada tenha primazia na condução dos negócios, em ambiente de livre mercado. Somente assim, reduzindo gastos e evitando desperdícios, poderá o Estado dispor de condições para cumprir, de forma efetiva, suas funções sociais básicas.

Ao mesmo tempo, nenhuma tentativa de resgate da dívida social será exitosa sem que se possam reverter o imobilismo e a acomodação sociais. A participação da sociedade continua indispensável para que, em efetiva parceria com o Governo, possa vencer o desafio social.

Cabe salientar ainda o duplo alcance da política social que contribui para o desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, é instrumento indispensável à consolidação democrática e ao pleno exercício da cidadania.

Durante o ano de 1991 o Governo deu seqüência às ações destinadas a expandir os benefícios sociais públicos e a reduzir a desigualdade no acesso a esses serviços.

Considerável esforço administrativo e de descentralização tem-se traduzido em incremento dos serviços prestados e em melhorias palpáveis dos benefícios previdenciários, e ainda na estruturação de mecanismos menos restritivos de proteção ao trabalhador afetado pela presente conjuntura econômica.

O Governo deu prosseguimento aos esforços nas áreas de saneamento básico e habitação, com ênfase para o atendimento das populações de baixa renda. A atuação governamental foi caracterizada pela descentralização das ações, flexibilização e atuação conjunta com os Estados e Municípios. Os programas de habitação prosseguem na busca da redução do déficit de moradias.

A proteção dos grupos mais vulneráveis da população tem sido alvo de preocupação constante do Governo. Com relação aos idosos, vale registrar a continuidade no aperfeiçoamento dos mecanismos para a elevação dos benefícios aos aposentados.

A atenção à criança constitui prioridade central do Governo no campo social. As ações nessa área consubstanciaram-se na criação do "Ministério da Criança", instrumento de articulação a partir do qual se vêm obtendo progressos significativos na aplicação de uma política de atendimento integral à criança e ao adolescente, especialmente aqueles expostos a situações de risco pessoal e social. No campo das políticas sociais básicas, o Governo tem dado ênfase especial à implantação dos Centros Integrados de Apoio à Criança (CIAC), caracterizados por sua abordagem de atendimento integral às crianças e jovens, constituindo-se em instrumento valioso de apoio e assistência aos grupos mais carentes.

Vale enfatizar os inegáveis retornos provenientes dos investimentos em educação. Um sistema educacional adequado é elemento indispensável à formação da cidadania. Os avanços tecnológicos recentes vêm demonstrando seu papel decisivo na modernização das sociedades e no aumento da competitividade e da

produtividade. Os países detentores dos melhores índices de desempenho são os que realizaram os mais vultosos investimentos educacionais, e que hoje dispõem de sistemas altamente eficientes.

A educação, em todas as suas dimensões, e com especial destaque para a básica, tem recebido grande atenção. O Governo Federal coordena a execução da política setorial, apoiando a definição dos modelos pedagógicos necessários para a melhoria da qualidade do ensino, incentivando, através de aportes de recursos, extensos programas de treinamento de docentes e auxiliando tecnicamente os Estados e Municípios no desempenho dessas ações. Empenho especial tem sido dedicado à recuperação da rede escolar primária em todo País.

O Governo tem procurado aperfeiçoar os mecanismos de execução de sua política social, perseguindo a superação dos entraves existentes. As prioridades derivam de uma avaliação abrangente da situação. A cooperação sistemática do Poder Público e dos diversos segmentos sociais envolvidos é requisito essencial para que o País possa apresentar indicadores sociais mais consentâneos com suas reais potencialidades.

PRINCIPAIS RESULTADOS EM 1991

Durante o ano de 1991, as realizações do Governo na área social buscaram, no quadro do aprofundamento da reforma administrativa, fazer com que os resultados da maior eficiência e racionalidade da máquina estatal pudessem refletir-se em benefícios à população, ampliando o alcance das ações governamentais.

Não obstante o estrito controle dos dispêndios públicos, com vistas a debelar a inflação e a permitir que o País ingresse em período de estabilidade e de efetivo crescimento econômico, registraram-se resultados expressivos da ação de Governo.

Trabalho e Previdência Social

- Com a aprovação das Leis nº 8.212 e nº 8.213, foi implantado o regime único de previdência, que instituiu o piso de um salário mínimo para todos os benefícios urbanos e rurais, aumentando em 394% o benefício para 4,7 milhões de beneficiários rurais e 600 mil urbanos;

- a nova Lei de Benefícios e Custeio da Previdência Social instituiu ainda os seguintes principais benefícios: a) aposentadoria proporcional aos 25 anos de serviço para a mulher e aos 30 anos para o homem; b) aposentadoria por tempo de serviço com inclusão de tempo de atividade rural; c) salário-maternidade para empregadas domésticas; d) aposentadoria aos 55 anos para a trabalhadora rural e aos 60 para o trabalhador rural; e) salário-família, salário-maternidade,

auxílio natalidade, auxílio funeral e demais benefícios de prestação continuada ao trabalhador urbanos;

- na fiscalização do cumprimento da legislação trabalhista foram visitados 362,5 mil estabelecimentos, alcançando 19,1 milhões de trabalhadores. A fiscalização do cumprimento da legislação previdenciária atingiu 268,6 mil estabelecimentos, alcançando 9,8 milhões de trabalhadores;

- na busca da informatização e da modernização do atendimento, foram informatizados 80 postos. Cerca de 5 milhões de segurados recebem atualmente os benefícios previdenciários por meio de cartões magnéticos.

Saúde

- A cobertura vacinal no Brasil superou, em média, o índice de 95% (poliomielite: 95%, sarampo: 100%; BCG-tuberculose: 92%; difteria-tétano-coqueluche: 84,4%), após duas amplas e exitosas campanhas levadas a efeito em 1991. Em 1989, essa cobertura alcançava apenas 50%, excetuando as coberturas de poliomielite e sarampo. Em vista da intensificação das campanhas dos Dias Nacionais de Vacinação, não foram registrados nos últimos anos novos casos de poliomielite. Verificou-se também redução nas notificações de todas as demais doenças;

- aprofundamento da implementação do Sistema Único de Saúde (SUS), que resultou em considerável melhoria no atendimento local. A cooperação dos três níveis de governo tem propiciado um incremento substancial no atendimento preventivo, apontando na direção de um modelo institucional efetivamente descentralizado;

- redução de 100 mil casos de malária em 1991, fruto das ações de controle de vetores e obras em áreas críticas na Amazônia;

- intensificação de controle de epidemias, como o dengue, por meio de campanhas de redução das densidades do inseto transmissor e de melhoria das condições sanitárias em ambientes propícios à proliferação do *Aedes aegypti*;

- contenção do ritmo epidêmico do cólera por meio de ações de saneamento e tratamento de doentes afetados pela enfermidade, bloqueio dos principais pontos de transmissão e de entrada da doença, aliados a uma campanha nacional de orientação e esclarecimento à população.

Educação

- O Governo Federal repassou recursos para a construção de mais de 15 mil salas de aula, reformas de escolas e treinamento de professores;

treinamento de 9.012 docentes e de 908 técnicos administrativos para o ensino médio e especial;

- a assistência aos estudantes possibilitou o fornecimento de merenda escolar, durante 260 dias, a 27,8 milhões de alunos na faixa de 7 a 14 anos e a 2,5 milhões de crianças, irmãs de alunos, entre 4 e 6 anos. Forneceram-se livros didáticos a 28 milhões de alunos do primeiro grau e outros materiais didáticos a 3,9 milhões de alunos do ensino fundamental.

Criança

- O Projeto "Ministério da Criança" manteve-se como prioridade central nas ações do Governo, concretizando a política de atenção integral à criança e ao adolescente. A ele cabem as articulações de todas as áreas governamentais que tratam de questões ligadas a essas faixas etárias. Suas atividades já resultaram em expressiva racionalização das iniciativas voltadas para a garantia dos direitos e satisfação das necessidades básicas das crianças e adolescentes;

- a ação governamental está baseada, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, na existência de uma rede de Conselhos que permitirão ao Governo, nos seus três níveis, dividir com a sociedade civil as formas de apoio à criança. Em 12/10/91, foi sancionada lei que criou o Conselho Nacional da Criança e do Adolescente. Essa mesma lei instituiu o Fundo Nacional da Criança e do Adolescente, bem como estabeleceu a possibilidade de contribuintes do Imposto do Renda abaterem percentual de sua renda líquida em favor dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais da Criança e do Adolescente;

- ênfase especial foi conferida à implantação dos Centros Integrados de Apoio à Criança, que permitirão, durante oito anos, educação, ensino profissionalizante, atendimento à saúde, cultura, esportes e lazer.

Habitação e Saneamento Básico

- Aprovação da construção de cerca de 400 mil unidades habitacionais e cerca de 7 mil lotes providos de infra-estrutura básica, com recursos orçamentários e do FGTS, beneficiando a população de baixa renda;

- celebração de contratos para o provimento de água e esgotamento sanitário, beneficiando cerca de 2,1 milhões de pessoas em mais de 340 localidades;

- aprovação da nova Lei do Inquilinato, propiciando aumento da oferta de imóveis para locação, com conseqüente redução dos valores de aluguéis.

AÇÃO SETORIAL

MINISTÉRIOS

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

O Ministério da Justiça vem se empenhando na garantia da constitucionalidade e na coordenação e articulação políticas do Governo.

AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 1991

No campo da cidadania, o combate à violência e à criminalidade foi a diretriz básica, merecendo referência especial a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Adicionalmente, foram elaborados o projeto "A Mulher no Ano 2000", objetivando a formulação de uma política direcionada à menina/mulher, instruindo-a contra todos os tipos de violência, e o Plano Nacional de Combate à Violência Contra a Criança e o Adolescente.

Desse trabalho resultou significativa redução das práticas de violências, especialmente no campo, cujo noticiário deixou de ocupar as páginas dos jornais, a partir do momento em que, enfrentados os chamados "casos exemplares" foram eles objeto de persecução criminal pelos órgãos e autoridades da Pasta da Justiça e do Ministério Público, com a identificação da maioria dos autores dessas violências, a instauração e conclusão de inquéritos e o oferecimento de denúncias perante o Judiciário, com o acompanhamento do CDDPII, através da comissão permanente especialmente criada para esse fim.

Deu-se prosseguimento à ampliação e modernização do sistema carcerário nacional, buscando-se, mediante apoio à construção de estabelecimentos prisionais e construção de penitenciárias federais de segurança máxima, a geração de 70 mil novas vagas.

Foram encaminhados ao Congresso Nacional anteprojetos relativos à nova Lei do Estrangeiro e à Lei de Aquisição, Perda e Reaquisição de Nacionalidade.

A principal diretriz na área de segurança pública, referente à intensificação do combate ao crime organizado, ao contrabando e tráfico de entorpecentes e às fraudes contra a União, foi viabilizada

pela prioridade conferida à modernização dos meios operacionais da Secretaria de Polícia Federal, destacando-se a aquisição de equipamentos, a modernização dos laboratórios especializados e a informatização de cadastros, agora ligados aos da INTERPOL.

Por outro lado, foram extremamente positivos a criação de conselhos de entorpecentes, em todos os estados da Federação, e o apoio prestado à reestruturação da legislação vigente.

Objetivando a redução do número de acidentes e do índice de mortalidade nas rodovias federais, foi concluído o plano piloto para operação científica das rodovias de maior tráfego.

Na política nacional de trânsito, deu-se prioridade ao controle das informações relativas a veículos automotores, visando ao combate ao roubo e ao furto, à racionalização dos procedimentos de registro e licenciamento e ao controle de entrada e saída de veículos em todo o território nacional. Nesse sentido, encontra-se em implantação o Registro Nacional de Veículos Automotores (RENAVAM), já efetivado para os Estados do Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul.

As principais ações de apoio às populações indígenas traduziram-se na proteção de terras, por meio da demarcação e da extrusão de invasores, e no encaminhamento ao Congresso Nacional de projeto de novo Estatuto do Índio. Foram ainda desenvolvidas ações específicas aos campos da educação, da saúde, da auto-sustentação e da proteção do meio ambiente das terras indígenas.

Com relação às terras indígenas foram identificadas 11 novas áreas, demarcadas 13 áreas abrangendo uma superfície de 223 mil ha, e ainda avivadas as demarcações existentes em quatro áreas com um total de 555 mil ha. Foram regularizadas 84 áreas em uma superfície de 14,5 milhões de ha e homologadas as demarcações de 105 áreas que perfazem uma superfície de 16,5 milhões de ha. Foram também declaradas de posse e ocupação indígena 22 áreas, no total de 18,5 milhões de ha.

Especificamente com relação às terras Ianomamis, foram retirados da área mais de 4.500 e quinhentos garimpeiros e, em 15/11/91, foi autorizada a demarcação de 9,4 milhões de hectares de seu território.

Na área da educação aos indígenas, foram ministrados 10 cursos para capacitação de professores bilíngues e confeccionadas cartilhas para sete grupos indígenas. Concomitantemente, foram realizadas 45 obras de infra-estrutura e melhorou-se a assistência médica prestada às comunidades, visando à redução dos índices de mortalidade e ao controle de doenças transmissíveis.

Em decorrência da orientação governamental de abertura da economia para o exterior e de adoção de um sistema de economia de mercado, intensificaram-se as ações para garantir a livre concorrência e

para ampliar a conscientização para os direitos do consumidor. Nesse sentido, merece destaque a promulgação da Lei nº 8.158, de 8 de janeiro de 1991, que institui os princípios para a efetivação da política de defesa da concorrência.

O engajamento do Ministério da Justiça ao Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade consubstanciou-se na Coordenação dos Subprogramas de Conscientização e Motivação para a Qualidade e Produtividade e de Adequação dos Serviços Tecnológicos para a Qualidade e Produtividade pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial.

No apoio à modernização da produção, as ações voltaram-se para a melhoria dos serviços de metrologia, inclusive no que respeita à harmonização de normas e legislação entre diversos países e registro de marcas e patentes. O Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), para tal, vem intensificando as atividades de consolidação e otimização da rede de informações tecnológicas. Nesse aspecto, destaca-se o Projeto de Lei da Propriedade Industrial, encaminhado ao Congresso Nacional, de fundamental importância para a implementação da Política Industrial e de Comércio Exterior.

As principais inovações do projeto são as seguintes: reconhecimento de patentes a produtos químicos, alimentícios, químico-farmacêuticos e medicamentos, não patenteáveis pela lei em vigor; a ampliação da proteção ao inventor, concedendo-lhe prazo para divulgar sua invenção; a dilatação do prazo de vigência da patente de 15 para 20 anos para a invenção e de 10 para 15 anos para o modelo de utilidade; a manutenção da obrigatoriedade do titular da patente de explorar seu objeto, limitando as possibilidades de substituição da exploração efetiva por importações; e a introdução do conceito de patente dependente, para assegurar ao criador de considerável aperfeiçoamento em produto ou processo patentado o direito de usar a patente principal para explorar sua criação, assegurando-se, em contrapartida, ao titular da patente principal o direito de usar a patente dependente.

Quanto aos serviços de registro comercial, conferiu-se prioridade ao fortalecimento institucional do Sistema Nacional de Registro do Comércio e à sua modernização.

Por último, vale salientar a modernização do Parque Gráfico da Imprensa Nacional e do Arquivo Nacional, com vistas ao aprimoramento da qualidade dos serviços prestados.

AÇÕES PREVISTAS PARA 1992

No campo da cidadania, serão realizadas ações em conjunto com a Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (CBIA), visando ao combate à violência contra a criança e o adolescente, à conclusão das obras de 20 estabelecimentos prisionais e ao apoio a programas de reintegração social, mediante assistência ao preso e à

vítima, além da montagem de sistema centralizado de informações em todos os estabelecimentos prisionais.

Na área de segurança pública e justiça, dar-se-á continuidade às atividades de controle, em todo o País, dos registros de veículos e de habilitação e à implantação do novo Sistema de Aplicação e Arrecadação de Multas, integrado ao RIENAVAM e do Projeto Operação Científica das Rodovias. Da mesma forma, serão realizados investimentos nas áreas de engenharia, educação e fiscalização de trânsito, além do reaparelhamento e modernização de equipamentos da Polícia Rodoviária Federal.

No que respeita às populações indígenas, continuarão sendo realizadas atividades referentes à demarcação de terras, à capacitação de escolas indígenas, à promoção de registro e memória dos grupos étnicos e ao controle de doenças transmissíveis, além das ações básicas na área de saneamento.

Para maior proteção aos mecanismos da livre concorrência e de defesa do consumidor, será fortalecido o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, mediante coibição de atos e práticas contrárias à livre iniciativa, aprimoramento da legislação pertinente ao combate ao abuso do poder econômico, simplificação do acesso à Justiça e agilização dos processos administrativos e judiciais.

As principais diretrizes de apoio às atividades empresariais serão condizentes no sentido de dotar o País de infra-estrutura técnico-operacional voltada para o desenvolvimento da tecnologia industrial básica e de um centro de padronização metrológica, de nível internacional, com a implantação da Rede Nacional de Metrologia primária e secundária.

Na área da Qualidade e Produtividade, serão consolidados os programas já implantados e implementados programas de qualidade dos serviços internos do Ministério e órgãos vinculados, objetivando a racionalização de informações e de rotinas.

Serão realizados investimentos visando à automação dos serviços do Arquivo Nacional e ao controle e disseminação de informações. Dar-se-á continuidade às ações de modernização do Parque Gráfico da Imprensa Nacional e à implantação da Agência Brasil.

MINISTÉRIO DA MARINHA

As atribuições básicas do Ministério da Marinha incluem: formulação e condução de políticas nacionais que digam respeito ao mar; fiscalização do cumprimento de leis e regulamentos, tanto no mar territorial quanto em águas interiores e na plataforma continental submarina; preparo material e operacional da Marinha para garantia dos poderes constituídos e da soberania nacional; orientação e controle da Marinha Mercante e atividades correlatas; realização de pesquisas e estudos de interesse da Marinha e do País; e cooperação com

os demais órgãos governamentais federais e estaduais, em programas de desenvolvimento nacional, bem como com a área de defesa civil, em casos de calamidade pública.

AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 1991

Em 1991 foi aprovado o 2º Plano Parcial de Obtenção e Modernização de Meios, cuja primeira fase prevê a aquisição de um submarino, uma corveta e de seis helicópteros, além da modernização de três fragatas.

Apesar de algum atraso no cronograma de construção dos meios navais, a Marinha incorporou, nesse ano, a corveta Jaceguai (segunda unidade da classe Inhaúma), o navio-tanque Almirante Gastão Motta e uma lancha-patrolha de 50 toneladas.

Foi concluída a instalação dos lançadores duplos de mísseis superfície-superfície Exocet MM.40 nas fragatas. Efetuou-se a avaliação operacional do míssil ar-superfície *Sea Skua*, e a avaliação do submarino Tupi, da corveta Inhaúma, do navio-tanque Almirante Gastão Motta e do navio-patrolha Graúna.

Em conjunto com a Polícia Federal, realizou-se a operação Madeira Livre, de intervenção no garimpo Belmonte, visando à cessação das atividades de garimpagem que estavam tornando crítica a navegação no rio Madeira.

Em cooperação com o Ministério da Saúde, navios de assistência hospitalar realizaram várias missões de apoio ao combate ao cólera, na Região Amazônica. Outras missões foram realizadas, com o objetivo de prestar assistência médica e odontológica às populações ribeirinhas.

Deu-se continuidade à delimitação da plataforma continental, conforme orientações e preceitos da Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar.

Em relação ao programa de desenvolvimento de meios flutuantes, avançou-se no projeto de construção de usinas de demonstração industrial, no Centro Experimental de ARAMAR, e iniciaram-se os estudos para a obtenção de um submarino diesel-elétrico de projeto nacional (NAC-I) e para a construção de três chatas para óleo combustível, além de uma chata para água.

O programa de renovação e ampliação dos meios flutuantes atingiu, em parte, suas principais metas, tais como: obtenção de cinco embarcações de desembarque e um navio-tanque; aquisição de sobressalentes para os contra-torpedeiros obtidos nos EUA; e obtenção de duas embarcações para patrulha e de embarcações pneumáticas.

Encontram-se em fase de aquisição quatro rebocadores de porto (Holanda), doze viaturas anfíbias (EUA) e helicópteros para as fragatas e corvetas (Reino Unido). Acha-se em recuperação o navio aeródromo ligeiro Minas Gerais.

As ações de reaparelhamento da Marinha contemplaram a construção de quatro corvetas da classe Inhaúma, sendo que a primeira delas já se encontra em teste de integração com o sistema de armas e a segunda em fase de treinamento da tripulação, para iniciar a aceitação, no mar, dos equipamentos do sistema de armas. Estão também em construção, no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ), três submarinos: Tamoio, Timbira e Tapajós, todos da classe Tupi (IKL-209-1400). Foram concluídas as integrações dos sistemas de armas tanto das corvetas classe Inhaúma, quanto dos submarinos classe Tupi.

Em relação ao desenvolvimento de projetos especiais, prosseguiu-se na construção, em terra, de instalação análoga à propulsora de um submarino e de uma estação para testes operacionais dos componentes da instalação de propulsão do circuito secundário como um todo.

Para o programa Patrulha Costeira, encontram-se em construção, no AMRJ, os navios-patrulha Grajaú e Guafba e uma lancha-patrulha destinada ao Projeto Calha Norte. No Estaleiro Mauá, prossegue a construção dos navios-patrulha Graúna e Goiânia.

No campo da ciência e tecnologia, foi implantado o Plano de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Marinha. Destaca-se o término da construção de simuladores do Centro de Operações de Combate das fragatas e corvetas. Foi prontificada e homologada a mina de fundo e contato, cujo projeto é nacional, e encontra-se em fase final de prontificação o foguete de *Chaff* (dispersador de mísseis).

Na área do ensino, mantiveram-se as atividades de formação, especialização e aperfeiçoamento de pessoal civil e militar, e realizaram-se cursos de altos estudos militares, além dos destinados ao pessoal da Marinha Mercante (ensino profissional marítimo).

AÇÕES PREVISTAS PARA 1992

Em 1992, o Ministério da Marinha dará continuidade ao programa de reaparelhamento, enfatizando projetos relacionados à renovação de material e à manutenção ou modernização da infraestrutura de apoio.

Na área do ensino, procurar-se-á expandir as atividades de formação, especialização e aperfeiçoamento do pessoal civil e militar, bem como dos cursos destinados ao pessoal da Marinha Mercante.

Prevê-se, no programa de desenvolvimento de meios flutuantes, a concepção e o desenvolvimento de projetos de engenharia relativos a meios de superfície e submarinos, além da implantação de infra-estrutura e da aquisição de documentação técnica.

Quanto à renovação e ampliação dos meios flutuantes, será concluído o processo de obtenção de dois navios de desembarque doca e procedida a aquisição e modernização de helicópteros.

No que se refere ao reaparelhamento, terá continuidade o processo de avaliação operacional de duas corvetas e a construção de duas outras, a construção de três submarinos e o início da construção de mais um submarino, além da modernização de três fragatas classe Niterói.

Na área de desenvolvimento de projetos especiais, terá continuidade o desenvolvimento do protótipo dos sistemas de navios e submarinos.

O programa Missão Antártica deverá adquirir equipamentos para pesquisa atmosférica, geológica e biológica, coletar dados sobre a dinâmica oceânica da Antártida e realizar estudos sobre ecossistemas austrais.

Já o programa Pesquisa e Desenvolvimento dará prioridade a projetos que utilizem sensores inerciais e propelentes sólidos para aplicação em mísseis e foguetes navais. Em conjunto com a indústria nacional, desenvolver-se-á protótipo industrial de um sistema de informações táticas.

No programa Patrulha Costeira, prevê-se o término da construção de dois navios-patrulha e a continuação da construção de mais duas unidades.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

Pelo Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEx), o preparo da Força Terrestre (FT), na concepção estratégica, estende-se por 30 anos, correspondentes aproximadamente aos ciclos de vida profissional do militar e de utilização dos principais equipamentos bélicos.

A fim de atender a aspectos legais e ajustar o seu planejamento às necessidades de programação do Governo, o SIPLEx adotou alguns marcos intermediários, estabelecendo, entre outros, um plano de curto prazo, a Força Terrestre - 1990 (FT/90), que prevê a reciclagem da concepção estratégica no Exército na mesma periodicidade do Plano Plurianual 1991-1995.

Na execução da FT/90, foram compatibilizados os objetivos às disponibilidades financeiras, sendo elcitas as seguintes diretrizes para o biênio 1991-1992: reestruturação da Brigada de Aviação do Exército; implementação do Programa de Informatização; implantação da organização sistêmica e do Sistema de Comando e Controle; redução de algumas estruturas, com eliminação das consideradas obsoletas ou desnecessárias; elevação, tanto quanto possível, do nível de operacionalidade das Organizações Militares; e transferência de meios militares das regiões Sul, Sudeste e Leste para a Região Amazônica.

AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 1991

No tocante ao projeto Reaparelhamento do Exército, foram organizados, em 1991, dois núcleos, um para o Batalhão de Aviação do

Exército e outro para o Centro de Instrução de Aviação do Exército, ambos em Taubaté. Foi ainda iniciada e concluída a aglutinação de depósitos regionais em um único depósito de suprimentos, em cada uma das 12 Regiões Militares.

Nesse mesmo projeto, foi organizado o Comando de Operações Terrestres, iniciada a organização da Companhia de Guerra Eletrônica, ambos em Brasília, e deu-se prosseguimento à organização de sete unidades militares beneficiadas com a dotação de equipamentos bélicos especializados.

Quanto às transferências e transformações de unidades militares, teve início a mudança de uma Brigada de Cavalaria Blindada do Rio de Janeiro para Santa Catarina, completou-se a mudança da Brigada de Aviação do Exército de Brasília para Taubaté e foram transferidas mais quatro unidades nas áreas do Comando Militar do Sul e do Comando Militar do Oeste. Realizou-se, ainda, a continuação da transformação de um Batalhão de Comunicações Divisionário, com recebimento de moderno material de comunicações eletrônicas. Foram adquiridos dezesseis helicópteros, completando-se um total planejado de cinquenta e duas novas unidades.

No que diz respeito à Coordenação da Força Terrestre, destaca-se a realização de estágios para 300 militares e de 127 eventos nas unidades militares, atingindo-se cerca de dois terços das metas previstas.

Com relação às atividades de Formação, Aperfeiçoamento e Altos Estudos, formaram-se 624 oficiais de carreira e 2.478 oficiais da reserva, participaram de cursos de aperfeiçoamento 308 oficiais de carreira e foi ministrado curso de Altos Estudos a 168 oficiais. Na área de Ensino Profissional e Específico, formaram-se 1.980 sargentos, além de terem sido ministrados cursos de aperfeiçoamento a outros 914 e de especialização a três mil militares.

No campo da pesquisa, foram executados trabalhos sobre equipamentos de natureza militar, considerados prioritários, e ampliada a capacidade do Sistema de Processamento de Dados com a aquisição de novos microcomputadores.

Na área da Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL), iniciaram-se os projetos Emulsões Explosivas e Espoleta Elétrica/Nonel. Retomou-se, também, o projeto Massa Primária. Além desses, destacaram-se o desenvolvimento e a fabricação de pistola 9mm, o aprimoramento de fuzis automáticos leves e a modernização do sistema computadorizado de direção de tiro de artilharia de campanha.

Na Região Amazônica, mediante participação no Projeto Calha Norte, foram desenvolvidas ações efetivas nas fronteiras, com o prosseguimento de várias construções de alojamentos, trapiches, postos médicos e outros, além da implantação de grupos geradores e instalação de antenas parabólicas, a fim de possibilitar o melhoramento das comunicações.

Paralelamente, prosseguiu-se com atividades integradas com os demais Ministérios, visando a proporcionar segurança à área de fronteira. Deu-se apoio à Polícia Federal no combate ao narcotráfico e a ações específicas nas regiões de garimpo.

AÇÕES PREVISTAS PARA 1992

Entre os trabalhos previstos para o projeto Reaparelhamento do Exército, destacam-se em 1992 a organização de quinze unidades militares, a transferência de onze e a transformação de outras onze.

Especial atenção será dada à Amazônia, transferindo-se duas Brigadas de Infantaria e um Destacamento de Aviação, respectivamente, do Sul, Leste e Sudeste para aquela área estratégica.

Por sua vez, a Coordenação da Força Terrestre pretende realizar estágios para 300 militares, 127 eventos nas unidades militares, 20 exercícios táticos e dez de mobilização. Além disso, propõe implantar oito infra-estruturas de informação, apoiar 25 projetos de instrução militar e contratar serviços relativos à montagem de infra-estrutura de instrução militar.

Quanto às atividades de Formação, Aperfeiçoamento e Altos Estudos pretende-se formar 630 oficiais de carreira e 2.500 oficiais da reserva, além de aperfeiçoar 600 oficiais no Ensino Militar e proporcionar curso de Altos Estudos para 170 oficiais. No que diz respeito ao Ensino Profissional e Específico, objetiva-se formar 2.100 sargentos, aperfeiçoar outros 1.000 e proporcionar cursos de especialização e extensão a 3.000 militares.

Com relação ao funcionamento e manutenção do Centro de Pesquisa (CTEX), planeja-se recuperar o sistema de abastecimento de água e implantar três Unidades de Serviços (administrativo, de pesquisa e de prova), além de contratar 20 pesquisas aplicadas a meios de emprego militar e realizar 103 pesquisas e experimentações.

No que se refere ao Sistema de Processamento de Dados, está prevista a aquisição de 800 e a recuperação de 50 microcomputadores, estes para atender às necessidades de trinta unidades militares.

Na IMBEL, programa-se a fabricação de simuladores de tiro embarcados, o prosseguimento de estudos visando a fabricação, no País, de munição de artilharia de campanha e a modernização da fabricação de pólvoras.

Com recursos repassados pela Secretaria de Assuntos Estratégicos - Projeto Calha Norte - deverão ser desenvolvidos, na Região Amazônica, entre outros, os seguintes projetos na Faixa de Fronteira Norte: Vigilância Terrestre, Infra-Estrutura Viária, Energia Elétrica e Comunicações.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

O Itamaraty buscou, em 1991, consolidar e aprofundar as linhas de atuação externa definidas pelo Governo, inseridas no objetivo mais amplo de modernização da economia e da sociedade brasileiras.

AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 1991

Mostrou-se particularmente dinâmico o relacionamento do Brasil com os países da América Latina e, em especial, com o Cone Sul. Visitaram o Brasil os Presidentes do Uruguai, Paraguai, Argentina, Colômbia e Venezuela e os Chanceleres do Chile e da Bolívia. O Presidente Fernando Collor participou da Primeira Conferência Ibero-Americana, no México, e da Reunião Presidencial do Grupo do Rio na Colômbia. Realizou-se, ainda, a Reunião Extraordinária dos Ministros de Transportes e Obras Públicas do Cone Sul.

Com respeito à integração, merece destaque a entrada em vigor do Tratado Constitutivo do MERCOSUL. O Brasil procurou, ainda, contribuir para a redefinição da ALADI.

Sobressai, igualmente, a assinatura entre Brasil e Argentina do Acordo para o Uso Exclusivamente Pacífico da Energia Nuclear e do Acordo Conjunto de Salvaguardas com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), este último assinado em Viena, em 13 de dezembro, na presença dos Presidentes do Brasil e da Argentina.

Concluiu-se, em 1991, a construção da Hidrelétrica de Itaipu, cuja décima-oitava unidade geradora foi inaugurada pelos Presidentes do Brasil e do Paraguai.

A diplomacia brasileira desenvolveu intensas atividades em respaldo à restauração do regime democrático pleno no Suriname. Como um dos países garantes do Protocolo do Rio de Janeiro de 1942, o Brasil, em cooperação com os demais países garantes (Argentina, Chile e Estados Unidos), desenvolveu esforços para a busca de uma solução mutuamente aceitável para a questão fronteiriça entre o Equador e o Peru.

O Brasil continuou a colaborar com os esforços de pacificação e democratização na América Central e procurou fortalecer os programas de cooperação técnica a países da América Central e do Caribe. Nas relações entre Brasil e Cuba destacou-se a cooperação científica e tecnológica.

Procedeu-se, em 1991, ao aperfeiçoamento das relações com os Estados Unidos da América, de que são exemplos a visita do Presidente Collor a Washington, o acordo firmado entre os EUA e o MERCOSUL no âmbito da Iniciativa para as Américas, e a assinatura de instrumento de emenda e extensão do Acordo Brasil-Estados Unidos de Cooperação Científica e Tecnológica.

No âmbito da OEA, o Brasil apoiou todas as iniciativas de reforço da democracia na região; assim agiu-se quanto às decisões sobre o Haiti e o Suriname. O Grupo do Rio consolidou-se como instância fundamental de consulta e coordenação política e como interlocutor regional, em especial com a CEL. A estrutura do Tratado da Bacia do Prata integrou-se, em 1991, o Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná. Por fim, o Tratado de Cooperação Amazônica teve sua atuação revitalizada, com a realização de reuniões das Comissões Especiais e da IV Reunião de Chanceleres, que aprovou as bases para posição conjunta dos países amazônicos em matéria de meio ambiente.

No capítulo das relações do Brasil com os países da Europa Ocidental, têm particular relevância as seguintes iniciativas bilaterais: as visitas ao Brasil do Primeiro Ministro da Alemanha, do Primeiro Ministro de Portugal e de suas Altezas Reais o Príncipe e a Princesa de Gales e as visitas do Presidente Collor à Espanha, Suécia, Noruega e Itália. Assinou-se, com a Espanha, o Tratado de Cooperação e Amizade; com Portugal, o Acordo-Quadro de Cooperação e o Acordo sobre Transportes Aéreos; com a Alemanha, o Acordo de Cooperação Financeira Bilateral; e com o Reino Unido, o Acordo sobre Preservação do Meio Ambiente. Com a Itália, ratificou-se o Acordo-Quadro de Cooperação e concluíram-se o Protocolo Adicional àquele Acordo e o Acordo sobre Turismo. Decidiu-se abrir Embaixada residente do Brasil em Dublin, na República da Irlanda. Merece especial referência a visita ao Brasil de Sua Santidade o Papa João Paulo II.

O Brasil buscou adensar suas relações com os países da Europa Central e Oriental. O Governo brasileiro acompanhou atentamente a evolução dos acontecimentos na área, havendo manifestado repúdio à tentativa de golpe na URSS e exortado ao diálogo as partes em conflito na Jugoslávia. O Brasil reconheceu a independência da Letônia, Lituânia, Estônia e das Repúblicas da Comunidade de Estados Independentes.

Visitaram o Brasil diferentes dignitários da região, entre os quais o Primeiro-Ministro da Romênia, os Ministros dos Negócios Estrangeiros da R.F. Tcheca e Eslovaca e da Polónia e o Ministro das Relações Económicas Internacionais da Hungria. Concluíram-se, com a Romênia, o Protocolo Económico-Comercial; com a Polónia, o Acordo de Cooperação Cultural; e com outros países da região, acordos em matéria consular.

Na Bacia do Pacífico, foram especialmente intensas as relações com o Japão, a República da Coreia, a República Popular da China e a Malásia. Com o Japão acertaram-se quatro contratos de financiamento, no valor de 470 milhões de dólares. O Chanceler visitou a República da Coreia, quando foi firmado Acordo de Cooperação nos Campos da Ciência e Tecnologia e a República Popular da China, ocasião em que foram assinados o Acordo sobre criação dos Consulados Gerais no Rio de Janeiro e em Cantão e o Acordo Destinado a Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos de Renda. O Primeiro-Ministro da Malásia realizou visita pioneira ao Brasil. Foram concluídos acordos de transportes aéreos com Tailândia e Hong-Kong.

A importância atribuída pelo Governo brasileiro às relações com a África refletiu-se na viagem do Presidente Collor a Angola, Moçambique, Zimbábue e Namíbia e na visita do Chanceler Francisco Rezek a Cabo Verde. Visitou o Brasil, a convite do Governo, o líder sul-africano Nelson Mandela, quando se reafirmou o apoio brasileiro ao desmanejamento total do *apartheid*.

No relacionamento com os países do Oriente Próximo sobressaiu o estreitamento dos laços com o Irã, atestado pela visita do Chanceler a Teerã e por acordos para aumento de importação de petróleo, e com o Egito, onde o Chanceler assinou Ajuste Complementar sobre Cooperação em Pesquisa Agrícola e Áreas Afins.

Em relação ao conflito no Golfo Pérsico, o Brasil pautou sua política pela estrita observância das Resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

A importância atribuída pelo Brasil à diplomacia multilateral foi evidenciada pelo discurso presidencial na abertura da XI.VI Assembleia Geral das Nações Unidas, pela ativa participação nos diversos foros internacionais e pelo incremento de nossa contribuição às operações de paz da ONU: UNAVEM II (Angola), ONUSAL (El Salvador) e ONUCA (América Central). Merecem nota, também, a reeleição do Brasil para o Conselho Econômico e Social (ECOSOC), para a Comissão de Direito Internacional e para o Conselho da Organização da FAO.

Em conjunto com a Argentina, o Brasil levou à Comissão de Desarmamento das Nações Unidas a questão das transferências internacionais de tecnologias sensíveis, com vistas ao estabelecimento de um sistema normativo multilateral, universal e transparente sobre o tema. A iniciativa, que mereceu o endosso e o incentivo da Assembleia Geral, deverá ser desenvolvida em 1992.

Como membro da Conferência de Desarmamento, o Brasil participou das negociações para a elaboração de uma Convenção Internacional contra as Armas Químicas. Na esfera regional, Brasil, Argentina e Chile assinaram a Declaração Conjunta sobre a Proibição Completa de Armas Químicas e Biológicas (Compromisso de Mendoza). Internamente, uma Comissão Especial Interministerial elaborou Anteprojeto de Lei sobre Comércio de Bens Sensíveis, destinada a regular importações e exportações de bens de emprego bélico, de uso duplo e de utilização na área nuclear.

O Brasil prosseguiu em sua política de transparência em matéria de direitos humanos, dialogando com a comunidade internacional e, em especial, com as Nações Unidas. A colaboração com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha foi também intensificada, mediante acordo para o estabelecimento de escritório do CICV no Brasil.

Nas questões econômicas, a retomada do processo negociador no âmbito da Rodada Uruguai foi bem-vinda pela diplomacia brasileira, que se tem esforçado para que as negociações cheguem a resultados equilibrados.

No que diz respeito a produtos de base, o Brasil tem procurado redefinir suas posições em relação aos acordos internacionais sobre a matéria, dando ênfase à produtividade e à busca de mercados alternativos.

No campo da energia, foi apresentada proposta de criação de uma matriz energética latino-americana, no âmbito da OLADE. O Brasil avançou nos estudos sobre a aquisição de gás natural de países vizinhos, sobretudo Argentina e Bolívia. Após a Guerra do Golfo, o Brasil buscou diversificar seus fornecedores de petróleo, dando preferência a países latino-americanos.

Quanto a atividades de promoção comercial, o Itamaraty apoiou diretamente a participação de empresas nacionais em 71 eventos internacionais no exterior. Em 1991, entrou em funcionamento o Sistema de Promoção de Investimentos e Transferência de Tecnologia para Empresas (SIPRI).

O tema do meio ambiente continuou a receber tratamento prioritário da diplomacia brasileira. No processo de organização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, o Brasil participou da negociação da Convenção sobre Proteção da Biodiversidade e da Convenção-Quadro sobre Alterações Climáticas e recebeu visitas do Secretário-Geral da Conferência, Maurice Strong. O Chanceler chefou, no México, a delegação brasileira à Conferência Regional Preparatória, que aprovou a "Plataforma de Tlatelolco", sobre as posições de latino-americanos e caribenhos na Conferência do Rio. No plano interno, foi criado Grupo de Trabalho Nacional para as atividades de apoio logístico à Rio-92. Presidida pelo Ministro das Relações Exteriores, a Comissão Interministerial para a preparação da Conferência intensificou sua atividade em 1991, realizando dez reuniões.

Em atenção a oferecimento do Grupo dos Sete, o Governo brasileiro elaborou, juntamente com o BIRD e a Comissão da Comunidade Européia, um Programa Piloto para a Conservação das Florestas Tropicais do Brasil. Em dezembro, foram anunciadas as contribuições internacionais, de cerca de 250 milhões de dólares, para a fase inicial do Programa Piloto.

No que concerne ao debate internacional sobre as questões indígenas, foi aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, a Resolução 45/164, que proclamou 1993 como o Ano Internacional do Índio. No plano interno, foi encaminhada ao Congresso Nacional, para apreciação, a Convenção sobre Populações Indígenas e Tribais, da OIT.

O Brasil assinou, em Madri, o Protocolo ao Tratado da Antártida para a Proteção ao Meio Ambiente e participou, em Bonn, da XVI Reunião Consultiva do Tratado da Antártida, eventos precedidos da visita ao Presidente Collor àquela região.

Na área da prevenção do uso indevido e do tráfico de entorpecentes, o Brasil ratificou, em junho, a Convenção das Nações Unidas

contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas. Também em junho, entrou em vigor o Acordo Brasil-EUA de Cooperação Mútua para a Redução da Demanda, a Prevenção do Uso Indevido e o Combate à Produção Ilícita de Drogas.

No campo da cooperação científica e tecnológica, destaca-se a formulação e implementação, em coordenação com a Secretaria de Ciência e Tecnologia da Presidência, de novo modelo de cooperação. Nesse sentido, o Itamaraty gestiona a implantação, no âmbito da ALADI, do Projeto Paradigma/Microeletrônica. Ao mesmo tempo, ampliaram-se as ações conjuntas com Alemanha, França, Itália, Argentina, RPC, URSS e EUA.

Entre as atividades da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) merecem destaque os projetos na área ambiental com França, Canadá, Reino Unido e Japão.

No âmbito da cooperação intelectual, o Brasil participou da XXVI Sessão da Conferência Geral da UNESCO, de Comissões Mistas Culturais com Bolívia e Itália e assinou Acordo Cultural com a Polônia. O Itamaraty manteve os programas de 16 leitores e de 19 Centros de Estudos Brasileiros no exterior. Promoveu a participação brasileira em feiras de livros em Bolonha, Assunção, Guadalajara, Havana, México, Frankfurt, Gotemburgo, Montevideu e Buenos Aires. O Itamaraty apoiou também a participação nacional na V Mostra de Arquitetura da Bienal de Veneza.

O Instituto Rio Branco formou, em 1991, 32 novos diplomatas, dos quais oito bolsistas estrangeiros. Foram realizados dois cursos de Aperfeiçoamento de Diplomatas e dois Cursos de Altos Estudos.

No plano consular, foi prestada assistência aos refugiados brasileiros na área de conflito no Golfo Pérsico, bem como aos tripulantes de navios do Lloyd Brasileiro arrestados em portos estrangeiros; garantiu-se, ademais, a defesa dos interesses brasileiros, por intermédio da rede consular no exterior, como no caso dos odontólogos brasileiros residentes em Portugal.

No plano administrativo, manteve-se o funcionamento da rede de postos no exterior. Implementou-se a abertura da Embaixada em Dublin e do Consulado-Geral em San Juan de Porto Rico e o fechamento da Embaixada em Dar-Ils-Salaam.

Deu-se prosseguimento ao programa de reforma e reaparelhamento das unidades do Ministério das Relações Exteriores em Brasília, no Rio de Janeiro e em Belém.

No que se refere à Pessoal, deu-se início ao aprimoramento da estrutura dos Quadros do Ministério.

AÇÕES PREVISTAS PARA 1992

As linhas gerais de atuação do Itamaraty, em 1992, a serem seguidas em função do posicionamento do País no cenário regional e

internacional e das condições políticas, econômicas e sociais no plano interno, poderiam ser resumidas nos seguintes tópicos:

- apoiar a busca da inserção crescente e competitiva na economia mundial, através da expansão do mercado externo para produtos brasileiros e do acesso à tecnologia avançada;

- incrementar o relacionamento com os países latino-americanos, em particular com a Argentina, e avançar o processo de integração na região do Cone Sul. Com aquele país vizinho, buscar sobretudo dar plena implementação às ações previstas na área nuclear. No que toca ao MERCOSUL, prosseguir em sua consolidação, principalmente no que diz respeito à coordenação de políticas setoriais e macroeconômicas e à harmonização de legislações;

- ampliar a participação brasileira nos organismos internacionais e contribuir para a crescente valorização do multilateralismo;

- colaborar ativamente para o encaminhamento de questões de interesse do Brasil e da comunidade internacional, em particular a proteção do meio ambiente e a defesa dos direitos humanos. Dar ênfase especial à preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que deverá concentrar as atenções da comunidade internacional pela importância e abrangência dos temas a serem tratados.

Nas áreas administrativa e consular:

- aperfeiçoamento da rede de postos no exterior, com o objetivo de adequá-la às novas tendências das relações internacionais, incluindo a abertura do Consulado-Geral em Nagoia e o fechamento do Consulado-Geral em Marselha;

- prosseguimento do projeto de reforma e reaparelhamento do Palácio Itamaraty e seus anexos em Brasília, a Secretaria de Recepção e Apoio no Rio de Janeiro e alguns postos no exterior;

- implementação das alterações no Quadro de Pessoal obtidas em 1991, com o objetivo de modernizar e melhor dotar o Ministério das Relações Exteriores de força de trabalho qualificada e especializada para as funções afetas a sua área.

- modernização da estrutura da rede consular, visando adequá-la às novas necessidades, para a melhor defesa dos interesses de cidadãos brasileiros que recorrem ao auxílio do Governo no exterior;

- treinamento de pessoal técnico na área consular, para obter melhor rendimento quantitativo e qualitativo no atendimento ao público;

- equacionamento de questões consulares decorrentes de conflitos sociais de fronteira, gerados pela mobilidade de contingentes humanos nessas áreas.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

O Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento (MEFP) tem como área primordial de atuação a formulação, implementação e acompanhamento da política econômica. Por intermédio das quatro Secretarias integrantes de sua estrutura básica (Fazenda, Planejamento, Economia e Política Econômica), e de órgãos e entidades vinculados, inclusive de natureza creditícia, desempenha funções concernentes à arrecadação e alocação de recursos públicos, ao fomento e regulação das atividades econômicas, assim como as relativas à oferta e demanda da moeda.

Em 1991, destacaram-se como prioritários os seguintes objetivos da ação do Ministério: redução e estabilização do processo inflacionário; saneamento das contas públicas e reestruturação do dispêndio, inclusive consideradas as diferentes esferas de Governo; e aprofundamento das medidas que visam à modernização da economia, à desestatização e ao aumento dos fluxos de comércio com o exterior.

Política Monetária e Creditícia

Ao longo de 1991, o Governo continuou no firme propósito de manter sob controle o nível de liquidez da economia, como suporte à política de estabilização de preços.

Visando reverter as expectativas inflacionárias e criar condições para viabilizar o controle das contas públicas, foram adotadas, ao final de janeiro de 1991, medidas que proporcionaram importantes modificações no sistema financeiro nacional, aprimorando seu desempenho e buscando transformá-lo em um efetivo instrumento de captação da poupança privada, capaz de financiar os investimentos de longo prazo.

Dentre essas medidas destaca-se a eliminação dos mecanismos de indexação, com a proibição da contratação de operações compromissadas (operações de *overnight*) entre os aplicadores e as instituições financeiras, e a extinção dos Bônus do Tesouro Nacional (BTN) e do Maior Valor de Referência (MVR), que vinham sendo utilizados como instrumentos de indexação informal da economia. Ainda com esse objetivo, criou-se a Taxa Referencial de Juros (TR) e a Taxa Referencial Diária (TRD), calculadas a partir da taxa média de captação dos Certificados de Depósitos Bancários e desatreladas da inflação passada, refletindo apenas a expectativa da inflação do mês, e proibiu-se a emissão de títulos referenciados à TR com prazo inferior a três meses.

No âmbito das aplicações financeiras de curto prazo, foram criados os Fundos de Aplicação Financeira (FAF), correspondendo sua rentabilidade à remuneração dos ativos que compõem suas carteiras: títulos públicos federais, estaduais e municipais; certificados de depósitos a prazo fixo; letras de câmbio, letras hipotecárias; Títulos

de Desenvolvimento Econômico (TDE); e quotas do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS). Esses fundos são sujeitos à tributação decrescente do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), de acordo com o prazo decorrente entre o depósito e o resgate, o que objetiva alongar o prazo de aplicação dos recursos no mercado financeiro.

Como resultado do aprofundamento das medidas de estabilização implementadas ao final de janeiro de 1991, houve uma súbita redução nos custos de retenção de moeda, iniciando-se um novo processo de monetização, que ao contrário de ocasiões anteriores, limitou-se ao primeiro mês de vigência das novas medidas, demonstrando uma rápida acomodação dos agentes econômicos às novas regras do mercado financeiro.

No decorrer do ano, visando criar uma alternativa aos títulos pré-fixados existentes (LTN/BBC), foram introduzidos, ainda, dois novos títulos: as Notas do Tesouro Nacional, com a finalidade de prover o Tesouro de recursos necessários para a cobertura de seus déficits explicitados no Orçamento da União ou para realização de operações de crédito por antecipação de receita; e as Notas do Banco Central, título pós-fixado com rendimento calculado com base na TRD, utilizado para fins de política monetária.

No mês de agosto, para absorver parte dos recursos oriundos das liberações dos cruzados novos, foram criados os Depósitos Especiais Remunerados (DER), com rendimentos diários e rentabilidade com base na TRD mais 8% ao ano. Ao longo do ano foram liberados 8,4 trilhões de cruzados novos, dos quais 48,1% ficaram depositados em DER.

A partir do início da liberação dos cruzados novos, quando grande volume de recursos foi colocado à disposição do público, o Governo passou a executar uma política mais ativa de taxas de juros, como forma de evitar que pressões adicionais de demanda elevassem as taxas de inflação. As taxas reais dos títulos federais alcançaram um patamar de 3% a 5% nos meses de setembro a dezembro, utilizando-se o INPC como deflator.

Apesar da forte pressão expansionista provocada pela liberação antecipada dos cruzados novos, os resultados da evolução dos agregados monetários ao longo do ano foram favoráveis, observando-se significativa redução, em termos reais, dos estoques da base monetária e dos meios de pagamento (M1), tomando-se qualquer índice de preços como deflator. De fato, ao final de 1991, as taxas nominais de expansão da base monetária e dos meios de pagamento, acumulados no ano, situaram-se em 291,2% e 328,2%, para as posições de final de período, e em 297,7% e 331,7% para as médias dos saldos diários. Nesse último conceito, os dois agregados caíram, em termos reais, 31,5% e 25,6%, respectivamente.

Quanto ao conceito amplo de meios de pagamento (M4), observou-se que a sua relação com o PIB, de 14,6%, não obstante o grande volume de recursos liberados (cruzados novos) a partir de agosto, manteve-se, ainda, muito aquém da relação M4/PIB observada em fevereiro de 1990, que fora de 24,4%.

Política Fiscal

As medidas de política fiscal, adotadas durante o exercício de 1991, estiveram associadas à necessidade da manutenção do equilíbrio das contas públicas. A execução financeira da União continuou pautada no objetivo de geração de superávits de caixa o que permitiu não só a redução das possíveis pressões sobre o mercado financeiro como também que fosse mantido o processo de redução do estoque da Dívida Pública Mobiliária Federal.

De fato, o ano de 1991 caracterizou-se por uma execução de caixa do Tesouro Nacional rigorosamente controlada, baseada principalmente no contingenciamento às despesas do Orçamento Geral da União, tornando indisponível para movimentação e empenho 95% das dotações destinadas a investimento e outras despesas de capital, 90% das dotações para inversões financeiras e outras despesas correntes, bem como 100% de diversas despesas a cargo dos Ministérios da Saúde, Educação e Trabalho e Previdência Social.

Ao final de 1991, as contas do Governo apresentaram resultado positivo de caixa da ordem de Cr\$ 682,1 bilhões, em uma demonstração evidente de austeridade nos gastos públicos.

No ano de 1991, a arrecadação federal, sob a ótica de caixa, atingiu a cifra de Cr\$ 18.083,2 bilhões, representando, em termos reais, redução de 21% em comparação com o ano anterior. Essa redução é, em parte, explicada pela maior incidência, em 1990, do IOF sobre os estoques financeiros, elevando substancialmente as receitas naquele período, o que não se verificou em 1991. Entretanto, se comparada com a receita obtida em 1989, desconsiderando-se, por conseguinte, os efeitos decorrentes da arrecadação em cruzados novos durante 1990, a arrecadação federal registrou um crescimento real, em 1991, em torno de 5%.

É importante frisar que, em 1991, a participação percentual das despesas com liberações vinculadas alcançou 40% das receitas tributárias, enquanto no ano anterior, esta participação representou 34%, com uma elevação de 6 pontos percentuais. Esse resultado reflete o incremento das transferências automáticas, ou seja, das despesas cujas fontes de recursos encontram-se vinculadas, por força de legislação própria, a um percentual da arrecadação de tributos específicos.

Deve ser salientado, ainda, que um dos fatores importantes para a obtenção de superávit de caixa em 1991 foi a expressiva redução dos encargos da Dívida Pública Mobiliária Federal. Comparativamente ao ano anterior, os desembolsos efetuados esse ano representaram redução de 98% em termos reais. O estoque da dívida pública interna também decresceu 10,2% em termos reais.

A política de redução de custos e alongamento de prazo da dívida interna, iniciada em março de 1990, foi preponderante para o equilíbrio das contas do Tesouro Nacional em 1991. Os encargos reais representaram somente 0,23% da despesa ordinária total em 1991, contra 8,96% em 1990 e 17,95% em 1989.

Observe-se, todavia, que a redução dos encargos verificou-se apenas no resultado das contas do Tesouro Nacional, onde são contabilizados pelo critério de "caixa", o que possibilita a apropriação do alongamento do prazo de vencimento da dívida pública interna. De fato, de acordo com o critério de "caixa", os encargos somente são debitados no momento de seu desembolso, o que não se observa no cálculo das Necessidades de Financiamento do Setor Público, no qual são registrados por "competência" e calculados com base na taxa de juros real do período.

Por último, vale observar que as novas emissões de títulos públicos, a partir de setembro de 1991, visaram apenas financiar, parcialmente, o estoque vincendo da dívida, sendo os encargos reais e parte do estoque vincendo pagos com recursos de caixa, oriundos do superávit do Tesouro.

Com vistas ainda à consecução do equilíbrio fiscal em 1991, determinou-se a redução real de 10% nas despesas correntes das estatais e foram estabelecidos novos critérios para transferência de recursos para Estados, Municípios e DF, no caso de celebração de convênios. Tais medidas, aliadas à racionalização na aplicação dos recursos orçamentários, permitiram, apesar da forte redução das receitas do Tesouro e do aumento das despesas com benefícios pagos pela Previdência Social (em razão da entrada em vigor do Novo Plano de Benefícios da Previdência Social), que as Necessidades de Financiamento do Setor Público, em 1991, fossem próximas de 2,5% do PIB no conceito operacional, correspondendo a um superávit primário de 1% do PIB.

De modo a dar continuidade ao processo de ajuste fiscal consistente e permanente, foi encaminhada e aprovada pelo Congresso Nacional, em dezembro de 1991, a reforma tributária de emergência, que prevê, entre outros pontos, a atualização do valor dos tributos pela Unidade Fiscal de Referência (UIFR); a simplificação das declarações: a isenção para um contingente adicional de 2,5 milhões de assalariados; a introdução de limites mais estritos para a dedução dos benefícios indiretos da base de cálculo do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas, além do pagamento desse imposto em bases correntes; e a consolidação e rolagem da dívida dos Estados e Municípios.

Política Cambial, Balanço de Pagamentos e Dívida Externa

Em 1991, o mercado livre de câmbio, criado em substituição ao de taxas administradas, continuou a conviver com o mercado de dólar turismo, apresentando, já no final do ano, diferencial mínimo entre as taxas dos dois mercados.

No início de agosto, o Banco Central do Brasil introduziu modificações no seu relacionamento com o mercado cambial, passando a operar através de instituições *dealers*. Em consequência, a compra e a venda de divisas por parte da autoridade monetária passaram a ser efetivadas na forma de leilões, estimulando a competitividade, facilitando

tando o acesso e oferecendo maior transparência às operações cambiais.

Em meados de outubro, o Banco assumiu postura não-intervencionista, retirando-se do mercado interno de compra e venda de ouro, o que provocou, de imediato, movimentos especulativos com a moeda americana, fato que se reverteu logo em seguida.

Em termos de balança comercial, 1991 apresentou resultado próximo ao do ano anterior, com superávit de cerca de US\$ 10,6 bilhões. Os valores das exportações e importações atingiram montantes aproximados de US\$ 31,6 bilhões e US\$ 21,0 bilhões, respectivamente, representando um incremento de 0,7% no primeiro caso e de 1,7% no segundo.

A retração da demanda interna e a manutenção da paridade da taxa cambial favoreceram o desempenho das exportações, tanto de produtos primários quanto de industrializados, contrabalançando os efeitos negativos ligados ao desempenho da economia mundial.

Relativamente às importações, cabe comentar que menores gastos com aquisição de petróleo, em função, principalmente, da redução observada no preço internacional do produto, compensaram, pelo menos em parte, os maiores dispêndios decorrentes da ampliação das importações induzidas pela redução de tarifas, eliminação de cotas e extinção de listas de produtos com importação suspensa.

Na área de capitais estrangeiros foram processadas significativas alterações no decorrer do ano, destacando-se, entre outras, a regulamentação de operações de crédito externo com vínculo às exportações, a introdução dos mecanismos legais necessários à captação através dos instrumentos *American Depository Receipt* e *International Depository Receipt*, e a extensão aos bancos da possibilidade de captação de recursos externos com o uso de *commercial papers*.

Além disso, foram ampliadas as alternativas de aplicação de recursos de carteiras de investidores institucionais estrangeiros, eliminadas as restrições ao funcionamento de sociedades de investimento e fundos de investimento de capital estrangeiro, facultada a colocação de debêntures conversíveis em ações no exterior, bem como desburocratizadas e dispensadas diversas exigências para remessas ao exterior.

De especial importância para o balanço de pagamento, em 1991, foi o ingresso de recursos destinados à inversão direta. Tais recursos, sensivelmente reduzidos nos últimos dez anos, voltaram a apresentar valores significativos. Estima-se que cerca de US\$ 1,5 bilhão tenha ingressado em 1991, montante que se equipara, em termos nominais, aos observados no período de 1973 a 1982, quando o capital estrangeiro fluía normalmente para o País. Já a remessa de lucros e dividendos, que havia alcançado US\$ 1,6 bilhão em 1990, reduziu-se para cerca de US\$ 700 milhões no ano findo.

Da mesma maneira, destaca-se a retomada de captação de empréstimos em moeda, através de diversos mecanismos. Esses recursos somaram cerca de US\$ 3,4 bilhões, captados sob a forma de

commercial papers, bônus e empréstimos, o que, comparativamente aos US\$ 859 milhões observados em 1990, revela um aumento muito expressivo.

A busca da normalização das relações com a comunidade financeira internacional levou o Governo a liberar, no início de 1991, remessas de principal e juros do setor privado (inclusive PETROBRÁS, Cia. Vale do Rio Doce e suas subsidiárias), assim como de 30% dos juros referentes à dívida bancária do setor público não financeiro. As reservas internacionais situaram-se, no conceito de caixa, em torno de US\$ 8,5 bilhões no final do ano.

Ao final de 1991, foram acertadas as bases para um acordo *stand-by* de vinte meses com o Fundo Monetário Internacional, envolvendo a concessão de crédito de cerca de US\$ 2 bilhões, tendo esse acordo se concretizado no início de 1992.

Da mesma forma, continuam as negociações com a comunidade bancária e o Clube de Paris, esperando-se desfecho satisfatório a curto prazo.

No que se refere à administração das reservas internacionais, em 1991, buscou-se maior rentabilidade, tendo sido realizadas, rotineiramente, com o mercado internacional, operações de arbitragem de moeda, aplicações em *overnight* (inclusive com cláusula de recompra), depósito a prazo fixo etc., que perfizeram um giro médio diário acima de US\$ 1,2 bilhão, sem contar o movimento operacional com ouro e as operações de câmbio do Banco Central do Brasil.

No tocante a ativos de reserva com liquidez mais baixa, foram realizadas negociações internacionais para reestruturação da dívida ativa com diversos países.

Relativamente ao estoque da dívida externa brasileira, estima-se que seu valor, em fins de 1991, manteve-se praticamente igual aos US\$ 121 bilhões verificados em dezembro de 1990. A dívida registrada somou cerca de US\$ 90 bilhões, decrescendo 6,9% em razão do fluxo negativo de recursos e da valorização do dólar frente às demais moedas. A dívida não registrada situou-se em US\$ 25,8 bilhões, com acréscimo de 5,3% em relação à posição de dezembro do ano anterior, em decorrência da contabilização dos pagamentos em atraso.

Política Industrial e de Comércio Exterior

Dando continuidade à implementação da Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE), cujas diretrizes básicas buscam o aumento da eficiência na produção, dentro de um ambiente de maior concorrência interna e externa, foi lançado em 27 de fevereiro de 1991 o Programa de Competividade Industrial (PCI) que, juntamente com o Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade e o Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria, constituem os principais instrumentos da Política Industrial.

O ano de 1991 foi declarado o "Ano Brasileiro da Qualidade e Produtividade", tendo sido promovida uma série de eventos oficiais visando difundir o conhecimento e conscientizar a sociedade sobre a importância do tema para a reorganização das atividades produtivas no País.

Dentre as principais ações desenvolvidas em 1991, no âmbito do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade (PBQP), destacaram-se:

- o aprofundamento da atuação na área dos complexos industriais. Hoje existem 26 complexos industriais desenvolvendo trabalhos em diferentes estágios de elaboração. Os setores de informática, brinquedos, têxtil, couro e calçados, bens de capital e automotivo já concluíram a elaboração de seus termos de referência estando em projetos em andamento, voltados para a melhoria da qualidade e produtividade;

- a realização de três reuniões setoriais específicas sobre qualidade e produtividade na Administração Federal. A Secretaria de Administração Federal (SAF) é o órgão responsável pela condução do Subprograma Setorial da Administração Pública. Encontram-se em andamento 152 projetos junto aos Ministérios, Secretarias de Estado e entidades vinculadas;

- lançamento de programas em sete Unidades Federadas, através do apoio da Confederação Nacional da Indústria (CNI) na condução dos trabalhos: Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Pernambuco, Ceará e Distrito Federal. Os Estados do Amazonas, Amapá, Rio Grande do Norte, Paraíba, Bahia, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul já estão desenvolvendo projetos voltados para a melhoria da qualidade e produtividade; e

- início dos trabalhos nos setores de turismo, energia e telecomunicações.

Os principais resultados obtidos nos Subprogramas Gerais foram:

- em Conscientização e Motivação, criou-se o Boletim Informativo do PBQP, a Fundação Prêmio Nacional da Qualidade e o Plano Diretor de Marketing;

- em Métodos de Gestão, instituíram-se linhas de financiamento do Programa Nacional de Especialização em Gestão da Qualidade (PNEGQ) e Recursos Humanos para o Desenvolvimento Tecnológico e adequação de outras linhas de financiamento (RHAF). Na área de treinamento e formação de recursos humanos, foi elaborado o Plano Diretor de Recursos Humanos e publicada pelo Instituto Brasileiro de Informação Científica e Tecnológica (IBICT) a relação de eventos programados na área da qualidade e produtividade;

- em Serviços Tecnológicos, promoveu-se a revisão do SINMETRO, modernizando as redes de aferição, calibração, testes e elaboração de normas técnicas;

- em Articulação Institucional, elaboraram-se projetos para induzir a qualificação de técnicos em soldagem não destrutiva e ma-

nutenção junto às indústrias e para criar a Fundação de Classificação de Materiais e homogeneização de requisitos da qualidade na atividade de compra das estatais.

- O Programa de Competitividade Industrial (PCI) tem por objetivo consolidar as orientações para o processo de reestruturação competitiva da indústria nacional, destacando as ações de responsabilidade do Poder Público e os desafios que exigem mobilização e participação empresarial.

Para viabilizar a implementação efetiva do PCI, foi criada a Comissão Empresarial de Competitividade (CEC), envolvendo cerca de 210 empresários, divididos em 15 grupos, para trabalhar junto com o Governo no detalhamento de proposições, visando a elevar a competitividade da estrutura produtiva nacional. No mesmo sentido, foi criada a Comissão Permanente de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria.

No decorrer do ano de 1991, a CEC criou nove Comitês Temáticos: de comércio exterior, ciência e tecnologia, papel e custo do Estado, custo do capital, educação, ecologia, capital e trabalho, custo do trabalho assalariado *versus* renda do trabalhador e infra-estrutura, através dos quais elaboraram-se propostas visando ao aumento da competitividade estrutural do País.

Quanto à política de informática, diversos aspectos e instrumentos da política setorial têm sido analisados pelo Congresso Nacional, visando a institucionalizar as novas diretrizes estabelecidas para o desenvolvimento do setor. Merecem ênfase a elaboração do II Plano Nacional de Informática (II PLANIN) e a aprovação da Lei de Informática, que prevê o fim da reserva de mercado para o setor em 29 de outubro de 1992.

No que diz respeito às ações no setor externo da economia, a extinção da exigência de prazos mínimos de financiamento das compras realizadas no exterior concluiu o processo de eliminação das restrições não tarifárias às importações, adotadas no passado por razões de balanço de pagamentos. Com isso, atingiu-se plenamente o objetivo de fazer da tarifa aduaneira o instrumento básico da política de importações.

Paralelamente, foi dado passo significativo no sentido da abertura comercial ao estabelecer-se uma programação de redução gradual e seletiva das tarifas de importação para o período 1991-1994. Esse programa, que constitui a mais ambiciosa reforma tarifária já produzida no Brasil, representa um marco e encerra um ciclo da história econômica do País. Ao final desse processo, as alíquotas irão variar num intervalo de zero a 40%, sendo que a alíquota média deverá situar-se em torno de 14%. O primeiro estágio desse programa foi implementado no início de 1991, com a redução da tarifa máxima de 105% para 85%, e da tarifa média de 32% em 1990 para 25%. Vale lembrar que, no governo passado, a alíquota média das tarifas estava em 37%.

As máquinas e equipamentos sem produção nacional estão, desde julho de 1991, com suas alíquotas de importação reduzidas a zero, como forma de estimular a ampliação e modernização do parque industrial. Até outubro, foram reduzidas as alíquotas de pouco mais de 2 mil itens tarifários, compreendendo máquinas, equipamentos e componentes.

Os financiamentos às exportações, ajustados às limitações orçamentárias e às novas diretrizes da Política Industrial e de Comércio Exterior, foram reestabelecidos pelo Programa de Financiamento às Exportações (PROEX), que objetiva prover condições de competitividade às exportações brasileiras de bens de capital cuja comercialização exija prazo de pagamento superior a 18 meses. O programa foi concebido para operar com recursos programados anualmente no Orçamento da União, nas modalidades de: financiamento direto à exportação e de equalização de taxas de juros. Em 1991, o programa contou com aplicações da ordem de US\$ 340 milhões. Para 1992, a dotação proposta no Orçamento da União para o PROEX é de US\$ 627 milhões.

No campo da eliminação de distorções estruturais que afetam a competitividade das exportações brasileiras, o Governo encaminhou, em 1991, projeto de lei ao Congresso Nacional objetivando ajustar o setor portuário à política de promoção do comércio exterior. Em última análise, essa proposta busca liberalizar as relações trabalhistas e promover a modernização e o reaparelhamento dos portos, por meio da revogação da legislação que bloqueia a participação mais intensa do setor privado.

Ademais, as resoluções adotadas no âmbito da política de comércio exterior, da reforma administrativa e do programa de desregulamentação tornaram imprescindível uma ampla revisão e simplificação das normas e procedimentos que orientam as exportações e as importações, no sentido de ajustá-los ao perfil menos intervencionista do Estado. Esse trabalho, concluído no primeiro semestre de 1991, resultou nas Portarias do MIEP nº 8 e 9, referentes, respectivamente, às operações de importação e de exportação.

Os benefícios para os operadores de comércio, decorrentes dessa revisão normativa, são significativos e resultaram, no caso das exportações, do cancelamento de 24 resoluções do CONCIEX e de 30 comunicados da CACEX. No campo das importações, permitiu-se o cancelamento de 3 resoluções do CONCIEX, 18 comunicados da CACEX e 5 portarias do Departamento de Comércio Exterior (DICEX).

Com relação à carga tributária incidente sobre as exportações, o DICEX coordenou um extenso trabalho, onde foram identificados os diferentes entraves à atividade exportadora. Esse documento deu origem a várias propostas visando à desoneração do setor, levando em consideração não só as regras internacionais estabelecidas no GATT, mas também eventuais efeitos indesejáveis sobre a arrecadação das diferentes esferas administrativas governamentais.

Em complemento às medidas de apoio às exportações, foi aprovado no Congresso, ao final de 1991, o mecanismo de "drawback verde-amarelo", que reduz a carga tributária incidente sobre os insu-

mos nacionais utilizados nos produtos a serem exportados, a exemplo do que já se verifica com os insumos importados sob o regime de drawback.

Política de Preços

A inesperada aceleração da inflação no final de 1990 e início de 1991 conduziu à necessidade de estabelecer-se uma trégua de preços, contida nas medidas implementadas em fevereiro do ano findo.

Em maio, intensificaram-se as discussões nas Câmaras Setoriais, com o objetivo de encontrar formas consensuais de correção de eventuais desequilíbrios de preços, com o menor impacto possível sobre as taxas de inflação. Ademais, foi dado um enfoque mais amplo às discussões no âmbito dessas Câmaras, transformando-as em fórum de debates, abordando aspectos ligados à qualidade, produtividade e competitividade nos diferentes setores.

A estratégia de liberação e realinhamento de preços observou o grau de essencialidade do produto e sua participação na cadeia produtiva, assim como a competitividade do setor e sua influência na formação de expectativas.

Com base nessas variáveis, em junho foi publicada a Portaria nº 463, que classificou os produtos, em nível de fábrica, como controlados, monitorados e livres e, no nível do consumidor, como tabelados, sujeitos ao controle da margem de comercialização e livres de controle, o que deu início à fase de liberação efetiva de preços.

Por fim, em dezembro de 1991 foi observada queda no nível da inflação, paralelamente à conclusão do processo de liberação de preços da economia, tendo permanecido sob controle as tarifas públicas, álcool, derivados de petróleo e cerca de 900 medicamentos de uso continuado, contra 13 mil anteriormente.

A política de preços adotada obedece orientação compatível com as diretrizes da política econômica global, que visam diminuir a intervenção do Estado no domínio econômico e aumentar a competitividade do setor produtivo.

Paralelamente, o Governo vem adotando uma política de preços públicos mais vinculados aos custos, iniciando um processo de recuperação de seus níveis reais.

Desestatização

O Programa Nacional de Desestatização (PND), instituído pela Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, faz parte das reformas estruturais introduzidas pelo Governo, no propósito de modernizar a economia brasileira e preparar as condições para a recuperação do crescimento econômico. O principal objetivo do PND é transferir à iniciativa privada o controle de diversas empresas estatais que, com o passar dos anos, perderam a razão econômica, histórica e política de permanecerem na órbita do setor público. Somam-se a esse objetivo as metas de redução da dívida interna e externa, o aumento da concorrência, a de-

mocratização da propriedade acionária e o estímulo ao mercado de capitais.

Observe-se que, além da alienação de sua participação em empresas que não exercem atividades típicas de Governo, o Estado pretende transferir também para a iniciativa privada parte dos novos investimentos na infra-estrutura de serviços públicos, através do regime de concessão, a ser regulamentado por projeto de lei ora em tramitação no Congresso Nacional.

O Programa Nacional de Desestatização alcançou, em 1991, os primeiros resultados concretos com a privatização de cinco empresas: USIMINAS, USIMIEC, CIELMA, MAHESRA e COSINOR. A venda dessas empresas tornou-se possível depois do BNDES ter superado obstáculos políticos e questionamentos judiciais referentes, entre outros, ao uso de outras moedas, à conversão de títulos da dívida interna pelo valor de face e à venda de participação acionária com desconto para os empregados das empresas a serem privatizadas.

O Banco arrecadou US\$ 1,7 bilhão, dos quais 90% referentes à USIMINAS, sendo 40% de debêntures da SIDERBRÁS, 21% de Certificados de Privatização, 18% de OFND, 15% de créditos securitizados e 5% de TDA. A participação dos títulos da dívida externa, cruzados novos e cruzeiros foi bastante reduzida.

Em 1992, já foram vendidas a Serviços de Navegação da Bacia do Praia (SNBP) e a INDAG e deverão ser transferidas para o setor privado outras 22 empresas, já definidas pelo Programa: Aços Finos Piratini (AIFP), GOIASFÉRTIL, PETROFLEX, FRANAVE, CST, ENASA, COPELUL, ARAIFÉRTIL, Carafba, ICC, FOSIFÉRTIL, Álcalis, ULTRAFÉRTIL, PPII, Triunfo, POLISUL, ACESITA, NITROFÉRTIL e Petroquímica União.

Destaque-se, ainda, a recente inclusão no Programa de Privatização da Cia. Siderúrgica Nacional (CSN), da AÇOMINAS, Lloyd Brasileiro, COSIPA e da Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (EMBRAER).

Planejamento, Orçamento e Avaliação

Durante 1991, foram desenvolvidos trabalhos visando ao aprimoramento dos instrumentos de alocação de recursos públicos sob a supervisão do MEF. Em especial, foram dados passos decisivos para a estruturação de um sistema único e integrado de planejamento, orçamento e avaliação, a fim de que estas atividades tenham características de modernidade e transparência. Pretende-se transformar planos e orçamentos em instrumentos que verdadeiramente reflitam as intenções dos agentes governamentais em suas relações com a sociedade.

Em 30 de janeiro de 1991, foi aprovada, com algumas modificações pelo Congresso Nacional, a proposta do Plano Plurianual

(PPA) para o período 1991-1995 (Lei nº 8.173, de 30/1/91), que estabelece, para o quinquênio, de forma regionalizada, as diretrizes, obje-

tivos e metas da Administração Pública Federal para as despesas de capital e para as relativas aos programas de duração continuada.

Paralelamente, face ao disposto na Lei do Plano Plurianual, que prevê a revisão ou modificação, mediante lei específica, do PPA, a fim de ajustá-lo às circunstâncias emergentes no contexto social, econômico e financeiro, bem como para assegurar a continuidade do processo de reestruturação do gasto público federal, o MEF coordenou o processo de revisão desse instrumento legal, através da discussão e orientação sistêmica dos objetivos a serem alcançados junto aos órgãos do Executivo e dos demais Poderes da União.

Nessa revisão, procurou-se melhor evidenciar as prioridades de Governo, a partir de método inovador de planejamento estratégico, conduzido conjuntamente pela Secretaria de Assuntos Estratégicos, Secretaria de Desenvolvimento Regional e Secretaria Nacional de Planejamento do MEF, envolvendo ainda todos os órgãos setoriais, organizados em Comitês Temáticos Intersectoriais.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Em 1991, o IBGE teve como prioridade absoluta a realização do Censo Demográfico, com a distribuição de 115 milhões de questionários, compreendendo dados sobre as principais características sociais, econômicas e demográficas da população brasileira, bem como suas condições de habitação, infra-estrutura e serviços. No final do ano, o IBGE divulgou os resultados preliminares do censo para alguns Estados. Em 1992, serão divulgados os resultados definitivos, relativos à apuração de 35 milhões de questionários.

Na área de geociências, intensificou-se o levantamento de dados e indicadores, visando a um maior conhecimento da realidade física do País, com a realização de 12 mil km² de mapeamento cartográfico.

Cumpram-se ainda, entre as atividades em andamento, a expansão e modernização das estatísticas econômicas, incluindo o aperfeiçoamento do Sistema de Contas Nacionais e do Sistema Nacional de Índices de Preços. Por outro lado, foram apresentados, em 1991, resultados mais detalhados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Tiveram prosseguimento no IPEA os estudos e pesquisas de natureza econômica e social, além do exame de aspectos de desenvolvimento setorial e da evolução da conjuntura econômico-social, para subsidiar a formulação, o acompanhamento e a avaliação de políticas públicas no âmbito do MEF.

O Instituto realizou, ao longo de 1991, trabalhos voltados para o detalhamento de temas que constituem desafios para a retomada do

desenvolvimento com equidade social, especialmente redução do processo inflacionário, saneamento das contas públicas e financiamento do desenvolvimento, modernização da produção e do Estado, integração competitiva do País à economia mundial e preservação do meio ambiente.

Em apoio a diversos órgãos governamentais, foram realizados eventos nas áreas de planejamento e avaliação da ação governamental e de capacitação de recursos humanos. Têm merecido ênfase os trabalhos referentes à implementação do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade (PBQP), particularmente os relacionados ao desenvolvimento de indicadores de produtividade e qualidade para os setores públicos e privado.

Caixa Econômica Federal (CEF)

Em 1991, a Caixa Econômica Federal (CEF) esteve voltada principalmente para a viabilização e implementação de ações na área social, com atuação nos segmentos de banco comercial, crédito imobiliário e poupança, administração das loterias e fundos de habitação, saneamento e desenvolvimento urbano.

Dentre as atividades desenvolvidas pela CEF ao longo de 1991, destaca-se a administração dos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Seguindo a determinação de centralização das contas ativas do FGTS na CEF, em 1991 foram absorvidas cerca de 6,6 milhões das 55 milhões de contas ativas existentes nos diversos bancos depositários.

Com relação aos benefícios pagos do Programa de Integração Social (PIS), no exercício julho de 1990 a julho de 1991, houve o saque de 219,2 mil cotas, o pagamento de 3,9 milhões de abonos e 7,2 milhões de rendimentos, envolvendo recursos da ordem de Cr\$ 65,9 bilhões. Ainda nesse exercício, foram cadastrados no Programa cerca de 2,3 milhões de novos participantes.

Quanto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), foram pagas parcelas mensais referentes a 8,8 mil contratos, totalizando Cr\$ 1,7 bilhão.

Na área de habitação, os investimentos com recursos oriundos do FGTS, do SBPI e do FDS montaram a 523,5 milhões de Unidades Padrão de Financiamento (UPF), correspondendo à construção de 391 mil novas unidades habitacionais. Na área de saneamento, foram realizadas contratações no valor de 191,9 milhões de UPF, atendendo a 708 localidades e beneficiando uma população superior a 24 milhões de habitantes. Já no segmento da infra-estrutura urbana, as contratações foram da ordem de 55,4 milhões de UPF, beneficiando uma população superior a 6,1 milhões de habitantes, em 209 localidades distintas.

Para 1992, a CEF deverá concluir o processo de centralização das contas ativas do FGTS. Em relação ao FCVS, está previsto para

esse ano o pagamento de cerca de 68 mil contratos e a habilitação de outros 264,4 mil, com desembolso estimado em Cr\$ 359,8 bilhões.

Na área habitacional, considerando apenas os processos em tramitação, estão previstos investimentos da ordem de 1,5 milhão de UPF, correspondendo à construção de 816,7 mil unidades habitacionais. Com relação aos Programas de Saneamento e Infra-Estrutura prevê-se, em 1992, a ampliação do atendimento da oferta de água à população brasileira, a ampliação da coleta do esgoto e a implantação de obras de micro e macrodrenagem de controle de cheias, beneficiando com isso cerca de 27 milhões de pessoas. Ampliar-se-á, ainda, a oferta de água e esgoto para 4 mil comunidades rurais, atendendo a mais de 2 milhões de habitantes, bem como auxiliar-se-ão os Municípios no equacionamento da coleta e destinação final do lixo, beneficiando cerca de 24 milhões de habitantes e na implantação de obras de infra-estrutura sanitária, beneficiando cerca de 20 milhões de habitantes. Finalmente, a CEF continuará promovendo o financiamento de soluções habitacionais não convencionais de baixo custo.

Banco do Brasil

O Banco do Brasil, em 1991, teve o seu desempenho voltado principalmente para o fortalecimento das atividades produtivas, especialmente aquelas vinculadas ao financiamento do setor agrícola e à modernização do setor industrial.

Foram aplicados na atividade agropecuária, durante 1991, recursos da ordem de Cr\$ 1.974,8 bilhões, sendo Cr\$ 1.650,7 bilhões para o custeio agropecuário, Cr\$ 289,8 bilhões para a comercialização de safra e Cr\$ 34,3 bilhões para investimentos. No que se refere aos recursos direcionados para as operações de custeio, destaca-se o financiamento aos produtos constantes da cesta básica, como algodão, arroz, feijão, mandioca, milho e soja.

Foram adotadas várias medidas de incentivo à produção agrícola, dentre as quais cabe destacar: a prorrogação do prazo de renegociação das dívidas dos produtores rurais, adotando-se como critério a renovação anual até o prazo de cinco anos, dependendo da capacidade de pagamento do mutuário; a redução da taxa de juros, de 18,2% ao ano, para 12,5% ao ano, nas operações de crédito agrícola para médios e grandes produtores; a criação e implantação da RURALMÓVEL - Unidades Móveis de Crédito Rural, que tem por objetivo facilitar o acesso dos produtores ao crédito rural; e a assinatura de acordo de cooperação entre o Banco do Brasil e o BNDES, para realização de operações de capitalização de cooperativas de produtores rurais.

Cabe destacar ainda a implantação, no ano de 1991, do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária, que prevê investimentos destinados à infra-estrutura produtiva, à construção de habitações rurais e à aquisição de equipamentos, utensílios domésticos e bens essenciais de consumo.

Para financiar a modernização do parque industrial brasileiro, em especial daqueles setores contemplados no Programa de Competitividade Industrial, o Banco promoveu a emissão de Debêntures da BB -

Leasing S.A., como forma de caracterizar suas operações de arrendamento mercantil, como operações de longo prazo.

Com o propósito de apoiar financeiramente o desenvolvimento tecnológico em setores prioritários, foi criado no ano findo o Fundo FINEP - OURO, resultado do acordo de cooperação entre o BB-BI, a Fundação Banco do Brasil e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), da Secretaria de Ciência e Tecnologia da Presidência da República.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

As diretrizes de atuação do Sistema BNDES objetivaram contribuir para a expansão da capacidade produtiva e para o aumento da competitividade da economia brasileira, potencializando a participação de recursos privados mediante financiamento de investimentos que obedecessem às prioridades de reestruturação da indústria. Tais financiamentos compreenderam as seguintes áreas: capacitação tecnológica e reorganização do sistema de produção e gerenciamento; modernização e adequação da infra-estrutura econômica, privilegiando a realização de investimentos pelo setor privado; modernização do setor agropecuário, principalmente incorporação e difusão de novos conhecimentos tecnológicos; e conservação do meio ambiente.

Cabe destacar que, em 1991, os investimentos financiados pelo BNDES na indústria de transformação alcançaram o montante de Cr\$ 783,8 bilhões, voltados, principalmente, para os setores petroquímico, metalúrgico, alimentício e de papel e papelão. Na área de serviços, foram aplicados Cr\$ 499 bilhões, destacando-se o setor de transportes, com Cr\$ 328,2 bilhões.

Para 1992, o BNDES manterá as diretrizes de atuação do ano anterior, estando prevista a aplicação de recursos da ordem de Cr\$ 1.021,7 bilhão na indústria de transformação e Cr\$ 954,6 bilhões na área de serviços.

Banco da Amazônia (BASA)

Conforme estratégia setorial de respeito às especificidades de vocações regionais, sem contudo perder de vista as vantagens comparativas de outros setores, o BASA procurou atuar no ano de 1991 principalmente em áreas desencadeadoras do desenvolvimento econômico regional, concentrando a aplicação de seus recursos no atendimento aos mini, micro e pequenos produtores ou empresas, com tratamento diferenciado em termos de taxas e de condições de acesso ao crédito.

Ao final de setembro de 1991, o saldo das operações de crédito atingiu Cr\$ 430,6 bilhões, dos quais Cr\$ 387,8 bilhões foram alocados

no crédito desenvolvimentista (rural, industrial e infra-estrutura) e o restante na sustentação da capacidade produtiva (crédito geral e câmbio). Essas operações são financiadas com recursos provenientes do Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Norte (FND) e de repasses oficiais, principalmente do FINAME, e da captação junto ao mercado, principalmente através da Poupança Rural.

Vale destacar que o FND constitui-se, atualmente, na principal fonte de recursos destinados ao crédito para o desenvolvimento da Amazônia Legal, com aplicações da ordem de Cr\$ 65,9 bilhões em 1991.

No ano de 1992, o BASA privilegiará as atividades produtivas, em consonância com as estratégias do Plano de Desenvolvimento Regional, devendo ser aplicados Cr\$ 909,0 bilhões em projetos destinados à assistência creditícia aos setores rural, industrial e de infra-estrutura, bem como em atividades de sustentação econômica, através do crédito geral e de câmbio.

Banco do Nordeste do Brasil (BNB)

O BNB atingiu em outubro de 1991, um saldo de aplicações da ordem de Cr\$ 1.012,2 bilhão, cabendo aos recursos do Fundo Constitucional do Desenvolvimento do Nordeste (FNE) 30,5% do total das aplicações do Banco.

As linhas gerais de operacionalização do FNE privilegiaram a aplicação dos recursos em atividades e áreas estratégicas, a fim de maximizar o crescimento da região, evitando o assistencialismo e dando ênfase à modernidade tecnológica.

Para 1992, na área industrial, o BNB privilegiará os financiamentos aos setores estratégicos e dinâmicos da indústria regional. Já no setor rural, as diretrizes para o ano prevêem o incremento das aplicações no semi-árido, visando a ampliação da produção de alimentos, o aumento da oferta de emprego no meio rural e a redução das deficiências no processo de comercialização.

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

O Ministério da Infra-Estrutura, em 1991, privilegiou as seguintes ações: apoio ao programa de desestatização, implementação de programas de qualidade e produtividade; incentivo aos programas de desburocratização e desregulamentação; implementação da política de recuperação tarifária das empresas estatais; preservação do meio ambiente; seleção de investimentos em projetos prioritários; e progressiva estadualização da operação do transporte ferroviário urbano de passageiros.

No setor petróleo, a principal diretriz foi a busca da autonomia energética, com o objetivo de atingir, em 1995, a produção de 1

milhão de barris/dia. Visou-se ao aumento da segurança no abastecimento nacional de derivados, à melhoria da qualidade dos produtos e à preservação do meio ambiente. Ademais, foram implementados programas que resultaram na redução de aproximadamente US\$ 300 milhões nos custos operacionais do setor.

Quanto ao setor elétrico, as diretrizes deram prioridade ao saneamento econômico-financeiro, à recuperação dos níveis tarifários, ao prosseguimento das obras da Usina Hidrelétrica de Xingó e à viabilização das usinas em fase final de construção.

Na área de transporte, as diretrizes específicas para o setor rodoviário foram as seguintes: restauração e conservação da malha federal; reestruturação institucional; e revisão do Plano Nacional de Viação, objetivando a transferência, do âmbito federal para o estadual, das rodovias que não desempenham funções arteriais, além da revisão do sistema de financiamento.

No setor aquaviário, as diretrizes privilegiaram: o incentivo à participação da iniciativa privada nos investimentos em superestrutura; a busca da auto-suficiência financeira dos portos; a implantação de medidas de desregulamentação; e o direcionamento da participação federal para investimentos de manutenção e recuperação da infraestrutura portuária.

Quanto ao transporte ferroviário de cargas, a programação básica consistiu em promover seu desenvolvimento e modernização, buscando maior eficiência e crescente participação na distribuição modal dos transportes do País. Por sua vez, a melhoria dos sistemas existentes e a consolidação daqueles em fase de implantação consubstanciaram as ações para a gradual transferência aos Estados da gestão e operação do transporte ferroviário urbano de passageiros, segundo preceito constitucional.

No setor de telecomunicações foram estabelecidas diretrizes para a ampliação do atendimento às demandas básicas das regiões interiores e das camadas mais carentes da população, mediante a implantação de unidades de uso público; o restabelecimento dos níveis de qualidade dos serviços de telefonia; a expansão e modernização do Sistema Nacional de Telecomunicações; a implantação de sistemas de telefonia móvel celular; e a ampliação da oferta de serviços de âmbito nacional.

No setor postal, a programação concentrou recursos no desenvolvimento de projetos básicos de reequipamento e reforma de instalações e na implementação de medidas de desregulamentação, visando à melhoria da qualidade e produtividade, além da expansão dos serviços à comunidade.

Já no setor siderúrgico, a programação de 1991 ateu-se ao processo de privatização, que exigiu ações prévias no sentido de recuperar o setor por meio de projetos de modernização tecnológica, objetivando elevar a competitividade interna e externa, reduzir custos operacionais e aumentar a eficiência econômica da atividade industrial.

No setor mineral, a programação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) visou à consolidação dos mercados em que atua,

buscando atender às necessidades de seus clientes e garantir a competitividade internacional. Foi dada continuidade à tarefa de diversificação de atividades, dispensando-se especial atenção à conservação e recuperação do meio ambiente.

AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 1991

Energia

Os investimentos realizados pela Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRÁS) corresponderam a US\$ 1,9 bilhão, atingindo-se integralmente as metas referentes às áreas de refino e de transporte. Foram efetuadas perfurações de 224.577m de poços exploratórios, sendo 112.723m de poços marítimos e 111.854m de poços terrestres, além da perfuração de 324.500m de poços de desenvolvimento da produção. Executaram-se 70% das obras civis do Sistema de Albacora, 50% das obras do Sistema Enchova/Enchova Oeste, 55% das referentes ao Sistema de Marlim-Fase I e 95% das obras do Sistema-Piloto de Marlim. No tocante à distribuição de derivados, foram construídas bases de distribuição em Vilhena e Alta Floresta, bem como depósitos nos Aeroportos de João Pessoa e Pelotas e acrescentados 348 novos postos de serviços à rede da BR-Distribuidora, que atingiu, em 1991, o total de 6.669 postos. Com relação ao transporte marítimo, por terminais e dutos, incorporaram-se 88 mil toneladas de porte bruto à frota de navios da empresa, além de ter sido concluído o poliduto Rio-São Paulo e ampliada a malha de dutos de São Paulo.

A produção nacional de petróleo alcançou a média de 649 mil barris/dia, sendo 454 mil provenientes de exploração marítima e 195 mil de exploração terrestre. A importação de petróleo situou-se na faixa de 510 mil barris/dia, equivalentes a uma despesa da ordem de US\$ 3,4 bilhões. O processamento atingiu 1,1 milhão de barris/dia e o consumo situou-se em 1,2 milhão de barris/dia.

Como aspectos relevantes, destacam-se o retorno da PETROBRÁS ao mercado financeiro internacional, com a negociação de operações de crédito de aproximadamente US\$ 1 bilhão, e o fim do sistema de equalização dos preços dos combustíveis líquidos, com expressiva redução dos custos operacionais da empresa. Merece também destaque a realização de negociações efetivas com os países vizinhos, para a implantação de projetos bilaterais para a produção e utilização do gás natural.

No que se refere ao setor petroquímico e de fertilizantes, deve-se enfatizar a implementação de programas de saneamento econômico-financeiro das empresas, tendo em vista a política governamental de privatização.

Na área de energia elétrica, as principais ações foram direcionadas para a recuperação econômica das empresas do setor, mediante a elevação de tarifas e o recebimento dos valores devidos por supri-

mentos efetuados. Prosseguiu-se com as obras das Usinas de Samuel, Itá, Corumbá e Serra da Mesa e das Usinas Termelétricas de Jorge Lacerda IV e Jacuf. Deu-se continuidade às obras de construção e ampliação dos sistemas de transmissão das usinas de Itaipu, Itaparica, Xingó e do sistema Acre - Rondônia, com investimentos da ordem de US\$ 1,3 bilhão.

Na Região Nordeste, a prioridade conferida à retomada das obras da Usina Hidrelétrica de Xingó possibilitará a antecipação do início de sua operação para agosto de 1994, cabendo ressaltar também a assinatura de empréstimo externo destinado às ações de reassentamento da população atingida pelo reservatório de Itaparica. Na Região Norte, foi concluída a montagem da 11ª máquina da Usina de Tucuruí.

No setor energético como um todo, merece destaque especial a aprovação do trabalho de reexame da Matriz Energética, que deverá contribuir decisivamente para o aumento na eficiência da produção e utilização dos vários energéticos no País.

Transportes

As ações desenvolvidas pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) concederam ênfase à restauração e manutenção da malha rodoviária federal sob sua jurisdição. Adicionalmente, realizaram-se investimentos para melhorar a operação e segurança nas estradas. Foram executados serviços de conservação, rotineira e emergencial, em aproximadamente 49 mil km, restaurados 1.520 km e implantados 420 km, dos quais 390 km pavimentados. O DNER também concluiu estudos visando à modernização e ao fortalecimento de sua capacidade gerencial.

No transporte aquaviário, cabe salientar a participação federal em investimentos voltados para a manutenção e recuperação da infraestrutura portuária, realizados através da aplicação do Adicional de Tarifa Portuária (ATP), que alcançou a cifra de Cr\$ 46,4 bilhões, superior em 34% à sua previsão original. Iniciou-se, a partir do segundo semestre, a política de recuperação tarifária, tendo em vista a auto-sustentação financeira do sistema portuário nacional que, em 1991, movimentou 350 milhões de toneladas de carga.

A morosidade na tramitação do Projeto de Lei nº 8/91, que possibilitará a reestruturação do setor portuário, com a redução de custos operacionais e a modernização da operação portuária, vem dificultando as ações daquele setor.

Deve-se registrar a conclusão dos estudos básicos para a privatização das companhias de navegação sob controle do Ministério, além dos esforços empreendidos na recuperação da grave situação econômico-financeira da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro, cujos resultados têm sido compensadores. Ainda em 1991, foram iniciadas conversações com o BNDES objetivando estabelecer critérios e procedimentos necessários à privatização da empresa, finalmente concretizados com sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização.

Com relação ao transporte ferroviário de carga, merece destaque especial a continuidade do programa de emergência para o saneamento financeiro da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) que, juntamente com a implantação de práticas administrativas e gerenciais modernas, permitiu à empresa auferir significativa redução de custos. Foi executada profunda reforma organizacional, com consequente adequação de pessoal, suspensão de tráfego em mais de mil quilômetros de ramais deficitários, racionalização no consumo de energéticos, significativa recuperação tarifária, desmobilização patrimonial de bens não operacionais, incremento na operação de trens unitários e de *containers*, além do desenvolvimento de programas destinados à segurança da operação de cargas perigosas.

O resultado de tais ações, a despeito de a RFFSA ainda continuar operando sob fortes limitações econômico-financeiras, permitiu à empresa efetuar, em 1991, o transporte de 82,4 milhões de toneladas de carga, equivalentes a 36 bilhões de toneladas x quilômetros úteis, superando em 5% a produção havida em 1990.

Na área de transporte de passageiros sobre trilhos, a cargo da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) e da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. (TRENSURB), as ações concentraram-se, no primeiro semestre, na consolidação de ampla reforma administrativa, gerencial e operacional nos dez sistemas operados por essas empresas, buscando racionalizar serviços, reduzir custos e, principalmente, aumentar o número de passageiros transportados. Somou-se a essas medidas a adoção de uma política tarifária mais realista, a partir do segundo semestre. Os resultados permitiram aumentar a taxa de cobertura operacional desses sistemas, reduzindo substancialmente o aporte de subsídios da União e possibilitando a canalização de recursos para a melhoria da operação dos trens urbanos. O transporte produzido pelas duas empresas alcançou a média de 1,7 milhão de passageiros por dia.

Prosseguiram satisfatoriamente as negociações com os governos estaduais visando à estadualização dos sistemas operados pela CBTU e TRENSURB, prevendo-se o término de processo de transferência para o final de 1993.

Minas e Metalurgia

O setor siderúrgico estatal empreendeu notáveis esforços para melhorar sua eficiência e reduzir custos operacionais, aprimorar a qualidade da gestão administrativa, implantar o programa de controle de qualidade e realizar o saneamento financeiro das empresas, preparando-as para o processo de privatização.

Cumprir destacar, como marco de atuação do setor, a conclusão da privatização da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. (USIMINAS) e a aceleração do processo de privatização da Aços Finos Piratini S.A. (AFP) e da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST).

Embora certos fatores exógenos tenham afetado negativamente as empresas, o setor siderúrgico logrou resultados satisfatórios compa-

rativamente ao ano de 1990, merecendo ressaltar: o aumento de 27% na produção de aço; a venda de 15 milhões de toneladas de produtos acabados, representando crescimento de 23%; e a obtenção de lucro líquido positivo, contra um prejuízo superior a US\$ 1,3 milhão ocorrido em 1990.

Na área de produção mineral, o faturamento do Sistema CVRD atingiu o montante de US\$ 1,2 bilhão e os investimentos representaram US\$ 700 milhões, dos quais US\$ 300 milhões decorrentes de recursos próprios e US\$ 400 milhões realizados através de suas empresas coligadas. Foram produzidas 80,7 milhões de toneladas de pelotas de minério de ferro contra 74,7 milhões processadas em 1990. A CVRD alcançou a liderança nacional na produção de ouro, com o patamar de 12 toneladas/ano.

Comunicações

Nessa área, as comunicações postais concentraram recursos na melhoria da produtividade e da qualidade, principalmente no reequipamento de instalações, na expansão do sistema de automatização de agências, na ampliação dos serviços postais e na operação de agências-modelo.

Cabe salientar a modernização do sistema de triagem de objetos da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) e o início do processo de transferência de ações para a iniciativa privada, consubstanciada na concessão de franquias para a operação de agências. No campo social, a ECT obteve expressiva participação nos projetos de desregulamentação do Governo Federal, atuando como banco de serviços na cobrança de pequenas contas, em áreas não atendidas pelo sistema financeiro tradicional.

Invertendo a tendência do ano de 1990, todos os projetos do setor foram financiados com recursos próprios, graças à política tarifária mais realista.

Ciente do papel de indutor do processo de desenvolvimento econômico e social, o setor de telecomunicações buscou, em 1991, a recuperação da qualidade dos serviços de telefonia e a expansão e modernização do Sistema Nacional de Telecomunicações.

Com investimentos da ordem de US\$ 2,3 bilhões, o Sistema TELEBRÁS ativou 620 mil novos terminais, atendeu a 584 novas localidades e instalou 10 mil telefones de uso público.

Procurando atender a crescente e diversificada demanda da sociedade, novos serviços foram oferecidos ao público. Encontram-se já em funcionamento o sistema de telefonia móvel celular no Rio de Janeiro e no Distrito Federal. Os serviços de transmissão de dados também foram ampliados, tendo sido instalados mais 9 mil terminais de telex, 5 mil terminações TRANSDATA e 5 mil portas RENPAC.

Indispensável a um sistema moderno e eficiente de telecomunicações, principalmente para um país de dimensões continentais

como o Brasil, o projeto de lançamento de satélites de segunda geração teve prosseguimento, tendo sido investidos US\$ 110 milhões no ano.

Essas ações permitiram um crescimento de tráfego superior a 10% em relação a 1990, além de uma melhoria considerável na qualidade dos serviços de telecomunicações.

Apesar do crescimento do setor, é indispensável um volume maior de investimentos, possível somente com a efetiva participação de capitais privados, cuja concretização encontra-se, em grande parte, dependendo de alterações da Constituição Federal. O Sistema TELEBRÁS tem buscado soluções alternativas para o financiamento dos seus investimentos. O sucesso no lançamento de títulos no mercado europeu, a conversão da quase totalidade das debêntures em ações da TELEBRÁS, cada vez mais negociadas no mercado de capitais mostram a recuperação da credibilidade do setor.

PRINCIPAIS AÇÕES PREVISTAS PARA 1992

Energia

A programação para o setor petróleo estima a aplicação de recursos da ordem de US\$ 2,9 bilhões, sendo US\$ 2,1 bilhões na exploração e desenvolvimento da produção, objetivando o aumento do nível de reservas, com concentração das atividades exploratórias nas bacias já produtoras. Prevê-se o desenvolvimento dos campos de Marlim, Albacora e Piraúna - Marimbá, a exploração inicial do campo de Malhado e a implantação do Sistema-Piloto de Barracuda - Selema. Serão aplicados US\$ 400 milhões visando a elevar, até 1995, a capacidade de processamento para 1,8 milhão de barris/dia. Outros US\$ 400 milhões serão destinados às atividades de transportes marítimos, por dutos e terminais, estando prevista a incorporação de 212 mil toneladas de porte bruto à frota de petroleiros. Estima-se uma produção interna média de 716 mil barris/dia de petróleo, sendo 211 mil barris/dia em perfurações terrestres e 505 mil barris/dia em perfurações marítimas. O consumo está estimado em 1,25 milhão de barris/dia, gerando uma necessidade de importação de 571 mil barris/dia, com despesas da ordem de US\$ 3,85 bilhões. Está ainda programada a continuação das negociações visando a implantação de projetos bilaterais para a produção e utilização do gás natural.

No setor petroquímico, serão investidos US\$ 50 milhões nos pólos do Nordeste e do Rio de Janeiro. Outrossim, dar-se-á continuidade ao processo de privatização das empresas do Setor Fertilizantes.

No setor de energia elétrica, estão previstos investimentos da ordem de US\$ 2,0 bilhões, destacando-se as seguintes ações: prioridade à construção da usina hidrelétrica de Xingó; continuação das obras das hidrelétricas de Serra da Mesa e Corumbá; conclusão da 1ª fase da usina de Tucuruí, acrescentando-se 330 MW à sua capacidade total de potência; reinício das obras da usina termelétrica de Jacup;

prosseguimento das obras nos sistemas de transmissão de Itaipu, Paulo Afonso e Itá - Campos Novos; expansão dos sistemas de distribuição de Manaus, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

Transportes

As principais diretrizes estabelecidas para a área de transporte são as seguintes: recuperação e manutenção da malha rodoviária federal, com transferência progressiva, para os Estados e Municípios, da rede atualmente sob jurisdição federal que não venha a ser incluída no novo Plano Nacional de Viação; descentralização administrativa, autonomia e auto-sustentação dos portos, buscando níveis de eficiência operacional compatíveis com os prevalentes nas nações desenvolvidas; recuperação dos sistemas ferroviários e otimização do seu uso; prosseguimento do processo de transferência para os Estados e Municípios da operação e gestão dos serviços ferroviários urbanos de passageiros; desenvolvimento de estudos, projetos e pesquisas voltados para a melhoria da eficiência dos sistemas de transporte, principalmente diante dos novos condicionantes impostos pela política de meio ambiente e pela necessidade, cada vez maior, de racionalizar e reduzir custos operacionais.

No transporte rodoviário, a programação contempla: continuação do programa de eliminação dos pontos críticos, sob o aspecto da segurança do tráfego, dos quais cerca de dois mil já estão identificados; implantação de sistemas de controle de peso dos veículos de carga e de apoio aos usuários; e manutenção da malha rodoviária com recursos do Tesouro, canalizando recursos externos para obras de adequação de capacidade dos trechos saturados ou próximos à saturação.

No transporte ferroviário, será desenvolvida a seguinte programação: recuperação e modernização da malha e do material rodante; descentralização do modelo de gestão financeira, com a participação da iniciativa privada; continuação do programa de suspensão de serviços antieconômicos; e estadualização progressiva do transporte ferroviário urbano.

As ações previstas para o segmento aquaviário podem ser assim descritas: reordenação institucional, tarifária, gerencial e administrativa do setor portuário; seleção de portos prioritários, nos quais o Governo Federal deverá concentrar recursos na recuperação, manutenção e expansão de sua infra-estrutura; e estímulo aos Estados, Municípios e à iniciativa privada para participar nos investimentos e na exploração dos demais portos.

Minas e Metalurgia

O setor siderúrgico intensificará o processo de privatização, prevendo-se, de imediato, a conclusão da venda da PIRATINI e da CST, bem como a aplicação de medidas de saneamento financeiro na AÇOMINAS, COSIPA e CSN.

Dar-se-á atenção especial à melhor adequação da política ambiental, conservação de energia e pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Considerando a venda da USIMINAS, o setor estatal deverá produzir 13 milhões de toneladas de aço, gerando um faturamento bruto da ordem de US\$ 4 bilhões.

Na área de produção mineral, o Sistema CVRD dará continuidade aos principais projetos desenvolvidos no exercício de 1991. Projeta-se uma produção de pelotas de minério de ferro, da ordem de 89,0 milhões de toneladas, a partir da exploração de novas minas no Sistema Sul e da expansão da capacidade instalada do Sistema Norte (CARAJÁS).

A CVRD conferirá prioridade para a área de transportes ferroviários mediante a aquisição de material rodante e a modernização da frota de locomotivas, visando, sobretudo, ao atendimento e diversificação do transporte comercial de minérios. Para dar suporte às suas atividades produtivas, prosseguirá com pesquisas de desenvolvimento tecnológico, programas de qualidade total e projetos de recuperação e controle ambiental nas regiões mineradoras.

Com relação à pesquisa de recursos minerais e fiscalização de atividades de mineração, a cargo da CPRM e DNPM, a programação destinar-se-á a expandir e consolidar as ações levadas a efeito em 1991. Nesse sentido, cabe mencionar os projetos de levantamentos geológicos, geoquímicos e geofísicos, controle da produção e comercialização de ouro e gemas e assistência técnica a garimpos.

Comunicações

A programação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos prevê a expansão do processo de automatização de agências e modernização de unidades administrativas, visando à ampliação e melhoria da qualidade dos serviços postais. Além disso, incrementará as ações do projeto "Comodidade do Cidadão" e intensificará a parceria com o setor privado, mediante aumento de franquias para exploração de serviços postais em agências.

O valor do investimento projetado para o setor de telecomunicações é de US\$ 3,9 bilhões, cujo aumento, em relação a 1991, decorre da política tarifária realista adotada, o que possibilitará a ativação de 850 mil novos terminais, o atendimento de 960 novas localidades e a instalação de 50 mil telefones de uso público.

Esse investimento possibilitará, ainda, a expansão dos sistemas de telefonia móvel celular do Rio de Janeiro e do Distrito Federal e o início da implantação desse serviço nas principais capitais do País, com a contratação de cerca de 160 mil telefones.

Para suportar a expansão programada e o restabelecimento do nível de qualidade dos serviços, serão aceleradas as obras de implantação da primeira rota de fibra ótica de longa distância, interligando as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

Para os serviços de transmissão de dados, estão previstas as ampliações das redes RENPAC em 7 mil portas e TRANSDATA em 10 mil terminações.

Os números apresentados, não obstante a sua grandeza, ainda estão distantes das reais necessidades do País. Assim, o pleno atendimento da sociedade, tanto pelos serviços básicos de telefonia como por outros mais especializados, exigirá cada vez mais a participação de capitais privados.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

O Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, no desempenho de suas atribuições de formulação, coordenação, fomento e implementação das políticas agrícola e agrária, de irrigação e eletrificação rural, procura levar a termo a proposta do Governo de consolidar a agricultura como importante alternativa para a retomada do processo de desenvolvimento do País.

A programação do Ministério desenvolve-se segundo diretrizes de política consubstanciadas no Plano Nacional Agrícola, destacando-se atividades que se traduzem em estímulos à produção, comercialização e melhoria da qualidade e competitividade dos produtos agropecuários, com prioridade para o abastecimento interno, porém sem prejuízo da busca de novos parceiros comerciais e de alternativas de exportação.

Essas ações são desenvolvidas de modo a permitir o engajamento dos diversos segmentos atuantes e representativos do setor, e estão apoiadas nos princípios de desregulamentação e descentralização, a fim de evitar duplicação de esforços e desperdício de recursos.

AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 1991

O ano de 1991 iniciou-se com a sanção presidencial às Leis nºs 8.171 e 8.174, de 17 e 30 de janeiro, respectivamente.

Em decorrência destas leis, foi alterada a estrutura institucional do Ministério, tendo sido criados o Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPA) e a Secretaria Nacional de Política Agrícola (SNPA), e transferida para o âmbito do Ministério a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

As principais medidas destinadas ao fortalecimento da agropecuária compreenderam a reestruturação do crédito rural; redefinições do papel do Estado na comercialização e no abastecimento; consolidação da proposta de redução das taxas reais de juros; e estabelecimento de mecanismos de acompanhamento e gerenciamento dos recursos destinados ao financiamento da safra, à época do plantio. Além disso, foram redefinidas as competências de órgãos governa-

mentais relativos a produtos de grande relevância como café, cacau e trigo.

Merecem destaque a garantia, por parte do Governo, de oferta de crédito agrícola, em maior volume e a menores taxas de juros reais, sobretudo para pequenos produtores; a regulamentação da equivalência preço/produto para produtos de consumo alimentar básico amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos; o estabelecimento de novas regras para os reajustes dos preços mínimos com base na taxa variável dos encargos financeiros da operação de custeio; e o aperfeiçoamento do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO), com a admissão de cobertura das lavouras cultivadas com recursos próprios, independentemente de quaisquer vinculações com empréstimos de custeio agropecuário.

Vale ressaltar, no que diz respeito ao crédito rural para investimentos, a dinamização das operações do FINAME RURAL.

Na área de comercialização, cabe destacar a criação do programa de estoques públicos estratégicos, envolvendo os principais produtos da cesta básica, destinado a evitar o desabastecimento em conjuntura de escassez. Convém, ainda, ressaltar o aperfeiçoamento dos mecanismos tradicionais de compra e financiamento de excedentes no âmbito da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM).

Com o intuito de inverter a tendência de decréscimo da produção de grãos verificada nos dois últimos anos na região Centro-Oeste, foram reunificados os preços mínimos do arroz, do milho e da soja e o valor básico de financiamento à estocagem do sorgo.

Outras medidas fundamentais, que representam respostas a antigas reivindicações dos produtores rurais para a proteção ao produto nacional, foram também adotadas: a tributação compensatória sobre produtos agropecuários importados subsidiados no País de origem e o aperfeiçoamento das regras de intervenção do Governo na comercialização de trigo, as quais asseguram a venda dos estoques públicos somente quando os preços internos atingirem valores equivalentes aos praticados no mercado externo, acrescidos dos custos de internalização dos produtos.

Esses esforços contribuíram para um crescimento do produto do setor agropecuário de cerca de 2,5% em 1991. Problemas climáticos afetaram a evolução da safra de grãos, principalmente na Região Sul, fazendo com que o conjunto das lavouras crescesse apenas 1,7% em relação ao ano anterior. A pecuária teve uma expansão de 3,5%. Para 1992, os dados disponíveis indicam uma recuperação das lavouras, estando prevista uma colheita de 65 milhões de toneladas, cerca de 12,5% superior à safra passada.

As atividades desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) resultaram no assentamento de 14.500 famílias em 74 projetos e na regularização das ocupações em áreas de conflito. Foram entregues 93,3 mil documentos de titulação, abrangendo 1,7 milhão de hectares.

A promoção do acesso à terra através do crédito para reforma agrária beneficiou cerca de 41 mil famílias. No âmbito do Programa

de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP), foi realizado mapeamento em 116,5 mil hectares e distribuíam-se cerca de 69 mil títulos.

Quanto às atividades de irrigação e recursos hídricos, a cargo do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), foram implantados sistemas de irrigação em 71,7 mil hectares, executados 2 milhões de m³ em construção de barragens, bem como perfurados e instalados 688 poços.

Cabe registrar também a incorporação ao processo produtivo de 38 mil hectares de várzeas irrigáveis, a manutenção de 100 projetos em microbacias hidrográficas visando à conservação de solos e à proteção ambiental e a implantação de 1.047 quilômetros de rede de eletrificação rural, sendo 627 quilômetros mediante convênios com prefeituras municipais.

No campo da pesquisa, merece menção a maior integração da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) com outras instituições, incluindo as voltadas para assistência técnica e extensão rural, e para a melhoria da qualidade das pesquisas. Foram executados 42 programas, envolvendo 2.874 projetos, abrangendo produtos alimentícios básicos, matérias-primas destinadas à indústria, produção agropecuária e meio ambiente.

Com respeito à defesa agropecuária, cujas ações se destinam à melhoria da qualidade dos insumos utilizados e à garantia higiênico-sanitária dos produtos finais para consumo, cumpre destacar, na área vegetal, a instalação do laboratório regional para análise de produtos na Região Centro-Oeste e o credenciamento de laboratórios de produção de sementes. Ao mesmo tempo, foram analisadas 29.100 amostras de produtos de origem vegetal e insumos agrícolas, 2.500 amostras de fertilizantes, 6 mil amostras de bebidas e 20.500 amostras de sementes.

A área de inspeção de produtos de origem vegetal prosseguiu efetuando registro de estabelecimentos e de produtos, enquanto a padronização e classificação de produtos vegetais classificou 11,5 milhões de toneladas de produtos e realizou 1.700 visitas a estabelecimentos.

Na área animal, em termos de aperfeiçoamento zootécnico, cabe mencionar o registro genealógico de 7.500 animais e o controle leiteiro em amostra de 18.500 animais. A atividade de inspeção e supervisão sanitária promoveu o mapeamento dos lotes de animais abatidos e de propriedades produtoras, totalizando um universo controlado de 6 milhões de toneladas de carnes por ano.

Merece também destaque a vacinação de cerca de 1,1 milhão de bezerras contra brucelose, 70 milhões de bovinos contra febre aftosa e 1,7 milhão contra raiva. Já a vacinação de pequenos animais envolveu a aplicação de, aproximadamente, 440 milhões de doses contra doenças diversas e 2,7 milhões contra peste suína clássica.

É também relevante registrar que o conjunto de medidas adotadas no âmbito da defesa sanitária animal possibilitou a recuperação

para a carne bovina brasileira e seus derivados dos mercados da Comunidade Econômica Européia (CEE) e dos Estados Unidos da América do Norte.

O apoio ao cooperativismo, mediante ações de assistência técnica, fomento e incentivo à autogestão, traduziu-se na realização de 540 eventos de capacitação, na produção de 240 mil exemplares de material técnico-educativo, na execução de 11 projetos de difusão ou transferência de tecnologia, na conclusão de 27 projetos de organização de produtores em perímetros irrigados e na implantação de 305 unidades demonstrativas de produção.

A Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) produziu 13,5 milhões de sementes híbridas de cacau, prestou assistência a 45.800 produtores e a 17.200 cooperados, além de ter desenvolvido atividades de pesquisa.

No campo do abastecimento, as ações a cargo da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) visaram especialmente à distribuição de produtos alimentícios básicos e à operacionalização da rede de armazéns. Foram comercializadas 50 mil toneladas de alimentos e produtos básicos para atendimento às populações carentes através da Rede Somar.

AÇÕES PREVISTAS PARA 1992

O Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, para o exercício de 1992, continuará dando ênfase às políticas agrícola e agrária, pautadas pelos princípios da descentralização, desregulamentação e de redução da interferência do Estado no setor.

Neste contexto, a implementação da política agrícola deverá buscar novas alternativas de financiamento para as atividades do setor, com o objetivo de incrementar a produtividade, que se traduzirá em aumento da competitividade do produto brasileiro.

No setor agrário, será dada grande ênfase ao Programa da Terra, estando prevista a implantação de um programa de emergência que abrangerá áreas prioritárias. Esse programa envolverá o assentamento de 50 mil famílias, a emancipação e a consolidação de, respectivamente, cerca de 37 mil e 107 mil famílias em projetos de assentamento e colonização. Será promovida a regularização fundiária de 2,4 milhões de hectares, o recadastramento de 5 milhões de imóveis rurais e a desapropriação de terras para viabilizar os novos assentamentos.

As diretrizes técnicas para irrigação prevêem a conclusão de obras de infra-estrutura de uso coletivo, a perfuração de poços e o estímulo à piscicultura. Deverão ser implantados 3.300 quilômetros de linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica, realizadas obras hidráulicas com volume de acumulação de água de 1,2 milhão de m³, bem como macrodrenagem de 2 milhões de m³. Ao lado disso, será mantida uma área de produção irrigada de 89,8 mil hectares,

além da implantação de 27 mil hectares, bem como da recuperação de 5.400 hectares. Prevê-se que a incorporação de várzeas irrigáveis deverá totalizar 100 mil hectares.

No campo da pesquisa, terão seguimento os projetos voltados para a geração de tecnologias de produção de alimentos básicos e matérias-primas, bem como de produção agropecuária relacionada com a conservação do meio ambiente.

Na área de defesa agropecuária, a diretriz básica é promover ações que visem a garantir a qualidade tanto dos insumos utilizados no setor quanto dos produtos para consumo humano. Na área vegetal, pretende-se continuar no combate às doenças e pragas.

Será intensificado o combate à febre aftosa, à peste suína e às doenças de aves, com vistas à elevação da produtividade e à ampliação das possibilidades do produto brasileiro no comércio internacional. O controle de doenças infecciosas deverá atingir 4,2 mil propriedades em 583 Municípios, enquanto a realização de exames para diagnóstico de doenças deverá alcançar uma amostra de 220 mil animais.

Em termos de inspeção sanitária, a meta para 1992 é alcançar 10 mil estabelecimentos. Com relação às sementes e mudas, deverão ser efetuadas inspeções em cerca de 1,9 mil campos de produção e registrados 300 cultivares. Em termos de microbacias hidrográficas, serão implantadas mais de 600 unidades demonstrativas.

No que se refere à pesquisa e experimentação, as diretrizes técnicas definidas pela Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) objetivam o aumento de produtividade e a melhoria de qualidade do cacau, com a finalidade de propiciar melhores rendimentos para os produtores e elevar a competitividade do produto no mercado externo. Esforços serão dirigidos também à diversificação agronômica na região e ao controle da doença "vassoura-de-bruxa".

No campo do abastecimento, a diretriz é assegurar o atendimento às necessidades básicas da população, preservando os mecanismos de mercado. Nesse sentido, pretende-se adquirir cerca de 1,8 milhão de toneladas de produtos através de operações com as Aquisições do Governo Federal (AGF) e cerca de 3,2 milhões de toneladas de produtos para formação de estoques estratégicos. Para atendimento às populações carentes, serão adquiridas 657 mil toneladas de produtos alimentícios básicos; cerca de 1,3 milhão de litros de óleo de soja; 1,2 milhão de unidades de produtos de limpeza e 1,2 milhão de unidades de produtos de higiene.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

O Ministério da Educação (MEC) atua nas áreas de educação, ensino civil, pesquisa e extensão universitárias, magistério e educação especial, além da formulação da política nacional de educação.

A meta principal para a área educacional é alcançar níveis de excelência que propiciem a formação integral do ser humano, permitindo-lhe, ao mesmo tempo, o exercício pleno da cidadania e o atendimento aos requisitos da moderna produção, baseada em novas tecnologias. Nessa perspectiva, o MEC intenta realizar uma avaliação abrangente de princípios e procedimentos.

As diretrizes de atuação do MEC estão dirigidas, fundamentalmente, para o cumprimento dos princípios de equidade, eficiência, aperfeiçoamento da gestão administrativa e qualidade da educação. Buscam privilegiar investimentos em recursos humanos, materiais e físicos e na qualidade do processo educacional e da ação educativa.

AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 1991

No campo da educação básica, promoveu-se a ampliação do atendimento e elevaram-se os níveis de qualidade da educação infantil para a população de até 6 anos, em creches e pré-escolas. Prestou-se assistência financeira a Estados, Distrito Federal e Municípios, com reforma de 8.256 escolas, distribuição de 4 milhões de módulos de material didático e treinamento de 207 mil docentes e funcionários da rede de ensino, buscando garantir o acesso da população de sete a 14 anos ao ensino fundamental e a permanência na escola por, no mínimo, quatro horas diárias.

Proporcionou-se, ainda, condição para reduzir o contingente de analfabetos, mediante a extensão do atendimento aos diversos segmentos da população de jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino, ou que dele se evadiram. Foram realizados 6.690 cursos profissionalizantes, beneficiadas 6.517 entidades e apoiados 124.512 cursistas.

O ensino médio e o ensino especial foram beneficiados com o treinamento de 9.102 docentes e de 908 técnicos administrativos. Foram apoiadas 10 instituições privadas de ensino especial, com treinamento de 3.756 docentes e técnicos administrativos, além da distribuição de 33.705 módulos de material didático.

Na educação tecnológica, garantiu-se a manutenção de 37 escolas agrotécnicas federais, beneficiando 13.401 alunos. Registre-se a construção de 14 escolas técnicas e a continuidade de obras em 27 escolas, todas do 2º grau. O treinamento atingiu 5.650 docentes e técnicos. Foram implantados Centros de Informática na Educação e providos recursos para a concessão de 5.935 bolsas de trabalho.

No ensino superior, o MEC buscou assegurar a manutenção das 52 Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), mediante aquisição de instrumental para pesquisa didático-científica, equipamentos e material permanente para o funcionamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Firmaram-se contratos de crédito educativo para alunos carentes. Foram apoiadas financeiramente 25 entidades universitárias não federais, com o intuito de melhorar a qualidade do ensino e da pesquisa.

Com relação à pós-graduação, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) concedeu 16.361 bolsas de estudo e apoiou 1.438 cursos de pós-graduação no País.

No campo da assistência aos estudantes, as ações visaram à equiparação de oportunidades e à melhoria da eficiência do sistema escolar, abrangendo as áreas de alimentação escolar, distribuição de livros didáticos, implantação de salas de leitura, produção de material didático-pedagógico e assistência médica preventiva. Compreenderam: fornecimento de merenda escolar a 27,8 milhões de alunos de sete a 14 anos e a 2,5 milhões de crianças de quatro a seis anos, irmãos de alunos, por um período de 260 dias; fornecimento de livros didáticos a 28 milhões de alunos do 1º grau, e de outros materiais didáticos a 3,9 milhões de alunos do ensino fundamental; prestação de assistência médico-odontológica a 2 milhões de alunos do 1º grau.

Na área da teleeducação, as ações centraram-se na concepção, execução e distribuição de programas educativo-cultural, por meio da produção e veiculação de programas de rádio e TV, bem como da difusão de materiais impressos, com ênfase no aperfeiçoamento de professores do ensino fundamental e nas atividades de alfabetização.

AÇÕES PREVISTAS PARA 1992

O objetivo do Governo na educação básica é assegurar condições para manter e desenvolver sistemas de ensino, garantindo a universalização da oferta de oportunidades e a regularidade do fluxo de alunos, com um padrão educacional de qualidade.

O MEC atuará como promotor e indutor da política nacional de educação básica, por meio de ações compartilhadas com os Estados, Distrito Federal e Municípios. Da mesma forma, implementar-se-á um regime de parceria nas ações de cooperação técnica e financeira com esses níveis de Governo, condicionadas ao aprimoramento qualitativo da educação básica.

Em 1992, as ações do Ministério deverão atender a orientações programáticas, dentre as quais se destacam: melhoria da capacidade instalada; aumento da produtividade geral dos sistemas de ensino; ampliação da oferta de ensino; valorização e capacitação continuada do magistério; modernização de sistemas de gestão, incluindo a formação de gestores; implantação de sistemas de avaliação; descentralização administrativa; regionalização do planejamento; aumento gradativo da jornada pedagógica e ainda melhoria do direcionamento da capacidade indutora das linhas de fomento do MEC. Além disso, serão adotadas medidas administrativas voltadas para o aprimoramento da atuação do Governo na educação básica, conferindo maior eficiência e eficácia na aplicação dos recursos públicos na área do ensino.

Na área da educação pré-escolar, programam-se o treinamento de 12.332 docentes e técnicos administrativos, a aquisição e distribuição de 155.953 módulos de material didático-escolar e o equipamento de 2.740 salas de aula.

No ensino fundamental serão construídas, ampliadas e equipadas escolas e salas de aula, treinados docentes e técnicos administrativos, apoiadas instituições públicas e distribuídos módulos de material didático-escolar. Além dessas ações tradicionais, o MEC participará da efetiva implantação dos Centros Integrados de Assistência à Criança onde, durante oito horas diárias, as crianças receberão educação, atenção à saúde, cultura, esportes e ensino profissionalizante. Nesse âmbito, serão desenvolvidos e viabilizados projetos pedagógicos específicos que atendam integralmente às crianças, contando, inclusive, com a participação das comunidades locais.

Para a erradicação do analfabetismo, será concedido apoio a 718.250 cursistas, incluindo distribuição de módulos de material didático-escolar.

Na área do ensino médio, deverão ser treinados docentes e técnicos administrativos, reformadas escolas, equipadas salas de aula, e distribuídos módulos de material didático.

A educação especial contará com o apoio a instituições públicas e privadas especializadas. O MEC equipará 1.545 salas de aula e distribuirá 106.328 módulos de material didático-escolar.

Na educação tecnológica, serão atendidos 15.540 alunos, com o oferecimento de 2.139 novas vagas, e será promovida articulação entre os sistemas de ensino tecnológico e o setor produtivo. A programação compreende a construção de novas escolas técnicas, a aquisição de equipamentos e o treinamento de docentes e de técnicos.

Na educação superior, o MEC assegurará recursos às 52 Instituições Federais de Ensino Superior para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, adquirindo instrumental técnico-científico e firmando contratos para crédito educativo a estudantes carentes.

Na pós-graduação, será ampliada a concessão de bolsas de estudos, para um total de 20.911 bolsistas, através da CAPES. Deverão também ser apoiados 30 novos cursos.

Quanto à assistência ao estudante, as principais linhas serão: alimentação escolar, que beneficiará 31,5 milhões de alunos da rede oficial de ensino de todo o país, oferecendo-lhes alimentação suplementar; distribuição de livros didáticos - aproximadamente 84 milhões de exemplares a 28 milhões de alunos; e incentivo à constituição de salas de leitura para atendimento a cerca de 10 milhões de alunos. Serão distribuídos gratuitamente 28 milhões de módulos de material escolar a alunos carentes e serão revendidas, a preço de custo, 61,8 milhões de unidades de material escolar. Deverão ser promovidas, nas escolas de ensino fundamental, ações educativa, preventiva e curativa de medicina geral, odontológica e oftalmológica, que deverão abranger 6 milhões de alunos.

Ainda para o exercício, o programa de teleeducação apoiará o processo ensino-aprendizagem, utilizando meios múltiplos em salas de aula e contribuindo para a redução dos índices de evasão, reprovação e repetência no 1º grau.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

O Ministério do Trabalho e da Previdência Social (MTPS) tem baseado sua atuação nas diretrizes de democratização do processo de gestão, com efetiva participação da sociedade; de modernização dos serviços prestados pelas áreas de Trabalho e Previdência Social; e de descentralização de ações e programas.

Essas diretrizes vêm sendo aplicadas, fundamentalmente, conforme o Plano de Curto Prazo do MTPS (Portaria nº 3.326/91), pelo Conselho Nacional de Seguridade Social para a totalidade do Sistema e, especificamente, pelo Conselho Nacional de Previdência Social.

AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 1991

Previdência Social

Com a aprovação das Leis nº 8.212/91 e nº 8.213/91, foi implantado, no País, o regime único de previdência, assegurando a universalidade de participação nos planos previdenciários, a uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbana e rural, a irredutibilidade do valor dos benefícios e a fixação de piso correspondente ao salário mínimo para os valores dos benefícios de duração continuada. O novo plano elevou os gastos federais com o pagamento de benefícios a Cr\$ 5,7 trilhões, no ano, e possibilitou a 5,3 milhões de beneficiários da Previdência o recebimento do novo piso a partir de setembro de 1991 (4,7 milhões de beneficiários rurais e 600 mil urbanos).

No final do ano, a Previdência Social respondia pelo pagamento de 12,8 milhões de benefícios, dos quais 1,6 milhão incorporados em 1991. Os beneficiários urbanos correspondiam a dois terços desses benefícios.

O projeto PRISMA, de modernização e informatização dos postos de benefícios, foi implantado em 80 unidades. Ainda quanto à modernização do atendimento, foi introduzido o cartão magnético para recebimento de benefícios, alcançando cerca de 3 milhões de segurados. Os beneficiários rurais, por sua vez, dispõem agora de atendimento nas agências da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nas localidades desprovidas de unidades do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

A fiscalização previdenciária atingiu 268,6 mil estabelecimentos, alcançando 9,8 milhões de trabalhadores. Com o projeto do Sistema de Gerenciamento das Regiões Fiscais (Projeto GIRAFIA), implantado em 22 dessas regiões, foi introduzida a informatização dos Cadastros de Fiscalização de Empresas, o aperfeiçoamento da programação da ação fiscalizadora e a automatização da emissão de documentos aos contribuintes.

O projeto de modernização conduziu ao processo de reestruturação administrativo-financeira do sistema previdenciário, inclusive

com o aperfeiçoamento das Procuradorias Regionais, objetivando melhor controle sobre os processos de cobrança de débitos e ações de revisão de benefícios. Foram intensificadas as ações de combate às fraudes contra a Previdência Social, tendo já sido cancelados 313 mil benefícios indevidos.

Trabalho

Com a nova regulamentação do seguro-desemprego (Lei nº 7.998/90), ampliou-se, substancialmente, o número de beneficiários potenciais do programa. Os benefícios tiveram os valores elevados em relação aos praticados até então, passando seus valores a ser atualizados monetariamente. Durante o ano, mais de 3 milhões de trabalhadores receberam benefícios do seguro-desemprego, representando um aumento de cerca de 15% em relação aos contemplados no ano anterior (2,6 milhões de trabalhadores) e uma despesa de mais de Cr\$ 600 bilhões no ano.

Com relação ao abono salarial, foram beneficiados 3,9 milhões de trabalhadores de baixa renda, com um gasto de quase Cr\$ 300 bilhões.

A fiscalização da segurança e saúde do trabalhador foi intensificada com a realização de 122 mil inspeções urbanas e 8,7 mil rurais. Foi também implantado o Sistema Teleacidente do Trabalho que oferece aos trabalhadores acesso a informações sobre segurança e saúde no trabalho.

Por outro lado, a fiscalização da legislação trabalhista atingiu 362,5 mil estabelecimentos, alcançando mais de 19,1 milhões de trabalhadores e resultando na emissão de 71,8 mil autos de infração. A fiscalização do FGTS, por sua vez, alcançou 29,9 mil empresas e 1,6 milhão de empregados. Para o aperfeiçoamento dessa atividade, foram treinados 1.800 fiscais.

O Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) beneficiou cerca de 6 milhões de trabalhadores em 38 mil empresas. O PAT vinha sendo caracterizado pelo atendimento privilegiado às faixas salariais superiores, mas, através do Decreto nº 5/91, a inclusão de trabalhadores de renda mais elevada ficou condicionada à garantia de atendimento, em cada empresa, da totalidade dos trabalhadores que percebam até cinco salários mínimos.

As atividades relacionadas à segurança e saúde do trabalhador e à prevenção de acidentes do trabalho foram desenvolvidas de forma descentralizada, através da Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho (CANPAT), que contou com 38 eventos realizados em diversos Estados, e da Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho Rural (CANPATR). As atividades de treinamento em segurança, saúde e prevenção de acidentes alcançaram 6,8 mil empregados.

Quanto às atividades de identificação profissional, foram distribuídas 4,5 milhões Cartelas do Trabalho e Previdência Social.

Merece referência, ainda, o Programa Nacional de Educação (PLANET), que implantou 15 núcleos municipais, atendendo a cerca de 1.500 jovens e adolescentes. Seu objetivo é a formação e orientação profissionais voltadas para a inserção no mercado de trabalho da clientela de pessoas carentes, na faixa etária de 12 a 21 anos, oriundas prioritariamente do setor informal e das áreas rurais.

AÇÕES PREVISTAS PARA 1992

Previdência Social

Conforme estabelecido nas Políticas, Diretrizes e Metas Globais do Ministério do Trabalho e da Previdência Social para 1992 (Portaria nº 3.325/91), a reestruturação administrativo-financeira prosseguirá, com a automatização e a informatização de 766 postos de benefícios, de 76 regiões fiscais e de 19 procuradorias regionais do INSS. Além disso, serão implantados 14 postos de atendimento integrado, com o desenvolvimento de nova sistemática de atendimento que conjuga, no mesmo espaço físico, a prestação de serviços nas áreas de previdência e de trabalho.

Essas ações serão complementadas com a reformulação e a disseminação nacional do teleatendimento (Projeto Disque-Previdência) ao segurado, com prestação de informações e orientação na área da Previdência Social em todas as capitais, mediante instalação de centrais telefônicas de última geração e treinamento de atendentes especializados; e a instalação do atendimento por via postal ao segurado, possibilitando o encaminhamento de documentação e requerimento para concessão de benefícios através dos Correios, com processamento e retorno de correspondência ao segurado.

Na área administrativa, serão executados: o Plano Estratégico de Capacitação, Aperfeiçoamento Profissional e Motivação de Recursos Humanos (PI ANDIRH), alcançando 52,6 mil servidores; o Sistema Integrado de Gestão (SIG), compreendendo a extensão do Sistema de Programação e Controle Orçamentário (Sistema PCO) à Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social (DATAPREV) e à Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (FUNDACENTRO); e a implantação e o desenvolvimento dos sistemas de execução orçamentária e de planejamento.

Finalmente, merecem destaque a atualização e a consolidação de atos normativos do sistema previdenciário, conforme os novos dispositivos legais vigentes (Leis nº 8.212/91 e nº 8.213/91), com simultâneo treinamento de servidores do INSS na nova legislação.

Trabalho

Em 1992, o MTPS prosseguirá no aperfeiçoamento do sistema de proteção ao desempregado, alcançando 4 milhões de trabalhadores, com pagamento de 16 milhões de benefícios do seguro-desemprego;

atingindo 5 milhões de trabalhadores de baixa renda com a concessão de auxílio financeiro anual (abono PIS-PASIJP); além da informatização das unidades do INSS dedicadas à fiscalização da legislação trabalhista e de segurança e saúde do trabalhador.

Na área de segurança e saúde do trabalhador, serão realizados seis eventos e utilizados múltiplos instrumentos de divulgação institucional, como parte integrante da Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho. Serão promovidos programas de capacitação em segurança e saúde do trabalhador, com elevação das metas de treinamento de trabalhadores urbanos e rurais. Além disso, será intensificada a disseminação de cuidados com a segurança através da introdução, nos currículos escolares, de conteúdos na área de proteção ao trabalhador. Por fim, também serão elevadas as metas dos programas de reabilitação profissional e de reintegração social.

Visando à modernização das relações capital-trabalho, serão implementadas medidas de racionalização e controle do processo de identificação do trabalhador, mediante revisão da legislação e introdução de mecanismos de aperfeiçoamento da emissão das Carteiras do Trabalho e Previdência Social. Terá prosseguimento, com previsão de conclusão em 1993, a implantação do Cadastro Nacional do Trabalhador, promovendo-se a unificação e a informatização das bases de dados de identificação do cidadão, a partir de seus vínculos trabalhistas e previdenciários.

Quanto à intermediação e promoção de oportunidades de emprego, o Sistema Nacional de Emprego (SINE) será reestruturado e revigorado, com apoio a programas de treinamento para 10 mil trabalhadores e a programas de reciclagem para 50 mil trabalhadores. Por fim, será disseminado o Programa Nacional de Educação, com a criação de mais 100 núcleos municipais, atendendo a 15 mil jovens e adolescentes.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

As atividades do Ministério da Aeronáutica previstas para o atual período de Governo concentram-se nos cinco componentes básicos do Poder Aeroespacial: Força Aérea Brasileira, Infra-Estrutura Aeroespacial, Complexo Científico-Tecnológico Aeroespacial, Indústria Aeroespacial e Aviação Civil.

Busca-se, principalmente, a adequação da estrutura organizacional e o fortalecimento da capacidade operacional da Força Aérea, mediante a otimização de sua prontidão, a modernização dos equipamentos existentes e o ajuste da infra-estrutura aeroespacial às necessidades do País. Em especial, dar-se-á prosseguimento à construção de sedes de aeródromos e de aeroportos na Região Amazônica: à implantação do CINDACTA III/Região Nordeste e do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) e sua operação integrada e coordenada com os demais órgãos governamentais na área, como instrumento de controle e fiscalização preventiva; e à modernização dos equipamentos de comunicação e de auxílio à navegação aérea. Serão igualmente assegu-

radar a continuidade do programa AM-X e a execução de projetos de pesquisa e desenvolvimento, inclusive com incorporação de tecnologias que objetivem a nacionalização do material aeroespacial e a penetração em novos mercados, bem como a realização de treinamento de recursos humanos, em conformidade com as novas exigências tecnológicas.

AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 1991

No tocante à Força Aérea Brasileira, foi realizado, em 1991, todo o treinamento operacional necessário, tanto o referente ao voo quanto o relacionado ao apoio em terra.

Foi iniciado o treinamento de pilotos do programa AM-X tendo sido realizadas missões de combate, busca, patrulha e transporte, em uma grande operação no Sul do Brasil, denominada OPERAER-91.

Por outro lado, o Grupo de Defesa Aérea (F-103 Mirage), sediado em Anápolis, o 1º Grupo de Aviação de Caça (F-5), sediado em Santa Cruz, e o 1º Esquadrão do 1º Grupo de Aviação de Caça, sediado em Canoas, tornaram-se mais aptos a cumprir suas missões de defesa aérea, em razão da melhoria dos equipamentos do CINDACTA-I (Brasília) e da definitiva implantação do CINDACTA-II (Curitiba).

No segmento da Infra-Estrutura Aeroespacial, a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (INFRAERO) coordenou a realização de obras de grande porte nos aeroportos de Brasília, do Galeão, de Guarulhos e de Curitiba, além da execução de melhorias diversas.

Quanto ao Complexo Científico-Tecnológico, o Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento prosseguiu com o desenvolvimento do veículo lançador de satélites, e da implantação do Centro de Lançamento de Alcântara, bem como com pesquisas de interesse para a indústria aeronáutica, como novas ligas, novos tipos de combustíveis de aviação e combustível alternativo.

Na área da Indústria Aeroespacial e Aviação Civil, por intermédio da Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (EMBRAER), foram retomados grandes projetos, como o lançamento do protótipo do turboélice VECTOR e o desenvolvimento do projeto EMBRAER-145, um jato puro para 45/50 passageiros.

No que diz respeito ao Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB) destacaram-se a modernização dos equipamentos do CINDACTA-I, a implantação total do CINDACTA-II e o início da implantação do CINDACTA-III.

Em sequência à política de desestatização, foi privatizada a Companhia Eletromecânica (CEI/MA), que continuará a prestar serviços ao Ministério da Aeronáutica e à aviação civil.

Especificamente na região amazônica, cabe menção às seguintes realizações: desenvolvimento de ação integrada com o Ministério da

Saúde, principalmente no combate ao cólera, com transporte de profissionais e medicamentos; ação integrada com o Ministério da Educação no transporte de merenda e material escolar; apoio ao Ministério do Exército na rede logística de Batalhões de Fronteira (Projeto Calha Norte); apoio à Polícia Federal no combate ao narcotráfico e na retirada de garimpeiros invasores; e assistência aos ribeirinhos, mediante transporte em helicópteros e aviões.

Foi, ainda, elaborada a concepção do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), como parte integrante do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), de âmbito interministerial.

AÇÕES PREVISTAS PARA 1992

Para o ano de 1992, serão continuadas as ações visando ao aperfeiçoamento operacional da Força Aérea, otimizando ao máximo o seu estado de prontidão, com aproveitamento integral dos recursos disponíveis.

Relativamente aos seus principais programas, o Ministério prevê a continuação do projeto AM-X e da implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB), e o início da implantação do Sistema de Vigilância da Amazônia.

Na infra-estrutura aeroportuária, através da INFRAERO, prosseguirão as reformas dos Aeroportos de Brasília, do Galeão, de Guarulhos e de Curitiba. A partir de 1992 e até 1994, estão previstas obras nos Aeroportos de Fortaleza, Belém, Porto Alegre e Rio Branco.

Na Indústria Aeroespacial, por intermédio da EMBRAER, prosseguirá o desenvolvimento do projeto EMBRAER-145. A empresa espera retomar sua presença no mercado, com a intensificação das vendas do EMB-120-Brasília e do EMB-312-Tucano.

A Telecomunicações Aeronáuticas S.A. (TASA), que tem por finalidade implantar, operar e explorar, comercial e industrialmente, as atividades de telecomunicações e de proteção ao voo, deverá absorver os doze Destacamentos de Proteção ao Voo atualmente operados pela Diretoria de Eletrônica ao Voo do Ministério da Aeronáutica.

O Ministério prosseguirá, também, a execução de projetos e pesquisas científicas e tecnológicas em áreas de tecnologia de ponta ainda não atendidas pelos complexos científico-tecnológico e industrial brasileiros, e com seu programa de valorização do elemento humano, mediante o aperfeiçoamento da infra-estrutura sócio-assistencial nos campos previdenciário, habitacional, médico-sanitário e educacional. Terão também seguimento os projetos que visam ao desenvolvimento e à integração nacional, através da Força Aérea Brasileira.

Além dessas ações, o Ministério dará continuidade ao atendimento, por meio de transporte aéreo, às pequenas comunidades situadas nas regiões mais longínquas do território nacional.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

O Ministério da Saúde pautou sua atuação nas seguintes diretrizes políticas: acesso universal e equânime às ações e serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde; implantação de um novo modelo de atenção à saúde que garanta ampliação da cobertura, integralidade da assistência, participação social e descentralização das ações.

O Ministério, órgão nacional do Sistema Único de Saúde (SUS), direcionou suas ações, em 1991, para três grandes linhas.

A primeira teve como ênfase o estabelecimento de critérios pelos quais Estados e Municípios pudessem desenvolver suas qualificações institucionais para a plena integração ao SUS e a definição de suas parcelas de participação no financiamento das atividades sanitárias.

A segunda linha correspondeu ao incentivo à participação comunitária nos processos de decisão, planejamento e fiscalização das atividades do SUS, mediante implantação de conselhos de saúde.

Por fim, já sob a deliberação do novo Conselho Nacional de Saúde, foram estabelecidas as orientações metodológicas para o planejamento integrado do SUS, articulando harmonicamente as três esferas de Governo e a parcela de prestadores de serviço privados associados ao Sistema.

AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 1991

As ações voltadas para a redução da morbi-mortalidade infantil compreenderam a atuação de diversos setores do Ministério, em conjunto com Estados e Municípios.

Nesse sentido, implantaram-se comissões estaduais e definiram-se novas condutas padronizadas para os mais graves problemas causadores das elevadas taxas de mortalidade infantil, quais sejam: as diarreias, as infecções respiratórias das crianças, as doenças transmissíveis imuno-preveníveis, a desnutrição, o baixo tempo de aleitamento materno e os problemas relacionados aos recém-nascidos.

Em termos quantitativos, é de se ressaltar a ampliação da distribuição de sais de reidratação oral, que atingiu 67 milhões de unidades à época das campanhas de vacinação, e o treinamento de 6 mil parteiras leigas, com o objetivo de reduzir problemas perinatais em regiões desprotegidas.

Quanto ao Sistema Assistencial as ações foram subdivididas em duas grandes vertentes: a reorganização do SUS, de acordo com os princípios da Lei Orgânica da Saúde e a readequação da rede de serviços consubstanciada no Programa Pró-Saúde. Essa readequação consistiu na construção, reforma e reequipamento de unidades públi-

cas nos grandes centros urbanos, bem como, segundo prescrito em lei, na transferência, aos Estados e Municípios, das unidades assistenciais integrantes da rede federal (INAMPS e MS), totalizando mais de 509 postos de assistência médica e 26 hospitais, de custo equivalente a Cr\$ 2,5 trilhões.

Vale ressaltar a concretização de novo modelo de organização e gestão de ações de saúde, configurado na implementação do Serviço Social Autônomo - Associação das Pioneiras Sociais, que prestará serviços demandados pelo Governo, mediante contrato de gestão a vigorar a partir de 1992. Tal fato possibilitará a articulação entre os objetivos sociais de serviço público e a flexibilidade administrativa de uma associação privada.

Em 1991, o esforço do Sistema Assistencial resultou em uma oferta de mais de 15 milhões de internações e cerca de 200 milhões de consultas ambulatoriais, com os respectivos exames complementares.

A atuação do Ministério frente aos elevados índices de mortalidade causados por acidentes de diversas naturezas determinou a implantação do Programa de Enfrentamento às Emergências e Traumas, articulado com os Corpos de Bombeiros na operação de UTIs-móveis para atendimento a serviços assistenciais de emergência em todas as capitais brasileiras.

O combate às grandes endemias, como malária, doença de Chagas, esquistossomose, febre amarela e dengue, desenvolveu-se dentro dos padrões de normalidade, mesmo considerando as dificuldades operacionais existentes.

No que se refere à malária, os indicadores confirmam uma redução de 100 mil casos em 1991, graças às ações tradicionais de controle do vetor e à utilização de obras de drenagem em áreas hiperendêmicas da Amazônia.

As ações de controle da febre amarela silvestre foram intensificadas por aumento de cobertura vacinal nas regiões Norte e Centro-Oeste, com vistas a evitar a deflagração de epidemias de febre amarela urbana pela presença do *Aedes aegypti* nas grandes cidades brasileiras.

Os surtos epidêmicos de dengue foram contidos em todas as regiões do País, tanto pelo trabalho desenvolvido com os Estados e Municípios voltado para a redução das densidades do mosquito transmissor mediante uso de inseticidas, quanto, e principalmente, pela melhoria das condições sanitárias motivadas por campanhas participativas para eliminação de criadouros do *Aedes aegypti*.

No combate à disseminação da epidemia do cólera, o Ministério desenvolveu ações de saneamento e tratamento de doentes, bloqueou os principais pontos de transmissão da doença, situados na fronteira amazônica, e montou controle nos pontos de desembarque aéreo, terrestre e marítimo. Além disso, deflagrou campanha nacional de orientação da população sobre medidas de proteção contra a doença. A firme execução dessas ações possibilitaram a contenção do ritmo epidêmico da enfermidade, mantendo os casos já confirmados sob controle.

As ações de vacinação contra doenças imunopreveníveis obtiveram o mais elevado nível de cobertura, tais como: poliomielite (95%), sarampo (100%), difteria-tétano-coqueluche (84,4%) e BCG (92%). Registre-se a ausência de novos casos de poliomielite já há três anos e a redução de casos notificados de todas as demais doenças, basicamente como resultado da intensificação dos Dias Nacionais de Vacinação.

A implementação dessas ações deu-se de maneira articulada como o "Projeto Minha Gente" que incorporou também o grupo materno. Além das vacinações, o Ministério encarregou-se, entre outras questões, do controle de crescimento e desenvolvimento, da atenção básica de saúde, da distribuição de suplementação alimentar, do incentivo ao aleitamento materno e das ações referentes à saúde bucal. Coube também ao Ministério a função de coordenação executiva do projeto, igualmente responsável pela implementação da rede dos Centros Integrados de Apoio à Criança.

A busca da auto-suficiência em sangue e hemoderivados resultou no aumento da coleta nos 109 hemocentros existentes e o início dos trabalhos para construção de 36 novos hemocentros. Com relação aos imunobiológicos, investiu-se na construção da planta de Produção de Vacina Tríplice e da Central de Processamento Final de Imunobiológicos (Biomangueiros).

Quanto ao combate à AIDS, além das campanhas nacionais de informação e educação, foram consolidados os sistemas de apoio laboratorial para controle da doença e assistência hospitalar ao doente, bem como fortalecidos os instrumentos para o aumento da sobrevivência de pacientes mediante a utilização do arsenal terapêutico resultante do esforço internacional de pesquisa.

Em decorrência da ameaça de cólera e do apoio ao combate à malária, as atividades de saneamento programadas para 1991 foram objeto de total reformulação. A gravidade da situação exigiu a concentração de esforços em trabalhos de análise e melhoria da qualidade de mananciais e reservatórios de água para consumo, orientação e educação sanitária e implementação de soluções emergenciais para o tratamento de dejetos humanos e de microdrenagens nas áreas hiperendêmicas da Amazônia.

No que tange à assistência farmacêutica, a Central de Medicamentos ampliou sua atuação, firmando contratos e convênios para aquisição de produtos farmacêuticos com o objetivo de garantir a cobertura do SUS e de programas específicos do Ministério.

A saúde bucal também foi objeto de profunda reformulação. Sem prejuízo de ações dirigidas ao indivíduo, intensificaram-se o estudo, o planejamento e a execução de ações coletivas, nas quais a prevenção por processo educacional e por fluoretação da água e do sal de cozinha é ponto relevante.

Por último, no campo da vigilância sanitária, iniciou-se um processo de elaboração e revisão de normas e rotinas operacionais para melhoria da qualidade dos produtos ofertados aos consumidores.

AÇÕES PREVISTAS PARA 1992

O Ministério da Saúde dará prosseguimento à sua diretriz de consolidar o SUS, com a finalidade de melhorar as condições de saúde da população.

As ações assistenciais terão ênfase na promoção da saúde e na prevenção de riscos, mediante o fortalecimento das atividades de controle, visando à redução de doenças transmissíveis, bem como à expansão e ao aprimoramento das ações de assistência integral à saúde do grupo materno-infantil.

Serão intensificados a implantação da rede dos CIAC e os procedimentos de articulação intra e interministerial, com vistas ao aperfeiçoamento do funcionamento do modelo de atendimento proposto.

Levando em conta o baixo custo e a eficácia já comprovada, o Ministério pretende treinar e efetivar a participação de 100 mil agentes comunitários nas ações de saúde, principalmente na cobertura assistencial e educacional de pequena complexidade, nas áreas rurais e urbanas.

Em campos específicos de atividades diferenciadas, como os relacionados à AIDS, intensificar-se-ão campanhas educacionais dirigidas à incorporação de hábitos preventivos.

No caso do cólera, o agravamento do quadro exige, além de campanhas educacionais, urgência na implantação de ações de saneamento básico e de apoio terapêutico em hospitais, que não só possibilitem a cura dos pacientes mas sobretudo dificultem e idealmente impeçam a propagação da doença.

O Ministério da Saúde pretende ampliar e modernizar a vigilância sanitária, particularmente quanto ao controle de qualidade de drogas, medicamentos e alimentos e à informação toxicológica, mediante auditoria dirigida às áreas produtoras e efetivação do sistema de notificação de reações adversas a medicamentos. Por outro lado, os serviços de saúde (hospitais, ambulatórios e laboratórios) deverão ser objeto de atividades relacionadas ao controle de qualidade, com participação comunitária.

No campo das informações e do planejamento em saúde, pretende-se implantar o Sistema Nacional de Informações em Saúde, que subsidiará o processo integrado de planejamento nas três esferas de Governo.

Na área de recursos humanos, dar-se-á ênfase à reciclagem e à formação de pessoal, a fim de aprimorar a qualidade da atenção ao público e a capacidade gerencial das unidades de saúde. No desenvolvimento tecnológico de insumos essenciais para o setor, será atribuída prioridade a pesquisas voltadas para fármacos essenciais, biotecnologia aplicada e produtos naturais.

MINISTÉRIO DA AÇÃO SOCIAL

O Ministério da Ação Social tem como objeto prioritário de sua atuação a população de baixa renda, para a qual direciona os programas de habitação, saneamento, assistência social e defesa civil.

Em 1991, buscou-se aperfeiçoar a ação setorial em vários campos. Foi criado o Fundo de Desenvolvimento Social, objetivando **carrear poupança e engajar o setor privado na oferta de habitação, equipamentos sociais e coleta de lixo urbano.** Negociações foram encetadas com agências internacionais de crédito, com vistas ao financiamento de projetos sociais. Promoveu-se a reorganização da área de assistência social, que deverá no curto prazo eliminar a superposição de atividades e propiciar a melhora das ações do setor. Apoiou-se ainda a implantação dos projetos "Ministério da Criança" e "Minha Gente".

AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 1991

Habitação

Os êxitos obtidos na reorganização institucional, administrativa e financeira do setor habitacional e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) permitiram ao Governo, em 1991, concentrar-se na produção de unidades habitacionais e na ampliação da infra-estrutura urbana para habitação, privilegiando a população de baixa renda.

Aplicando recursos orçamentários e do FGTS, foram aprovadas a contratação de cerca de 400 mil unidades habitacionais e a implantação de 7 mil lotes providos de infra-estrutura básica, beneficiando um contingente de mais de 2 milhões de pessoas, em áreas urbanas e rurais.

Por intermédio dos projetos de Apoio à Habitação Popular e Apoio à População de Baixa Renda, executados com recursos do Orçamento Geral da União, foram privilegiadas famílias com renda de até 3 salários mínimos.

Os recursos do FGTS foram alocados ao Plano de Ação Imediata de Habitação, Plano Empresário Popular, Plano de Construção através de Cooperativas e Programa de Habitação Popular, para famílias com renda de 3 a 12 salários mínimos. Recursos do FGTS foram ainda aplicados, pelo Programa de Desenvolvimento Urbano, na ampliação da infra-estrutura urbana complementar à habitação.

Finalmente, pelo seu alto conteúdo social, vale ressaltar, entre as realizações de 1991, a promulgação da nova Lei do Inquilinato, que deverá contribuir, sobremaneira, para aliviar a pressão da demanda por novas unidades habitacionais, uma vez que possibilita o aumento da oferta de imóveis e, assim, a redução dos valores dos aluguéis.

Saneamento

A política de saneamento busca universalizar o acesso aos serviços de abastecimento de água, reduzir os déficits existentes em esgo-

tamento sanitário e controlar a poluição hídrica. Visa, também, à reorganização institucional do setor, conferindo a maior eficácia na alocação dos recursos, maior integração e complementaridade entre as três esferas de Governo e flexibilidade nos arranjos institucionais hoje existentes.

Vem sendo concedida prioridade às ações localizadas nas periferias dos grandes centros urbanos e nas áreas sujeitas a doenças endêmicas relacionadas às condições de saneamento. Ao mesmo tempo, procurou-se consolidar os trabalhos de modernização do setor, destacando-se a negociação de financiamentos externos que propiciarão a recuperação financeira e o desenvolvimento institucional das Companhias Estaduais de Saneamento.

Na área de abastecimento de água e esgotamento sanitário, deu-se continuidade à implantação do Plano de Ação Imediata de Saneamento - País Brasil. Foram firmados contratos, com recursos oriundos do FGTS, beneficiando cerca de 2,1 milhões de pessoas em 344 localidades. Do Orçamento Geral da União foram aplicados recursos em abastecimento de água em núcleos rurais e urbanos, privilegiando cerca de 4.700 famílias e em sistemas de coleta e tratamento de esgotos, atendendo a 2.700 famílias.

Visando melhorar a qualidade de vida, foram aplicados cerca de Cr\$ 1,1 trilhão, do FGTS, em drenagem e infra-estrutura urbana, beneficiando cerca de 2,3 milhões de pessoas, em 91 cidades. Além desses, recursos advindos do Orçamento Geral da União, foram aplicados na urbanização de 122 hectares de áreas citadinas.

O Programa Nacional de Saneamento Rural, cujo objetivo é fortalecer a infra-estrutura social e produtiva do homem do campo e melhorar sua condição de vida, realizou obras de abastecimento de água, esgotamento e melhorias sanitárias em pequenas comunidades rurais, beneficiando 6 mil famílias.

Assistência Social

A política de assistência social concentrou-se, basicamente, no atendimento aos grupos sociais mais vulneráveis, sobretudo crianças, adolescentes, idosos e pessoas portadoras de deficiências.

O apoio nutricional, básico para a redução dos índices de desnutrição e morbimortalidade materno-infantil, favoreceu cerca de 400 mil gestantes, nutrízes e crianças, por intermédio da Fundação Legião Brasileira de Assistência (LBA).

As ações no campo da assistência ao menor apresentaram resultado significativo. O apoio à criança carente de até seis anos, em creches do sistema LBA, beneficiou 1,5 milhão de crianças por mês. Por outro lado, a Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (CBIA) atuou em 2.100 Municípios, no atendimento a 845 mil crianças e adolescentes em diversas atividades, e capacitou 352 mil para o trabalho.

As atividades de desenvolvimento comunitário e de incentivos à geração de renda da LBA, componentes do Programa de Assistência

Comunitária, foram responsáveis pelo apoio a 11.122 microunidades de produção, formação e reciclagem profissional de 185.693 pessoas e sustentação de 2.281 projetos comunitários.

Particularmente quanto ao atendimento especializado, prestado pela Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), o Governo apoiou 120 mil pessoas portadoras de deficiências e 97 entidades. A LBA, na execução do Projeto de Apoio ao Cidadão, à Família e ao Adolescente, beneficiou 100.172 deficientes físicos por mês, concedeu 80 mil auxílios econômicos e financeiros, ademais de ter favorecido 150 mil pessoas com documentos de registro civil e assistência jurídica. Já no tocante à assistência à velhice, beneficiou 226.500 pessoas por mês.

A Secretaria Nacional de Defesa Civil dedicou-se, na área que lhe compete, ao atendimento de cerca de 330 Municípios de diferentes Estados da Federação, prestando assistência a 50 mil famílias, e distribuindo água, em carros-pipa, a 300 mil famílias. Paralelamente, concedeu treinamento a 50 mil pessoas.

AÇÕES PREVISTAS PARA 1992

Habitação

A prioridade, no exercício que se inicia, será consolidar os planos, programas e projetos implementados em 1991. Além disso, serão executados, na sua feição definitiva, o Programa SOS Habitação, o Programa de Desenvolvimento Social e Urbano e o Programa de Urbanização de Áreas.

Os recursos orçamentários e os do FGTS deverão permitir que continue a expansão da quantidade de moradias edificadas em 1991 e a implantação de mais lotes dotados de infra-estrutura básica que os providos naquele ano.

A meta global do Ministério da Ação Social é reduzir o déficit habitacional em 36% até o final deste Governo.

Saneamento

As ações na área, relativas a abastecimento de água e esgotamento sanitário, contemplam a implantação de obras de captação, tratamento e distribuição de água e sistema de coleta e tratamento de esgotos que beneficiarão cerca de um quarto da população brasileira.

O Programa Social de Emergência e Geração de Emprego (PROSEGE) por sua vez, deverá beneficiar diretamente 346.209 famílias, com obras de melhorias da infra-estrutura urbana - calçamentos, drenagem, proteção de encostas - e, indiretamente através da criação de empregos em grandes cidades, visando minorar os efeitos adversos da conjuntura econômica.

Na área de saneamento rural, o Governo pretende aplicar mais recursos do que em 1991 e beneficiar 25 mil famílias.

Assistência Social

A programação de assistência social prosseguirá com sua atuação diversificada, visando aos grupos mais carentes da população de baixa renda.

As ações de apoio nutricional, às quais se somam ações básicas no campo da saúde, ambas a cargo da LBA, deverão atingir 1,7 milhão de pessoas ao longo do ano, pertencentes ao grupo materno-infantil.

A assistência ao menor estima atender, mensalmente, a 1,5 milhão de crianças de até seis anos de idade, nas creches do sistema LBA. Prestará também atendimento a 1,7 milhão de pessoas, por meio dos programas de Atenção Direta à Criança e ao Adolescente e Combate à Violência, a cargo da CBIA. Apoiará ainda a consolidação do Projeto Ministério da Criança e a construção e operação de Centros Integrados de Apoio à Criança.

No campo da assistência social geral, a conjugação das ações entre a LBA e a CORDE deverá garantir uma significativa ampliação da assistência às pessoas portadoras de deficiências, mediante concessão de auxílios econômicos e financeiros, assistência judiciária e na área de registro civil, prestação de atendimento a crianças, gestantes e nutrízes e sustentação de entidades beneficentes.

Na área de assistência comunitária, a maior complementaridade de atuação da LBA com a Secretaria Nacional de Promoção Social propiciará a otimização do apoio prestado às microunidades de produção, aos projetos comunitários, às iniciativas de reciclagem profissional e ao Programa de Artesanato Brasileiro.

A defesa civil, por sua vez, com os projetos de Minimização da Vulnerabilidade das Cidades e Proteção às Comunidades Afetadas por Contingências deverá garantir o atendimento de emergência às populações alcançadas por calamidades, além de, preventivamente, contribuir para a implantação e modernização de unidades locais.

ÓRGÃOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS

O Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) busca obter adequado grau de integração das Forças Singulares no seu preparo operacional. Assessora o Presidente da República na fixação de diretrizes, estratégias e doutrinas militares.

mas de pesquisa e realiza levantamento de informações estratégicas ligadas à sua área de atuação.

O EMFA coordenou também as atividades dos órgãos que lhe são subordinados: Escola Superior de Guerra, Hospital das Forças Armadas e Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa.

AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 1991

Em 1991, deu-se continuidade ao projeto Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC 2), delineando-se a concepção de sua estrutura experimental, em processo gradativo de implementação. Avançou-se na elaboração de normas e procedimentos de comunicações interforças para a operação do sistema, e intensificou-se a preparação de recursos humanos, inclusive pelo intercâmbio de conhecimentos no campo internacional.

O Sistema de Comunicações Militares por Satélites (SISCOMIS) firmou todos os contratos necessários ao funcionamento das estações terrenas até o final de 1992, completando os trabalhos de infraestrutura.

Ao lado disso, foi elaborada, em conjunto com o Exército, a Marinha e a Aeronáutica, a política de ciência e tecnologia das Forças Armadas, a qual estabelece critérios, procedimentos e diretrizes para as atividades de pesquisa e desenvolvimento, formação de recursos humanos e fomento industrial. Nesse sentido, o EMFA vem contribuindo com apoio financeiro às atividades de ciência e tecnologia das Forças Armadas, incentivando a nacionalização dos componentes de mísseis, sensores infravermelhos, bloqueadores de radares e sistemas digitais de controle tático.

A Escola Superior de Guerra (ESG) produziu estudos sobre problemas nacionais contemporâneos, sob o enfoque da "Compatibilização entre Segurança e Desenvolvimento Nacional, neste inserida a Justiça Social". Realizou os seguintes cursos - ciclos: Curso de Altos Estudos de Política e Estratégica; Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas; Cursos de Atualização da ESG; Ciclos de Extensão; Curso de Logística e Mobilização da Expressão Militar do Poder Nacional.

O Hospital das Forças Armadas (HFA) manteve suas atividades básicas para responder adequadamente às solicitações de seus usuários, compreendendo militares, seus dependentes e entidades conveniadas.

A Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa acompanhou as atividades acadêmicas realizadas no Colégio Interamericano de Defesa e as atividades dos órgãos da Junta Interamericana de Defesa.

Junto ao EMFA funciona a Comissão Brasileira de Atividades Especiais (COBAIE), que tem a incumbência de gerir o Projeto Missão Espacial Completa Brasileira (MECB).

O Projeto MECB divide-se em três subprojetos principais, aos quais o EMFA emprestou prioridade em 1991:

- desenvolvimento de dois satélites de coleta de dados (SCD-1 e SCD-2) e dois de sensoramento remoto (SSR-1 e SSR-2), bem como das instalações do segmento solo, a cargo da Secretaria de Ciência e Tecnologia;

- desenvolvimento do Veículo Lançador de Satélites (VLS), a cargo do Ministério da Aeronáutica; e

- implantação do Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão, também a cargo do Ministério da Aeronáutica, que avançou muito, em 1991, especialmente quanto às instalações técnicas, administrativas e de apoio.

AÇÕES PREVISTAS PARA 1992

O projeto Sistema Militar de Comando e Controle prevê a instalação de conjuntos computacionais no Centro de Comando do Teatro de Operações Marítimo (CCTOM), na Zona de Defesa da Amazônia e na Zona de Defesa do Oeste; interligação ao Estado-Maior das Forças Armadas, do Centro de Operações da Força Terrestre, do Centro de Comando do Teatro de Operações Marítimo, da Zona de Defesa da Amazônia e da Zona de Defesa do Oeste.

Será dada continuidade ao processo de implantação do SISCOMIS, com a operação, em 1992 das três primeiras estações terrenas do sistema, que interligarão organizações pertencentes à Estrutura Militar de Guerra nas cidades de Brasília, Rio de Janeiro e Curitiba.

Quanto ao desenvolvimento de pesquisas, buscar-se-á a viabilização dos trabalhos em curso nos centros de pesquisa das Forças Singulares, visando à nacionalização do material de defesa militar.

A Escola Superior de Guerra prosseguirá desenvolvendo seus cursos de alto nível, para militares e civis, sobre problemas nacionais contemporâneos, permanecendo o mesmo tema básico, de "Compatibilização entre a Segurança Nacional e o Desenvolvimento Nacional".

O HFA dará seguimento às suas atividades nas áreas de assistência médico-hospitalar, estudo e pesquisa, constando ainda, de sua programação, a realização de eventos científicos e a implantação do Centro de Traumatologia.

A Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa estará atenta aos desdobramentos estratégicos de interesse do Brasil, decorrentes da nova correlação de forças no cenário internacional.

Em continuidade ao projeto Missão Espacial Completa Brasileira, espera-se efetuar o lançamento do primeiro satélite de coleta de dados, bem como do primeiro satélite de sensoramento remoto. Terão

início a operação do segmento solo e o desenvolvimento de veículos lançadores de satélites.

Para a construção do campo de lançamento de Alcântara estão previstas a complementação do aeródromo, a construção da barragem e rede de abastecimento de água, a complementação de Tapirajá, a construção da área de apoio ao setor de controle de satélites e a construção do atracadouro de Alcântara.

SECRETARIA DA CULTURA

A Secretaria da Cultura (SEC) vem executando ações em diferentes campos da política cultural, buscando incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais e também a proteção do patrimônio cultural brasileiro. Em 1991, a Secretaria conferiu especial ênfase à formulação de uma nova política para o setor, compreendida na Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que restabelece os princípios de estímulo à produção cultural e institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), com participação da iniciativa privada.

AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 1991

A Secretaria imprimiu, em 1991, dada a contenção orçamentária, uma estratégia de ação centrada no esforço permanente de seletividade nas aplicações dos recursos disponíveis.

Foram desenvolvidas ações de promoção, difusão e intercâmbio de atividades artísticas e culturais, mediante ampliação do acesso aos bens e serviços culturais, realização de eventos e participação de produtores e artistas em festivais nacionais e internacionais e ainda incentivo às várias formas de expressão e manifestação artísticas.

Diversas instituições públicas, privadas e comunitárias foram envolvidas na identificação, documentação, proteção e preservação do patrimônio cultural brasileiro, implementando uma política de maior participação comunitária nessas tarefas.

Estimularam-se o conhecimento e a difusão da cultura afro-brasileira, preservando-se os valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência do negro na formação da sociedade brasileira.

Foram também conservados e difundidos acervos museológicos e bibliográficos de 12 museus nacionais e quatro museus regionais, além de casas históricas de menor porte; estimulou-se a criação e o desenvolvimento de bibliotecas, bem como a produção e difusão do livro e do interesse pela leitura.

Merceu especial atenção da SEC a elaboração de projeto de lei estabelecendo incentivos para produção e conhecimento de bens e valores culturais, em consonância com o artigo 216, parágrafo 3º, da Constituição Federal. Esse projeto de lei, transformado na Lei nº

8.313, inova com relação à Lei nº 7.505, na medida em que cria o Fundo Nacional da Cultura (FNC) e os Fundos de Investimento Cultural e Artístico (FICART), instrumentos de financiamento do setor.

Iniciaram-se, também, entendimentos tendentes à formulação de uma política cinematográfica brasileira, que conciliasse os objetivos de desregulamentação com as ações necessárias à inserção do cinema na economia de mercado.

Em grande parte estes entendimentos culminaram na sanção da Lei nº 8.401, de 8 de janeiro de 1992, que dispõe sobre as atividades de audiovisual no Brasil.

AÇÕES PREVISTAS PARA 1992

A SEC, juntamente com suas entidades vinculadas, pretende consolidar e expandir sua atuação, balizada na aplicação da Lei de Incentivos Fiscais à Cultura, além das iniciativas que tratam da institucionalização do apoio à produção audiovisual.

Assim, o Governo, na área cultural, dará ênfase ao desenvolvimento da promoção, difusão e intercâmbio de bens e serviços culturais, mediante realização de 20 grandes eventos e apoio acerca de 170 entidades.

Ao mesmo tempo, as ações voltadas para a preservação do patrimônio cultural brasileiro irão permitir a recuperação e a restauração maiores em 20 prédios, além do apoio a 79 outros projetos comunitários.

No que diz respeito à preservação e difusão de acervos museológicos, bibliográficos e documentais, a SEC efetuará pesquisas e levantamentos, visando à conservação e à incorporação de novos bens. Prevê-se, também, a concessão de incentivos para criação, instalação e desenvolvimento de bibliotecas.

A promoção de atividades artísticas e culturais deverá abranger 49 projetos de produção, pesquisa, documentação e difusão de atividades nas áreas de música, cinema e vídeo, artes cênicas, cultura popular e folclore.

Em 1992, a Secretaria da Cultura estará trabalhando em projetos na área de legislação do direito autoral, visando sua atualização.

SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

No cumprimento de suas atribuições de formulação, coordenação, fomento e implementação das políticas de ciência e tecnologia, a Secretaria da Ciência e Tecnologia (SCT) definiu dois grandes objetivos para orientar sua programação: a busca de excelência na área científica e a competitividade na área tecnológica. A principal

intenção com esses objetivos é favorecer a sinergia necessária entre a infra-estrutura de pesquisa instalada no País e as demandas por inovações do setor produtivo, instado a modernizar-se pelo efeito da Política Industrial e de Comércio Exterior.

AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 1991

As informações sobre o desenvolvimento da SCT em 1991 estão agregadas em quatro grandes áreas de atuação: formação de recursos humanos, apoio à pesquisa, modernização tecnológica e gestão da política de ciência e tecnologia.

No campo de formação de recursos humanos, concederam-se 39.840 bolsas de estudo pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), objetivando reverter o decréscimo relativo de formação de mão-de-obra especializada nas áreas mais próximas à tecnologia industrial, particularmente nas engenharias. Foi reorientado o Programa de Formação de Recursos Humanos para o Desenvolvimento Tecnológico (RHAI), com o propósito de reforçar seu caráter preponderantemente tecnológico e atender às necessidades da iniciativa privada. Esse programa proporcionou 6 800 bolsas de capacitação tecnológica e de pós-graduação.

Na área de apoio à pesquisa, a SCT conta, sobretudo, com o CNPq, através da linha de auxílios e de bolsas de pesquisa, e com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), responsável por um conjunto diversificado de instrumentos de financiamento adaptado ao perfil das demandas do setor produtivo e da Universidade. Entre os principais projetos financiados pela FINEP, destacam-se: parasitologia e virologia na Amazônia; aparelhamento de seis centros de pesquisas em sensoramento remoto; implantação de dois centros de pesquisas em biotecnologia, em Joinville e em Viçosa; além de outros projetos tecnológicos associados ao programa de extração de petróleo em águas profundas, envolvendo a PETROBRÁS e empresas privadas. No conjunto, a FINEP apoiou cerca de mil projetos de pesquisa fundamental e de desenvolvimento tecnológico por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Foi também contratada, com o BIRD, a Fase II do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT/BIRD), no valor de US\$ 300 milhões, o que possibilitou a seleção e contratação de 422 projetos de pesquisa, consumindo cerca de um terço dos recursos totais, em 12 importantes áreas de atuação, tais como engenharia química, tecnologia mineral, ciências ambientais, novos materiais e biotecnologia, entre outras.

Foram executados inúmeros programas de pesquisa por intermédio dos institutos vinculados à SCT - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA), Instituto Nacional de Tecnologia (INT) e Centro Tecnológico para Informática (CTI) - e através daqueles ligados ao CNPq, voltados para pesquisas de natureza mais científica, vale mencionar entre estes: a conclusão do primeiro satélite da Missão Espacial

Completa Brasileira; a superação dos entraves internacionais para importação de um supercomputador para o Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos; e o atingimento da fase final de construção do conjunto de salas limpas, necessárias à fabricação de máscaras para a produção de circuitos integrados. Concluiu-se, ainda, em articulação com a iniciativa privada, o desenvolvimento do co-processador periférico de ponto flutuante, dispositivo que, acoplado a supermicrocomputadores, agiliza e potencializa a capacidade de processamento de cálculos numéricos nas áreas de prospecção sísmica, meteorologia e outras.

Nas áreas de química, saúde e poluição ambiental, foram executados projetos cujos resultados destinam-se à indústria farmacêutica e de aditivos químicos, à fabricação de produtos cerâmicos especiais e à prevenção, controle e reversão dos níveis de poluição hídrica.

Realizaram-se, ainda, pesquisas essenciais para ampliar o conhecimento técnico das alternativas para o desenvolvimento auto-sustentado da Amazônia.

Na área de modernização tecnológica, a atuação da FINEP direcionou-se para oferecer o apoio financeiro adequado à implementação das ações previstas nos programas de Competitividade Industrial, no Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade e no de Capacitação Tecnológica, integrantes da Política Industrial e de Comércio Exterior.

Na operação do Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria, buscou-se articular e integrar as ações dos principais agentes financeiros do Governo Federal com as da própria FINEP, como forma de alavancar recursos para a modernização da indústria.

Mobilizou-se, também, um conjunto de ações supervisionadas pela SCT, com vistas à introdução de inovações de ordem gerencial no âmbito da esfera produtiva, mediante a execução do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade.

Na gestão da política científica e tecnológica, a principal meta foi a recriação do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT), instalado em 22 de agosto de 1991.

No campo da informática, deve-se ressaltar o papel normativo da SCT/PR, exercido através do Conselho Nacional de Informática e Automação. Sua principal realização no período foi a revisão da Lei de Informática, para compatibilizar seus principais instrumentos com as diretrizes de abertura comercial para o exterior e de modernização tecnológica e a elaboração do II Plano Nacional de Informática e Automação, que explicita diretrizes, objetivos e metas para os diferentes segmentos do setor. Ambas as iniciativas foram aprovadas pelo Congresso Nacional, como atestam a Lei nº 8.244, de 16/10/91, que dispõe sobre o Plano Nacional de Informática e Automação, e a Lei nº 8.248, de 23/10/91, que trata da capacitação e competitividade do setor de informática e automação.

AÇÕES PREVISTAS PARA 1992

Na área de formação de recursos humanos, buscar-se-á, em 1992, expandir o contingente de pesquisadores qualificados, apoiando a formação de mestres, doutores e técnicos, pela concessão de bolsas de estudo. O objetivo é ajustar, gradativamente, o perfil de formação da base técnico-científica, mediante ampliação da taxa de formação em áreas vinculadas às tecnologias de ponta, nas ciências experimentais de base, nas engenharias e em áreas incipientes ou de reduzido número de pesquisadores.

No esforço de capacitação tecnológica da indústria nacional, será intensificado o papel do RIIAE, como base fundamental da Política Industrial e de Comércio Exterior.

Está programada, para 1992, a concessão de 44.110 bolsas de estudo.

O apoio à pesquisa deverá traduzir-se na recuperação e atualização da infra-estrutura científica e tecnológica, mediante projetos selecionados a serem financiados principalmente pela FINEP.

O CNPq realizará um esforço para orientar parcelas crescentes de recursos às pesquisas de maior complexidade e amplitude, além de aprimorar sua atuação por meio de programas voltados para setores e áreas definidos como prioritários.

De forma semelhante, o PADCT, em sua segunda fase, deverá contribuir para a transformação das condições organizacionais de realização da pesquisa, atendendo preferencialmente a projetos de maior valor e com objetivos mais ambiciosos.

Nas áreas do conhecimento onde atuam os institutos diretamente vinculados à Secretaria, prevê-se: a conclusão do prédio operacional do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos e a instalação do supercomputador, dando-se início às atividades de previsão de tempo; o lançamento do primeiro satélite brasileiro de coleta de dados; a implementação de política de fomento e transferência de tecnologia espacial para a indústria privada; a operação do Laboratório de Máscaras e Retículos para a produção de circuitos integrados de microeletrônica; a continuidade das linhas de investigação ligadas ao controle ambiental, aos equipamentos médico-hospitalares, à química fina, aos novos materiais e à conservação de energia; o início do Programa-Piloto para Conservação de Florestas Tropicais Brasileiras - Subprograma de Ciência e Tecnologia; e, ainda, a continuação do Programa do Trópico Úmido.

Na modernização tecnológica, a atuação da SCT continuará sendo norteadas pelas diretrizes da Política Industrial e de Comércio Exterior, tendo como base os instrumentos e mecanismos previstos nos programas de capacitação tecnológica e competitividade industrial, e também no da qualidade e produtividade.

O mais importante instrumento para ampliar a participação do setor privado nos investimentos em pesquisa e desenvolvimento será o

apoio financeiro oficial com correspondente contrapartida das empresas. Nesse sentido, estuda-se, entre outros, a ampliação de financiamentos sob a forma de contratos de risco.

Na gestão da política de ciência e tecnologia, uma diretriz central será a consolidação do papel do CCT, como órgão de definição e coordenação das ações do Governo na área.

Será aperfeiçoado o processo de planejamento da Secretaria e de suas instituições vinculadas, especialmente pela implantação de uma base de dados, já iniciada.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

O fortalecimento institucional e a efetiva participação da sociedade representam objetivos centrais do Governo Federal na execução da política nacional de meio ambiente. As instituições com atuação nessa área - órgãos federais, estaduais e municipais, além de organizações não governamentais - têm aprimorado suas atividades de fiscalização, orientação e educação ambiental assim como procurado elevar o esforço de pesquisa necessário ao conhecimento das relações entre o desenvolvimento sócio-econômico e o equilíbrio do meio ambiente.

O Governo incorpora e promove uma evolução conceitual na política de meio ambiente, no sentido de identificá-la como uma componente relevante do processo de desenvolvimento sócio-econômico do País. A conservação e o equilíbrio do meio ambiente são definidos como responsabilidade conjunta do Poder Público e de toda a sociedade. O desenvolvimento ambientalmente sustentado é princípio que deve permear todas as iniciativas e empreendimentos públicos e privados.

A Secretaria do Meio Ambiente (SEMAM) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) direcionaram sua atuação em ações com o propósito de assegurar ao processo de desenvolvimento econômico e social do País uma nova visão, que incorpore a variável ambiental, de modo a alcançar o necessário equilíbrio entre desenvolvimento e conservação do meio natural.

A SEMAM, em conjunto com as entidades que integram o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), tem articulado ações com vistas ao encaminhamento das questões ambientais. Nesse contexto, têm importância especial o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), como instância deliberativa, e o IBAMA, como órgão executivo na esfera federal.

A realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em junho de 1992, tem sido um fator adicional de mobilização da opinião pública para o debate das questões ambientais. O evento permitirá ao Brasil ratificar sua posição no sentido de que novo ímpeto de verdadeira cooperação

internacional será indispensável para a definitiva incorporação dos princípios do desenvolvimento sustentável. Aos milhares de representantes oficiais esperados e aos visitantes de vários países poderá ser transmitida uma imagem correta dos problemas ambientais brasileiros e de suas implicações sócio-econômicas, evidenciando as necessidades de cooperação tecnológica e financeira internacional para programas de conservação ambiental no País.

AÇÕES REALIZADAS EM 1991

A SEMAM desenvolveu suas atividades, tendo como principais diretrizes a modernização da política nacional de meio ambiente, o incentivo à educação ambiental e à participação da sociedade civil, a cooperação no esforço para o zoneamento ecológico-econômico do País, o apoio a modelos de desenvolvimento ambientalmente sustentáveis e a articulação técnica, científica e financeira com o exterior. Na Amazônia, foram suspensos os incentivos fiscais para quaisquer projetos que resultem na destruição de ecossistemas e florestas primárias.

Na área institucional, os principais programas e projetos desenvolvidos pela SEMAM abrangeram a coordenação das atividades de estruturação e fortalecimento do SISNAMA, incluindo a constituição dos conselhos municipais e intermunicipais de meio ambiente, a formulação dos decretos federais de regulamentação da política de meio ambiente e a consolidação da legislação ambiental atualmente difusa e esparsa em diversos diplomas legais.

Na ação interinstitucional, cabe ressaltar o apoio à Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) no projeto de Zoneamento Ecológico-Econômico, que deu prioridade à região amazônica, a participação na Comissão Interministerial que organiza a Conferência das Nações Unidas no Rio de Janeiro, a coordenação do Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro, a integração dos órgãos federais aos princípios da conservação ambiental nas áreas de saneamento, energia, agricultura, política indígena e política urbana e a participação nos estudos de conversão da dívida externa em projetos ambientais.

A SEMAM coordenou a elaboração do Programa de Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, aprovado em dezembro último pelo Grupo dos Sete e cuja implementação efetiva deverá dar início à sua primeira fase, estimada em dois a três anos, com projetos a serem financiados por recursos externos que totalizam US\$ 250 milhões.

A SEMAM, através do Fundo Nacional do Meio Ambiente, operacionalizou a execução de 70 projetos de pesquisa na área ambiental, no montante total de Cr\$ 1,5 bilhão.

A SEMAM apoiou ainda o Ministério das Relações Exteriores em negociações nos seguintes fóruns internacionais: Panel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, Protocolo de Montreal para a proteção da camada de ozônio da atmosfera, Tratado de Cooperação Amazônica, Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraná-Paraguai,

nas discussões que resultaram na criação da *Global Environment Facility*, da Comissão Intergovernamental sobre Diversidade Biológica e da Comissão Intergovernamental sobre Clima.

No plano interno, a SEMAM participou também da formulação de diretrizes referentes à política oceânica e costeira. Cumpre ainda registrar a elaboração e o desenvolvimento do Projeto de Contabilidade Ambiental, do Programa de Agroecologia, da política de capacitação de recursos humanos para ações ambientais, bem como o estímulo à pesquisa científica e tecnológica em meio ambiente.

O IBAMA desenvolveu sua ação enfatizando: a proteção dos grandes ecossistemas nacionais; o controle e prevenção da poluição urbana; a fiscalização e controle das queimadas, sobretudo na Amazônia e no Centro-Oeste; a fiscalização e controle do uso dos recursos naturais e dos processos de transformação dos produtos; o apoio ao uso sustentado dos recursos naturais renováveis; o gerenciamento, implantação e manejo de unidades de conservação; e o incentivo à pesquisa tecnológica sobre recursos naturais e proteção ao meio ambiente.

Entre as ações e programas executados pelo IBAMA em 1991, destacam-se a proteção e conservação dos ecossistemas nacionais, a implementação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, a preservação das espécies ameaçadas de extinção e a implantação de projetos de manejo sustentado de espécies e ecossistemas.

Foram executados, no exercício, os seguintes programas: Programa Nacional do Meio Ambiente - voltado para a proteção dos ecossistemas do Pantanal e da Mata Atlântica - Programa de Preservação e Combate aos Incêndios Florestais (PREVIFOGO), Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA), Programa Nacional de Controle da Poluição (PRONACOP) e Programa Nacional de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE).

Prosseguiu-se na fiscalização do uso dos recursos naturais renováveis, das agressões à fauna e à flora, do manejo dos recursos pesqueiros e da poluição ambiental, e elaborou-se o Relatório Nacional de Qualidade do Meio Ambiente.

Foram igualmente desenvolvidas atividades pelo IBAMA contemplando o estímulo ao processo produtivo da borracha natural em seringais nativos e de cultivo, o apoio às reservas extrativistas e a coordenação da política de abastecimento e preços do mercado de borracha natural.

Deu-se continuidade à implementação do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e às ações de promoção da educação ambiental formal e não formal, de capacitação de recursos humanos e de pesquisa técnico-científica na área de meio ambiente.

AÇÕES PREVISTAS PARA 1992

Além do incentivo à participação brasileira na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a SEMAM

dará prioridade à consolidação do SISNAMA e à articulação das ações do Governo Federal na área de meio ambiente, visando ao pleno exercício de suas atribuições legais na execução da política do setor. Prestará assistência à elaboração e execução de planos de ordenamento territorial, com destaque para o Zoneamento Ecológico-Econômico e para o Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro.

A proteção ao meio ambiente em terras indígenas deverá envolver a recuperação de áreas degradadas, o controle ambiental e o suporte técnico-científico para a exploração dos recursos naturais.

Os recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente deverão, em 1992, ser canalizados para pesquisa e desenvolvimento tecnológico, educação ambiental, manejo e extensão florestal, controle ambiental, aproveitamento sustentado da flora e fauna nativas, criação de unidades de conservação e desenvolvimento institucional.

Receberão atenção especial a proteção dos ecossistemas florestais e a execução do Programa-Piloto Para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, com recursos dos países do Grupo dos Sete e da Comunidade Econômica Européia.

O estímulo à incorporação dos princípios do desenvolvimento ambientalmente sustentado e à exploração racional dos recursos naturais e ambientais concretizar-se-á mediante ações de educação ambiental, desenvolvimento de pesquisa técnico-científica e capacitação de recursos humanos.

Buscar-se-á, também, cooperação para projetos na área, mediante articulação técnica, científica e financeira com organismos internacionais e instituições estrangeiras.

Na esfera do IBAMA, estão previstas: ampliação e consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, envolvendo a União, os Estados e os Municípios; proteção à flora e à fauna; preservação e desenvolvimento da biodiversidade; ampliação das florestas nacionais; e desenvolvimento da exploração e utilização racional dos recursos florestais.

A fiscalização do uso dos recursos naturais e das agressões ao meio ambiente será intensificada, devendo envolver as atividades extrativistas, a pesca, o uso dos recursos aquáticos, a exploração florestal, a mineração e as atividades poluidoras em geral.

O apoio à produção de borracha em seringais nativos e de cultivo e ao processo de comercialização do produto terá seguimento assim como o desenvolvimento das comunidades pesqueiras, da aquicultura, do repovoamento das águas interiores e da exploração racional dos recursos pesqueiros.

Prosseguirão as ações decorrentes da coordenação executiva dos diversos programas de preservação do meio ambiente, sobretudo o PNMA, o PREVIÓGIO, o PRONACOP e o PROCONVE.

Quanto à área de educação ambiental e à capacitação de recursos humanos, as medidas envolverão os sistemas de educação formal e o

treinamento específico nas diversas áreas de gestão, tanto no IBAMA como em órgãos estaduais, municipais e entidades privadas.

Pretende-se, ainda, incentivar a realização de estudos e pesquisas de caráter básico, visando à exploração racional dos recursos naturais renováveis e ao desenvolvimento de tecnologias ambientais.

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A Secretaria do Desenvolvimento Regional (SDR) e as entidades vinculadas à sua estrutura - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) e Companhia de Desenvolvimento de Barcarena (CODEBAR) - têm como atribuição principal atuar na redução das disparidades inter-regionais de renda e de qualidade de vida, promovendo a descentralização da atividade econômica e o descongestionamento dos grandes centros urbanos, através da interiorização do desenvolvimento com a identificação de áreas-programa dotadas de potencialidades para constituírem-se em pólos dinamizadores do desenvolvimento regional. Para tanto, a Secretaria atua diretamente, através de programas e projetos sob responsabilidade sua ou das entidades que supervisiona, e, indiretamente, mediante articulação com outros órgãos federais e estaduais.

Em observância às diretrizes governamentais e em consonância com os preceitos constitucionais, a SDR confere prioridade às regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, buscando propiciar-lhes condições de contribuir, de forma mais eficiente, para o desenvolvimento do País, respeitadas as peculiaridades locais. Também se faz presente no Sul e no Sudeste, embora com ação mais limitada.

AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 1991

A Secretaria teve como destaque principal, em 1991, o exercício, articulado com os demais órgãos federais, de elaboração de planos regionais. Registre-se a formulação do Plano de Desenvolvimento Regional Integrado do Nordeste (PDRI/NE), para o período 1991-1995, através de trabalho conjunto da SDR e da SUDENE. A programação do PDRI/NE já se acha contemplada na revisão do Plano Plurianual, que abrange o período 1993-1995, e no orçamento de 1992. A preparação de planos para as demais regiões sequenciará o processo deflagrado. Cabe, nesse contexto, assinalar que se encontra em fase final a elaboração do PDRI para a Amazônia, consoante diretrizes já aprovadas.

Na área do Programa Grande Carajás (PGC), cabe ressaltar a implementação do Corredor de Exportação Norte, que constitui um conjunto integrado de projetos e medidas visando ao desenvolvimento da

Região do Cerrado Setentrional Brasileiro, abrangendo o sul do Estado do Maranhão, o sudoeste do Estado do Piauí e o norte do Estado do Tocantins, estando prevista a ocupação produtiva de uma área de cerca de 3 milhões de hectares, com potencial para produzir até 5 milhões de toneladas/ano de grãos; e a inauguração da 3ª etapa da ALUMAR (135 mil toneladas/ano de alumínio e 300 mil toneladas/ano de alumina), em São Luís (MA); e da MARGUSA (70 mil toneladas/ano de ferro-gusa), em Rosário (MA).

Merecem destaque o restabelecimento e a reformulação, pela Lei nº 8.167/91, regulamentada pelo Decreto nº 101/91, dos incentivos fiscais regionais (Fundos de Investimentos do Nordeste - FINOR e da Amazônia - FINAM), do Programa de Integração Nacional (PIN) e do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA). Quanto aos fundos constitucionais, registre-se o redirecionamento do Fundo Constitucional do Norte (FNO), a revisão dos critérios operacionais do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE) e a revisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO).

A SDR/PR tem, também, entre suas responsabilidades, a de atuar diretamente nas regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste, de forma articulada com os governos estaduais, além de coordenar programas outrora conduzidos pelos extintos Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) e Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). No setor sucroalcooleiro, a Secretaria desenvolveu atividades quanto à política de preços e subsídios, quanto à política de abastecimento (planos de safra, prioridade para o abastecimento interno e fixação de regras para exportação), bem como na desregulamentação do controle e distribuição de álcool industrial.

No que respeita ao Centro-Oeste, importa consignar a elaboração, conjuntamente com os respectivos Estados e vários órgãos federais, do Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (PLANAFLORO) e do Projeto de Desenvolvimento Agroambiental de Mato Grosso (PRODEAGRO), o primeiro tendo sido negociado com o BIRD em dezembro de 1991. Tratam-se de dois programas de desenvolvimento integrado, com forte conotação ambiental, concebidos a partir da experiência do Governo Federal em Mato Grosso e Rondônia, mas adotando o enfoque do zoneamento ecológico-econômico.

O PLANAFLORO, cujo custo total é de Cr\$ 228,9 bilhões, dos quais Cr\$ 167 bilhões financiados pelo BIRD, será executado no período 1992-1996, tendo como público-meta 52 mil produtores rurais, 5 mil indígenas e 2.400 famílias de pescadores e ribeirinhos.

O PRODEAGRO, também a ser executado em cinco anos, tem custo total previsto de Cr\$ 270 bilhões, sendo de até Cr\$ 203 bilhões a participação do Banco Mundial. Os beneficiários diretos do projeto são 35 mil famílias de pequenos produtores rurais, 14 mil indígenas, 600 pescadores, 3 mil madeireiros e 6 mil garimpeiros.

Importante ressaltar, também, que a SDR promoveu amplo estudo sobre as diversas implicações da implantação das Zonas de Pro-

cessamento de Exportação (ZPE) no País, que evidenciou a relevância deste mecanismo no conjunto dos instrumentos de política econômica. A retomada das ZPE constitui objetivo da Lei nº 8.396, sancionada pelo Presidente da República no dia 2 de janeiro de 1992. Assim, existem hoje 14 ZPE autorizadas a se instalar: em Itacoatiara (AM), Barcarena (PA), Parnaíba (PI), São Luís (MA), Fortaleza (CE), Natal (RN), Suape (PE), João Pessoa (PB), Aracaju (SE), Ilhéus (BA), Cáceres (MT), Corumbá (MS), Araguaína (TO) e Rio Grande (RS).

Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)

O destaque maior na área de atuação da SUDENE coube à formulação do PDRI/NE e ao restabelecimento do FINOR e do PIN-PROTERRA.

No que se refere ao PDRI/NE, coube à SUDENE a concepção básica do Plano e a articulação com os Estados envolvidos. A estratégia preconizada é a de interiorização do desenvolvimento, com a identificação de áreas-programa dotadas de potencialidades e onde serão concentradas as ações prioritárias, com a criação de um setor industrial moderno, integrado e competitivo e a reestruturação da economia rural da região.

No que concerne ao FINOR, importa registrar a aprovação de sete novos projetos, a conclusão de 61, enquanto outros 917 encontram-se em implantação, sendo 376 projetos industriais, 317 projetos pecuários e 74 projetos de agricultura irrigada, com a geração de cerca de 230 mil empregos diretos. Os recursos liberados no exercício montam a Cr\$ 96,2 bilhões.

Outra vertente importante de ação da SUDENE é o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural do Nordeste (PAPP), que vem sendo executado desde 1985, com suporte financeiro do Banco Mundial.

O PAPP executa ações de apoio à produção (pesquisa, assistência técnica e extensão rural, crédito, comercialização, reforma agrária e cooperativismo), recursos hídricos e desenvolvimento comunitário. Os empréstimos já contratados junto ao BIRD elevaram-se a Cr\$ 927 bilhões, enquanto os desembolsos efetivos de recursos externos montaram, de 1985 a outubro de 1991, a Cr\$ 310,0 bilhões. No período de janeiro a outubro de 1991, os desembolsos de recursos do Banco Mundial totalizaram Cr\$ 43,7 bilhões. Importante destacar os trabalhos de reavaliação e reformulação do Programa, com vistas a renegociação do saldo dos contratos com o BIRD (no montante de Cr\$ 628,0 bilhões), e ao redirecionamento dos projetos.

Entre as realizações do PAPP, cabe mencionar: implantação de 2.554 hectares de irrigação pública e operação ou manutenção de 1.907 hectares; implantação de 340 sistemas de abastecimento d'água, levando benefícios a 29,7 mil famílias; produção de 401 toneladas de sementes e de 31,3 milhões de mudas; assistência técnica a 108 mil produtores rurais; venda de 345 toneladas de sementes aos produtores; comercialização de 7,2 mil toneladas de produtos de 11 mil agriculto-

res; a contratação de 1.707 projetos referentes à geração de emprego e renda, levando benefícios a 91 mil produtores; e contratação de 522 projetos relativos a equipamentos públicos comunitários, beneficiando cerca de 45 mil produtores.

Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)

Na área de atuação da SUDAM, ressalta-se a formulação, em andamento, do Plano de Desenvolvimento Regional Integrado da Amazônia, com base nas diretrizes já aprovadas para a região, e o restabelecimento dos incentivos fiscais (FINAM).

As diretrizes para a Amazônia, que fundamentam a elaboração do PDRI regional, têm o propósito de orientar a promoção do desenvolvimento sustentado daquele vasto espaço, resultando de trabalho conjunto com vários órgãos federais, notadamente Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, Secretaria de Assuntos Estratégicos e Secretaria do Meio Ambiente.

Especificamente quanto ao PDRI/AM, cumpre notar que se trata de instrumento capaz de integrar as ações de diferentes agentes econômicos e setores na região, tendo sido elaborada a segunda versão consolidada do Plano - 1992 - 1995, atualmente em análise e discussão na SUDAM e na SDR.

No que toca ao FINAM, cabe mencionar a concessão de isenção, redução do imposto de renda e reinvestimento em 157 projetos, o enquadramento de 78 e a conclusão de 45 projetos.

Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA)

A Constituição Federal mantém, pelo prazo de vinte e cinco anos, a Zona Franca de Manaus (ZFM), com suas características de área de livre comércio, exportação e importação.

Com o propósito de reestruturar a ZFM e ajustá-la aos novos tempos que o País vivencia, foi encaminhado e aprovado pelo Congresso Nacional o diploma legal (Lei nº 8.387) que altera a legislação até então existente, em especial os seguintes pontos: internação de produtos industrializados com novo coeficiente de redução de alíquota do imposto de importação fixado em 88%; eliminação de taxas na emissão de guias de importação; crédito de IPI para os fabricantes que venderem em Manaus; internação de mercadorias estrangeiras, pagando todos os tributos; e venda de mercadorias estrangeiras para outros pontos do território nacional, pagando todos os tributos. Vale destacar que a reestruturação da ZFM está incluída no Programa Federal de Desregulamentação.

Entre as demais atividades da SUFRAMA, merece relevo a continuidade das obras de expansão do Distrito Industrial de Manaus, principalmente a recuperação do sistema viário e a ampliação do sistema de esgoto. Também se encontram em andamento as obras de implantação da área de Livre Comércio de Tabatinga, tendo sido conce-

dido apoio técnico às medidas que levaram à criação das Áreas de Livre Comércio de Pacaraima, Bonfim e Guajará-Mirim.

Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR)

A EMBRATUR, ademais da realização de vários eventos, visando à promoção de turismo interno, à capacitação de recursos humanos e à criação de novas oportunidades de investimentos turísticos, fomentou o aparelhamento da infra-estrutura turística do País, mediante financiamento em carteira junto a bancos credenciados e repasses de recursos através de participação societária, merecendo realce: construção de um centro de convenções e outro em implantação; construção de um terminal turístico e mais dois em andamento; término de seis projetos de construção ou melhoria da rede hoteleira e 18 em implantação; conclusão de dois projetos de expansão e melhoria de infra-estrutura turística, enquanto 10 outros estão ainda sendo implantados.

Cabe também destacar a conclusão da versão preliminar do Plano Nacional de Turismo, bem como a elaboração de diversos estudos para subsidiar o processo de planejamento turístico.

AÇÕES PREVISTAS PARA 1992

Em 1992, a SDR e as entidades que lhe são vinculadas prosseguirão na execução da política de desenvolvimento regional no sentido de reverter o ainda dramático quadro de desníveis espaciais e pessoais de renda e qualidade de vida, consoante o disposto na Constituição Federal.

Para o Nordeste, a ação obedecerá às linhas constantes do PDRI/NE, que contempla vigoroso esforço com o propósito de transformar a realidade regional, de maneira que a Região possa cumprir papel de relevo no desenvolvimento nacional, com destaque para as ações de combate estrutural à pobreza e para ações que permitam menor vulnerabilidade aos períodos de seca.

Quanto à Amazônia, é imperativa a promoção do desenvolvimento sustentável, com destaque para ações na área de ciência e tecnologia, de modo que a economia progrida em harmonia com a natureza, assegurada, ainda, a proteção às comunidades indígenas, segundo prioridades estabelecidas pelo Governo, pautadas no Zoneamento Ecológico-Econômico.

Nessa tarefa, a Secretaria articula-se com vários órgãos federais, sobretudo SAE, SEMAM e FUNAI, estaduais e municipais.

No que tange às demais regiões, encontra-se em andamento a definição de diretrizes para a elaboração de planos regionais integrados, em atendimento a preceito constitucional.

No que concerne especificamente ao Centro-Oeste, com o início da execução do PLANAFLORE, em Rondônia, e do PRODEAGRO,

em Mato Grosso, retoma-se o esforço de promoção do desenvolvimento regional, agora em bases ecologicamente sustentáveis.

Outras atividades a cargo da SDR, previstas para 1992, incluem a fiscalização do setor sucroalcooleiro, a condução da política de preço nacional equalizado do açúcar e do álcool, o apoio ao desenvolvimento da área do corredor da Ferrovia Carajás, a operacionalização e a fiscalização da implantação das ZPF, a montagem do Banco de Oportunidades de Investimentos Regionais, a continuidade das funções de saneamento geral, outorga a cargo do extinto Departamento Nacional de Obras de Saneamento e a implementação de Programa de Combate à Pobreza.

SECRETARIA DOS DESPORTOS

A Secretaria dos Desportos (SEDES) observa as diretrizes de universalização do acesso às práticas esportivas, de incentivo à participação da iniciativa privada no fomento das modalidades e de estímulo à regionalização e de interiorização dos desportos. A SEDES concentrou-se em fomentar o desenvolvimento do desporto no País, zelar pelo cumprimento da legislação desportiva e prestar assistência técnica e financeira a Estados, Distrito Federal, Municípios e entidades desportivas.

Buscou introduzir, no processo de revisão da legislação desportiva, princípios de liberdade de organização e autonomia de decisão, bem como critérios de redefinição dos órgãos colegiados, redução da dependência das atividades em relação ao Poder Público e melhor utilização dos equipamentos e instalações existentes.

Assim, para alcançar a disseminação dos eventos desportivos, a Secretaria vem enfatizando a utilização do sistema educacional e as ações conjuntas com as demais instâncias de Governo.

AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 1991

As principais linhas de atuação da SEDES consistiram no fomento ao desporto amador, aos esportes de massa e às atividades para pessoas portadoras de deficiência.

Foram organizados vários eventos, como os Jogos Estudantis Brasileiros, o Campeonato Brasileiro de Ginástica e os Jogos Estudantis do Cone Sul, que atingiram aproximadamente 4,5 milhões de estudantes de 1º e 2º graus. Os Jogos da Criança e da Juventude, para a faixa etária de 10 a 13 anos, contaram com a participação de 80 mil crianças, em 400 Municípios.

Mereceu especial apoio o desporto para pessoas portadoras de deficiência, mediante implantação de núcleos de iniciação desportiva, geração de conhecimentos científicos nas áreas física, social e psicológica e aperfeiçoamento tecnológico do material e do equipamento necessário, além da capacitação de recursos humanos especializados.

Diversos municípios receberam kits desportivos e apoio para a construção de instalações. Essas atividades compreenderam a cessão de mil kits e a construção de 16 espaços poliesportivos.

Foram também implantados o Programa Esporte e Cidadania, destinado às atividades esportivas do Projeto CIAC (Centro Integrado de Assistência à Criança), e o Projeto Integração de Crianças e Jovens à Sociedade através do Esporte, que visa não somente à integração social como também à prevenção ao uso das drogas e à criminalidade.

A SEDES, nesse exercício, prestou ainda assessoramento técnico às discussões, no Congresso Nacional, sobre o anteprojeto da Lei de Normas Gerais sobre o Desporto, realizou simpósio para subsidiar a elaboração da Política Nacional de Desportos, apoiou a participação de delegações brasileiras em eventos internacionais e concedeu auxílio financeiro supletivo a Estados, Distrito Federal, Municípios e instituições privadas.

AÇÕES PREVISTAS PARA 1992

Em 1992, deverão ser consolidados os programas existentes e ampliadas suas áreas de atuação. Serão realizados os Campeonatos Estudantis Brasileiros, os primeiros Jogos Juvenis dos Países de Língua Oficial Portuguesa, a 3ª fase dos Jogos da Criança e da Juventude, as Atividades Recreativas Comunitárias, os Jogos Brasil-México-Cuba, os Jogos Abertos Brasileiros e os projetos de Marketing Desportivo e de Apoio ao Calendário Desportivo.

Para as pessoas portadoras de deficiência, pretende-se intensificar projetos de fomento e desenvolvimento desportivo, de capacitação de recursos humanos, de pesquisa e desenvolvimento tecnológico e de documentação e informação.

Está também prevista a oferta de oportunidades de capacitação técnica a atletas e técnicos, por meio de acordos de cooperação técnica nacional e internacional.

Por último, cabe destacar a realização de uma experiência piloto do Projeto Integração de Crianças e Jovens à Sociedade, no Distrito Federal, com previsão de atendimento de 200 beneficiários, bem como a implementação, junto aos CIAC, do Programa Esporte e Cidadania.

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

A Secretaria da Administração Federal (SAF) tem dado ênfase ao prosseguimento da reforma administrativa, que prevê o enxugamento de estruturas organizacionais ociosas, a racionalidade no uso dos recursos e a melhoria dos níveis da qualidade e produtividade do setor público.

Em sua fase inicial, a reforma administrativa concentrou-se sobretudo na adoção de medidas corretivas, com o propósito de diminuir o tamanho da máquina estatal, seja em termos do número de servidores, seja de órgãos e entidades.

Na etapa seguinte, já em 1991, buscou aprofundar as medidas adotadas, formulando-se projetos operacionais para a Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 1991

A atuação da SAF, em 1991, voltou-se para o revigoramento dos sistemas de pessoal civil, a modernidade administrativa, a organização de serviços gerais e a administração dos recursos de informação e informática do setor público, visando à valorização do servidor, à melhoria do atendimento ao público, à implantação de métodos de gestão e à racionalização de despesas.

Nesse contexto, elaborou-se projeto de lei estabelecendo diretrizes para o Plano de Carreira do Serviço Público Civil da União, encaminhado ao Congresso Nacional, no qual se insere a criação do Programa Permanente de Treinamento do Servidor Público, sob a coordenação da Escola Nacional de Administração Pública. Realizaram-se, também, estudos sobre a política de remuneração do servidor público, civil e militar.

A busca da modernidade administrativa traduziu-se na elaboração e implantação da Lei Orgânica da Administração Pública Federal, que reordena o funcionamento dos órgãos e entidades, na implantação de sistemática de avaliação de desempenho desses órgãos, na elaboração da Lei de Procedimentos Administrativos e na conclusão do Projeto Orçamentário de Modernização Administrativa, juntamente com o subprojeto Planejamento e Normatização dos Serviços Públicos.

Implantou-se, ainda no exercício, o Sistema Integrado de Administração de Pessoal (SIAPF), que abrange a Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, inclusive instituições federais de ensino e órgãos pertencentes aos ex-territórios. O SIAPE cadastrou os servidores das entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil (SIPEC), consolidando o objetivo de unificar as folhas de pagamento dos servidores.

Com referência aos imóveis funcionais, alienou-se um total de 9.700 unidades, achando-se ainda por vender cerca de 1.400 unidades. Concomitantemente, elaborou-se decreto para adequar as prestações dos imóveis à capacidade de pagamento dos ocupantes compradores. A quase totalidade dos contratos foi repactuada dentro da nova norma, prevenindo riscos de inadimplência.

A partir da criação do Subcomitê "Segmentos da Administração Pública" do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade, a SAF

vem coordenando a implantação de projetos de melhoria da qualidade e produtividade em vários Ministérios e Secretarias do Governo.

Entre as ações desenvolvidas em 1991, vale ressaltar ainda a liquidação ou extinção de várias fundações, autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista.

AÇÕES PREVISTAS PARA 1992

As medidas prioritárias referem-se ao aprofundamento da reforma administrativa, consoante a determinação do Governo de impimir ao serviço público as características da modernidade: aumento da capacitação do servidor, qualidade e produtividade dos serviços, métodos modernos de gestão e racionalidade nas despesas.

Dar-se-á prosseguimento à política de valorização dos recursos humanos, com a implantação do programa de capacitação de gerentes municipais, a formação de gestores ambientais e a realização de cursos nas áreas de informática e de programação e execução financeira. Estudar-se-á, também, a implantação, pela Escola Nacional de Administração Pública, do Programa Permanente de Treinamento do Servidor Público.

As ações referentes ao aprimoramento da organização da Administração Pública Federal devem incluir: a avaliação da reforma administrativa e dos sistemas de atividades auxiliares; o prosseguimento da reforma patrimonial que objetiva identificar, regularizar e reavaliar o vasto patrimônio urbano e rural de propriedade da União; a liquidação ou extinção de entidades; e a busca de integração com as áreas responsáveis pelas reformas nos Estados.

Na área de informação e informática, conceder-se-á prioridade à disseminação dos acervos de informação do Governo, através do Diretório de Bases de Dados, à implantação do Cadastro da Administração Pública Federal (CAIFE) em outras redes públicas de teleprocessamento, à sistematização do uso da informação no SIPEC e à criação de sistema de controle e acompanhamento da reserva técnica de imóveis funcionais, bem como dos resultados e pendências do processo de venda desses imóveis.

Prevê-se, ainda, a revisão da legislação das atividades auxiliares da administração pública, além da realização de estudos visando à atualização da legislação de pessoal civil.

No que se refere ao Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade no âmbito da administração pública, a SAF dará continuidade à implementação e ao acompanhamento dos projetos no setor público.

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Na área de atuação da Secretaria de Assuntos Estratégicos, órgão de assistência direta e imediata ao Presidente da República, foram realizados importantes estudos e avaliações em nível estratégico,

indispensáveis ao gerenciamento do processo decisório nacional no mais alto nível, bem como desenvolvidas intensas gestões e negociações, em articulação com outros segmentos do Governo, que conduziram o Brasil à celebração de importantes acordos internacionais na área nuclear e à superação ou minimização de óbices, particularmente localizados em regiões fronteiriças e em regiões mais carentes do território nacional.

Sob a ótica prospectiva, realizaram-se atividades de planejamento, de caráter multidisciplinar e abrangentes, decisiva para a condução do desenvolvimento nacional, principalmente sob os prismas social, econômico e científico-tecnológico, e foram estabelecidas novas metas referentes à proteção e salvaguarda das instituições fundamentais do Estado e das áreas geográficas de maior sensibilidade, destacando-se, dentre essas metas, as que se traduzem na implantação dos primeiros estágios do Sistema de Vigilância da Amazônia e na consolidação da política para o desenvolvimento daquela mesma região.

A seguir, estão expostas as principais atividades da Secretaria, desenvolvidas em 1991 e as previstas para 1992.

AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 1991

- Concepção, em articulação com as demais estruturas de Governo, da "Estratégia de Desenvolvimento Nacional", de médio e longo prazos, capaz de garantir articulação de esforços e recursos em torno de desafios prioritizados, objetivando a modernização do Estado e da economia e o encaminhamento de soluções para os problemas internos;

- elaboração das Diretrizes para o Desenvolvimento da Amazônia e realização de estudos e execução de ações, objetivando a ordenação do território nacional, com prioridade para a Amazônia Legal, através da execução do Zoneamento Ecológico-Econômico, que tem por finalidade a compatibilização do desenvolvimento auto-sustentado com a preservação do meio ambiente;

- articulação com órgãos da Administração Pública Federal para a priorização de programas e projetos de natureza estratégica e a identificação de impactos nos cenários de médio e longo prazos;

- elaboração de análises estratégicas sobre temas sensíveis;

- execução de projetos voltados para a melhoria das condições estruturais e para o fortalecimento da presença governamental na região fronteira, consubstanciados em ações do Programa Calha Norte e do Programa de Auxílio Financeiro aos Municípios da Faixa de Fronteira;

- coordenação da Política Nacional de Energia Nuclear e do Programa Nuclear Brasileiro, no tocante ao desenvolvimento de tecnologia e à operação das empresas estatais do setor, objetivando a capacitação nuclear brasileira para fins exclusivamente pacíficos;

- celebração de acordo bilateral com a Argentina para uso exclusivamente pacífico da energia nuclear;

- celebração de acordo conjunto de salvaguarda entre Brasil, Argentina, Agência Brasileiro-Argentina para Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) e a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA);

- supervisão do Sistema de Proteção Nuclear Brasileiro e atualização da legislação pertinente;

- colaboração nos programas e projetos que materializam a Política de Defesa Nacional;

- desenvolvimento de estudos e projetos para utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional;

- produção de conhecimentos especializados, em nível estratégico, relacionados com a defesa do Estado e das Instituições e com a salvaguarda dos interesses do Estado contra ameaças externas;

- desenvolvimento de ações e técnicas orientadas para a proteção de segredos científicos e tecnológicos que ao Estado interessa preservar;

- implantação do Programa de Qualidade e Produtividade da SAE, em atendimento ao disposto no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade;

- encaminhamento ao Poder Legislativo de Projetos de Lei dispondo sobre a salvaguarda de assuntos sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado, a atividade de inteligência, sua fiscalização e seu controle e a política nacional de recursos hídricos.

Relativamente à atuação da Comissão Nacional de Energia Nuclear, Autarquia Federal vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos, merecem destaque as seguintes ações:

- definição do sistema de atendimento de emergência para Angra I e desenvolvimento de exercícios concretos de simulação;

- desenvolvimento de sistemas de salvaguardas, já tendo sido empreendidas inspeções mútuas no Brasil e na Argentina;

- projeto para o depósito definitivo dos rejeitos radioativos do acidente ocorrido em Goiânia, além da intensificação das atividades de natureza preventiva;

- a produção de radioisótopos para aplicação nas áreas da medicina, agricultura e indústria atingiu índices expressivos, tendo sido prestados serviços especializados à indústria siderometalúrgica e fornecidos subsídios para estudos de hidrodinâmica;

- a Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A (NUCLEP) teve reduzida sua produção sob encomenda para o setor nuclear e buscou compensá-la mediante diversificação de setores e de clientela, inclusive no mercado externo;

- a Urânio do Brasil S/A, na sua lavra de Poços de Caldas, procurou manter sua produção de concentrado e de ácido sulfúrico. Relativamente às jazidas de Lagoa Real (BA), o estudo de viabilidade foi concluído, com o que poderão ser encetadas negociações em busca da privatização associada ou integral;

- a Indústrias Nucleares do Brasil S/A (INB) cumpriu a sua função primordial de fabricação de elementos combustíveis para a recarga de Angra I. Os investimentos das subsidiárias NUCLEI - Nuclebrás Enriquecimento Isotópico S/A (cascata de enriquecimento de urânio) e da NUCLEMON Mineralo-Químico Ltda. (principalmente prospecção de jazidas) foram prejudicados, por insuficiência de suprimento de recursos próprios por parte da INB.

AÇÕES PREVISTAS PARA 1992

Dentre as perspectivas para 1992, a par da continuidade de suas atribuições centrais, a SAE/PR empenhar-se-á em novos projetos e atenderá compromissos internacionais recém-assumidos.

No primeiro caso, incluem-se a elaboração de cenários, estudos e programas estratégicos, a logística da mobilização nacional, o reforço do Sistema de Vigilância na Amazônia e o desenvolvimento de novos projetos da NUCLEMON.

No segundo caso, destacam-se a consolidação da Agência Brasileiro-Argentina para Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares e demais acordos envolvendo a Agência Internacional de Energia Atômica.

Assinala-se, também, a participação da Secretaria na criação e no virtual funcionamento da Agência Espacial Brasileira; na elaboração de proposta de legislação com vistas a dotar o Poder Executivo de instrumentos que lhe permitam controlar transações na área de tecnologia sensível; na coordenação-executiva do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade; na consolidação das diretrizes da política para o desenvolvimento da Amazônia; na conclusão da primeira etapa do Zoneamento Ecológico-Econômico e no detalhamento e discussão, com diferentes segmentos organizados da sociedade, das macroestratégias de desenvolvimento do País.

Ainda no setor de energia nuclear, pretende-se avançar, significativamente, na consolidação do Programa Nuclear Brasileiro, em estrita obediência às disposições constitucionais e às diretrizes governamentais, pelo envio, ao Congresso Nacional, de projeto de lei dispondo sobre a Política Nacional de Energia Nuclear, bem como pela elaboração de um Código de Ética Nuclear.

APÊNDICE ESTATÍSTICO

1.1 — Contas Nacionais

	Cr\$ mil										
Item	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
PIB a Preços de Mercado	195	258	347	512	745	1.050	1.634	2.493	3.617	5.961	12.382
Deflator Implícito do PIB (%)	—	10	—	—	35	31	41	45	38	54	90
Taxas Reais de Variação Anual do PIB (%)											
Total	—	11,3	11,9	10,9	8,2	5,2	10,3	4,9	5,0	6,8	9,2
Agropecuária	—	10,2	4,3	10,1	1,3	6,6	2,4	12,1	(2,7)	4,7	9,5
Indústria	—	11,8	14,1	17,0	8,5	4,9	11,7	3,1	6,4	6,8	9,3
Extração Mineral	—	3,6	2,4	9,8	23,2	3,0	2,8	(3,5)	7,5	12,1	12,8
Transformação	—	11,9	14,0	16,6	7,8	3,8	12,1	2,3	6,1	6,9	9,1
Construção	—	12,5	17,9	20,9	9,1	8,1	10,2	5,2	6,2	3,7	9,0
Serviço Ind. Utilidade Pública	—	12,4	11,9	14,6	12,1	10,4	14,3	12,8	11,4	12,6	10,5
Serviços	—	11,2	12,4	15,6	10,6	5,0	11,6	5,0	6,2	7,8	9,0
Comércio	—	10,4	13,5	14,8	8,9	2,8	10,6	3,4	4,5	5,6	8,3
Transportes	—	14,8	7,7	19,9	14,6	10,0	13,1	6,0	8,5	9,9	7,5
Comunicações	—	9,6	12,6	13,6	30,0	28,4	22,5	27,8	20,8	26,9	19,9
Instituições Financeiras	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Administrações Públicas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outros Serviços	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Renda Líquida Enviada ao Exterior	2	2	3	4	6	14	25	40	84	163	405
PNB a Preços de Mercado	192	256	343	507	739	1.035	1.609	2.453	3.533	5.798	11.977
Transferências Unilaterais Líquidas	—	—	—	—	—	—	—	—	(1)	—	(9)
Renda Nacional Disponível Bruta	193	256	343	508	739	1.035	1.609	2.453	3.533	5.799	11.986
População (Mil Habitantes)	95.847	98.226	100.624	103.050	105.516	108.032	110.598	113.207	115.859	118.553	121.286
PIB per capita (preços correntes) em Cr\$	(0.002)	(0.003)	(0.003)	(0.005)	(0.007)	0.01	0.01	0.02	0.03	0.05	0.10

Fonte: IBGE/DPE/Departamento de Contas Nacionais.

1/ Dados referentes ao período jan./set.

1.1 — Contas Nacionais

Item	Cr\$ mil									
	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
PIB a Preços de Mercado	24.532	50.541	117.258	386.091	1.382.524	3.661.818	11.536.551	86.197.482	1.266.348.349	32.353.476.753
Deflator Implícito do PIB (%)	107	105	140	213	232	146	204	648	1.323	2.562
Taxas Reais de Variação Anual do PIB (%)										
Total	(4,4)	0,6	(3,4)	5,3	7,9	7,5	3,6	(0,1)	3,3	(4,0)
Agropecuária	8,0	(0,5)	(0,6)	3,4	10,0	(8,5)	14,9	0,9	2,5	(3,6)
Indústria	(8,8)	0,0	(5,8)	6,6	8,3	11,8	1,1	(2,6)	2,9	(7,4)
Extração Mineral	(2,5)	6,9	15,5	30,5	11,6	3,7	(0,8)	0,4	4,0	2,8
Transformação	(10,4)	(0,2)	(5,9)	6,2	8,3	11,3	1,0	(3,4)	2,9	(8,7)
Construção	(6,1)	(2,1)	(14,0)	0,9	6,0	18,4	1,1	(3,0)	3,3	(8,4)
Serv. Ind. Utilidade Pública	3,4	6,3	7,8	12,2	10,2	8,3	3,3	5,8	1,6	1,8
Serviços	(2,2)	2,0	(0,8)	4,1	6,5	8,2	3,3	2,3	3,9	(0,7)
Comércio	(6,2)	0,3	(4,0)	3,9	7,4	7,8	2,5	(2,7)	3,0	(5,9)
Transportes	(1,7)	1,8	(2,2)	4,3	6,6	11,2	4,6	4,2	3,8	(2,8)
Comunicações	12,8	16,8	11,0	13,2	18,0	19,6	9,1	10,6	19,2	9,0
Instituições Financeiras	6,6	4,2	5,6	7,7	10,0	(1,7)	(4,7)	0,3	1,4	(3,1)
Administrações Públicas	2,2	2,2	2,2	2,2	2,2	2,1	2,1	2,1	2,1	2,1
Outros Serviços						10,2	3,7	4,7	3,0	1,0
Renda Líquida Enviada ao Exterior	1.015	2.591	6.840	21.941	73.660	163.390	436.168	3.419.236	38.372.830	796.487.670
PNB a Preços de Mercado	23.517	47.950	110.418	364.150	1.308.864	3.498.428	11.100.383	82.778.245	1.227.975.519	31.556.989.083
Transferências Unilaterais Líquidas	(18)	1	(62)	(313)	(928)	(1.172)	(2.761)	(24.549)	(685.772)	(62.859.592)
Renda Nacional Disponível Bruta	23.535	47.949	110.480	364.463	1.309.792	3.499.601	11.103.144	82.802.794	1.228.661.291	31.619.848.675
População (Mil Habitantes)	124.068	126.898	129.766	132.659	135.564	138.493	141.452	144.428	147.404	150.368
PIB per capita (preços correntes) em Cr\$	0,20	0,40	0,90	2,91	10,20	26,44	81,56	596,82	8.591,00	215.161,98

Fonte: IBGE/DPE/Departamento de Contas Nacionais.

1/ Dados referentes ao período jan./set.

1.2 — Contas Nacionais

Item	Cr\$ mil									
	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
PIB a Preços de Mercado	24.532	50.541	117.258	386.091	1.382.524	3.661.818	11.536.551	86.197.482	1.266.348.349	32.353.476.753
Consumo Final	18.962	40.216	94.867	303.608	1.045.832	2.872.508	8.586.432	62.034.315	910.886.608	24.768.051.554
Formação Bruta de Capital Fixo	5.627	10.834	21.259	65.196	234.315	699.155	2.573.191	19.665.578	314.868.741	7.012.292.199
Variação de Estoques ^{1/}	36	(173)	(1.698)	(4.424)	31.140	—	—	—	—	—
Export. de Bens e Serv. não fatores	2.311	3.846	13.393	52.306	169.331	322.848	1.091.348	9.425.243	104.511.000	2.345.328.000
Importação de Bens e Serv. não fatores	2.404	4.182	10.563	30.595	98.094	232.693	714.420	4.927.655	63.918.000	1.772.195.000
Total da Formação Bruta de Capital	5.663	10.661	19.561	60.772	265.455	699.155	2.573.191	19.665.578	314.868.741	7.012.292.199
Poupança Interna Bruta	4.573	7.733	15.613	60.855	263.960	627.093	2.516.712	20.768.479	317.774.683	6.851.797.121
Poupança Externa	1.090	2.928	3.948	(83)	1.495	72.062	56.480	(1.102.900)	(2.905.942)	160.495.078

Fonte: IBGE/DPE/Departamento de Contas Nacionais.

1/ A partir de 1986 a variação de estoques está incluída no consumo final das famílias.

1.2 — Contas Nacionais

Cr\$ mil

Item	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
PIB a Preços de Mercado	195	258	347	512	745	1.050	1.634	2.493	3.617	5.961	12.382
Consumo Final	155	206	279	405	606	820	1.297	1.960	2.827	4.706	9.771
Formação Bruta de Capital Fixo	37	51	70	104	163	245	366	532	805	1.392	2.835
Variação de Estoques ^{1/}	3	3	3	9	18	25	10	18	28	(13)	55
Export. de Bens e Serv. não fatores	13	17	25	40	57	76	114	181	242	432	1.121
Importação de Bens e Serv. não fatores	14	21	31	46	99	116	154	197	285	556	1.400
Total da Formação Bruta de Capital	40	54	74	113	181	270	377	550	833	1.379	2.890
Poupança Interna Bruta	37	48	65	103	133	216	313	493	707	1.093	2.215
Poupança Externa	3	7	9	10	48	54	64	57	126	286	675

Fonte: IBGE/DPE/Departamento de Contas Nacionais.

1/ A partir de 1986 a Variação de Estoques está incluída no Consumo Final das Famílias.

2. Indicadores do Nível de Emprego

Item	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
Variações Percentuais do Nível de Emprego ^{1/}											
Total	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2,3
Indústria de Transformação ^{2/}	—	—	7,0	9,7	3,9	1,3	4,7	0,3	2,6	2,1	2,6
Comércio	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(0,7)
Serviços	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2,8
Construção Civil	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3,9
População Economicamente Ativa (Milhões de hab.)	29,55 ^{4/}	38,8	41,1	42,6	43,9	43,2 ^{4/}
Taxa de Desocupação Médica (%)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Taxa Média de Desemprego Aberto (%) ^{3/}											
Rio de Janeiro	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
São Paulo	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Belo Horizonte	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Porto Alegre	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Salvador	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Recife	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Média	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

Fonte: IBGE.

1/ — Posição do Emprego em dezembro de cada ano.

2/ — Pesquisa Industrial de Dados Gerais — IBGE referente ao Pessoal Ocupado na Produção.

3/ — Pesquisa Nacional por Amostra Domicílio (PNAD).

4/ — Censo Demográfico.

5/ — Média anual dos resultados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME).

6/ — Média de janeiro — outubro.

2. Indicadores de Nível de Emprego

Item	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
Variações Percentuais do Nível de Emprego^{1/}											
Total	(2,9)	0,7	(3,9)	3,8	5,8	5,3	(0,5)	1,3	2,9	(4,0)	(2,9)
Indústria de Transformação ^{2/}	(9,8)	(0,6)	(6,8)	5,7	9,0	11,0	(4,1)	(0,4)	3,9	(8,0)	(5,6)
Comércio	(4,9)	(11,6)	6,5	(1,2)	3,7	4,1	(3,2)	(0,2)	4,8	(2,2)	(4,3)
Serviços	(0,9)	0,5	(4,0)	3,2	4,7	1,4	1,8	2,3	3,1	(2,2)	(1,1)
• Construção Civil	(1,9)	(8,5)	(30,0)	(3,0)	7,0	8,4	8,9	3,2	(2,0)	(8,1)	(4,6)
População Economicamente Ativa (Milhões de hab.) ³	47,5	49,9	50,9	52,4	55,6	56,8	59,5	61,0	62,5	64,5	...
Taxa de Desocupação Média (%)^{5/}	—	—	6,7	7,12	5,25	3,59	3,73	3,85	3,35	4,28	4,93 ^{6/}
Taxa Média de Desemprego Aberto (%)^{5/}											
Rio de Janeiro			6,18	6,76	4,86	3,49	3,24	3,09	2,76	3,50	3,66
São Paulo			6,79	6,80	5,02	3,34	3,76	4,02	3,44	4,55	5,62
Belo Horizonte			7,77	8,30	5,72	3,72	3,92	4,02	3,39	4,09	4,24
Porto Alegre			6,73	6,98	5,37	3,87	3,92	3,63	2,58	3,72	4,45
Salvador			5,57	7,75	6,04	4,54	4,08	4,63	4,37	5,39	6,08
Recife *			7,98	8,98	7,21	4,39	5,18	5,56	5,31	5,65	6,00
Média			6,7	7,12	5,25	3,59	3,73	3,85	3,35	4,28	4,93

Fonte: IBGE.

1/ — Posição do Emprego em dezembro de cada ano.

2/ — Pesquisa Industrial de Dados Gerais — IBGE referente ao Pessoal Ocupado na Produção.

3/ — Pesquisa Nacional por Amostra Domicílio (PNAD).

4/ — Censo Demográfico.

5/ — Média anual dos resultados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME).

6/ — Média de janeiro-outubro.

3. Preços e Salários

Item	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	Variação Percentual
Índice de Preços ao Consumidor												
— IPC (IBGE)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Índice de Preços ao Consumidor Ampliado												
— IPCA	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	99,26	
Índice Nacional de Preços ao Consumidor												
— INPC	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	99,67	
Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna — IGP-DI	19,26	19,49	15,70	15,59	34,53	29,34	46,26	38,83	40,73	77,30	110,25	
Índice Geral de Preços Oferta Global — IGP-OG	19,79	18,72	16,77	16,24	33,76	30,10	48,16	38,58	40,47	76,85	108,40	
Índice Preços por Atacado Disponibil. Interna — IPA-DI	18,54	21,41	15,96	15,52	35,40	29,36	44,89	35,49	43,04	80,05	121,35	
Índice Preços por Atacado Oferta Global — IPA-OG	19,46	20,00	17,75	16,69	34,10	30,55	48,12	35,35	42,29	79,51	118,69	
Índice Nacional de Custo da Construção — INCC	18,71	12,65	19,82	20,80	31,91	24,10	58,61	44,75	36,98	63,01	113,06	
Preços dos Combustíveis — Final de Período												
Alcool Hidratado	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Gasolina	36,60	76,70	78,02	48,15	31,25	33,33	169,05	125,66	
Óleo Diesel	14,80	12,01	11,14	11,62	10,55	14,64	22,55	66,67	
G.L.P.	22,92	14,82	7,42	8,82	7,77	14,42	5,48	104,29	
Salário Mínimo (Final de Período)												
Valor (Cr\$)	0,0001872	0,0002256	0,0002688	0,0003120	0,0003768	0,0005328	0,0007680	0,0011064	0,0015600	0,0029328	0,0057888	
Variação (%)	20,00	20,51	19,15	16,07	20,77	41,40	44,14	44,06	41,00	88,00	97,38	
Índice Total de Sal. Nominais — Ind. Transform. (FIESP)^{1/}	—	—	—	—	—	—	56,16	49,88	54,80	61,70	94,31	

Fonte: Banco Central do Brasil.

1/ — Média anual do total de salários nominais — Base: 1978 = 100.

3. Preços e Salários

Item	Variação Percentual										
	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
Índice de Preços ao Consumidor — IPC (IBGE)	—	—	—	—	—	—	365,96	933,62	1 764,87	1 794,84	—
Índice de Preços ao Consumidor Ampliado — IPCA	95,62	104,79	164,01	215,26	242,23	75,52	373,95	981,14	1 972,91	1 620,97	473,70
Índice Nacional de Preços ao Consumidor — INPC	93,52	100,31	177,97	209,12	239,05	58,60	396,00	994,32	1 863,56	1 585,18	475,10
Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna — IGP-DI	95,18	99,72	210,99	223,81	235,11	65,04	415,83	1 037,56	1 782,89	1 476,56	480,18
Índice Geral de Preços Oferta Global — IGP-OG	92,76	99,23	212,92	225,59	241,42	63,30	412,04	1 040,51	1 773,70	1 462,01	480,37
Índice Preços por Atacado Disponibil. Interna — IPA-DI	94,29	97,72	234,04	230,30	225,74	62,56	407,19	1 050,00	1 748,79	1 449,52	471,67
Índice Preços por Atacado Oferta Global — IPA-OG	90,49	96,86	238,29	233,17	234,61	59,92	400,66	1 055,41	1 732,42	1 425,27	471,85
Índice Nacional de Custo da Construção — INCC	86,13	107,97	148,96	213,40	283,57	81,26	416,64	1 062,02	2 019,83	1 095,37	485,33
Preços dos Combustíveis — Final de Período											
Alcool Hidratado			167,35	323,70	146,66	81,42	325,23	1 069,54	1 712,99	1 228,07	455,74
Gasolina	66,67	96,47	166,47	284,26	146,91	81,03	323,88	1 003,94	1 563,75	1 227,47	465,69
Óleo Diesel	150,00	104,00	194,12	296,66	130,32	13,14	461,98	1 026,48	1 384,51	1 235,46	508,07
G.L.P.	94,74	105,40	213,76	290,61	123,92	10,71	545,12	770,34	1 681,41	1 312,72	621,01
Salário Mínimo (Final de Período)											
Valor (Cr\$)	0,011928	0,023568	0,05712	0,16656	0,6	0,804	3,6	40,43	788,18	8 836,82	42 000,00
Variação (%)	106,05	97,59	142,36	191,60	260,23	34,00	347,76	1 022,92	1 849,73	1 021,17	375,28
Índice Total de Sal. Nominais — Ind. Transform. (FIESP) ^{1/}	97,49	101,27	102,90	190,88	269,05	183,16	253,50	542,69	1 414,04	2 202,29	266,82

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ — Média anual do total de salários nominais — Base: 1978 = 100

4. Meios de Pagamento, Base Monetária e Multiplicadores, Principais Haveres Financeiros

	Em Cr\$ mil											
Item	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
Meios de Pagamento — M1	1.487	2.790	4.644	9.177	27.698	111.976	455.476	1.035.920	6.944.000	103.060.000	2.510.247.000	10.749.430.000
Papel Moeda em Poder do Público	286	513	986	1.842	6.130	23.511	84.046	248.331	2.090.000	40.362.000	979.722.000	3.590.589.000
Depósitos a Vista	1.201	2.277	3.658	7.335	21.568	88.465	371.430	787.589	4.854.000	62.698.000	1.530.525.000	7.158.841.000
Base Monetária	580	971	1.944	3.495	12.725	45.468	178.895	503.531	3.637.152	67.436.000	1.621.271.000	6.342.169.000
Multiplicador	2,5622	2,8747	2,3889	2,6258	2,1767	2,4627	2,5461	2,0573	1,9092	1,5283	1,5483	1,6949
Meios de Pagamento — M2	2.259	5.373	10.544	21.375	89.286	403.928	875.636	3.727.839	35.905.890	835.422.000	5.283.597.000	38.477.779.000
Meios de Pagamento — M3	3.244	7.858	16.264	39.529	151.796	621.575	1.205.477	5.938.104	61.843.352	1.157.855.000	7.652.702.000	54.619.079.000
Meios de Pagamento — M4	4.104	9.741	21.402	53.934	206.794	803.699	1.543.767	6.972.332	71.681.997	1.321.197.000	10.321.014.000	68.987.079.000
Meios de Pagamento — M5	4.104	9.741	21.402	53.934	206.794	803.699	1.543.767	6.972.332	71.681.997	1.321.197.000	15.120.014.000	81.720.079.000
Principais Haveres Financeiros	2.617	6.951	16.758	44.757	179.096	691.723	1.088.291	5.936.412	64.737.997	1.218.137.000	12.609.767.000	70.970.649.000
Fundos de Aplicação Financeira — FAF ^{1/}	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	10.307.062.000
Depósitos Especiais Remunerados — DER	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	4.038.387.000
Títulos Públicos Federais em Poder do Público ^{2/}	621	2.170	4.866	9.523	53.081	258.488	358.754	2.292.973	25.575.000	615.004.000	1.860.021.000	8.277.000.000
Títulos Estaduais e Munic. em Poder do Público ^{2/}	151	413	1.034	2.675	8.507	33.474	61.406	398.946	3.386.890	117.358.000	913.329.000	5.085.900.000
Depósitos de Poupança	985	2.485	5.720	18.154	62.510	217.637	329.841	2.210.265	25.937.462	322.433.000	2.369.105.000	16.141.300.000
Depósitos a Prazo ^{3/}	569	1.362	3.323	9.629	39.256	149.164	291.569	961.084	9.463.000	148.184.000	2.505.132.000	13.618.000.000
Letras de Câmbio	275	494	1.785	4.697	15.607	32.833	46.349	72.507	368.360	2.517.000	33.044.000	50.000.000
Letras Imobiliárias e Hipotecárias ^{4/}	16	27	30	79	135	127	372	637	7.285	12.641.000	130.136.000	700.000.000
Valores à Ordem do Banco Central — VOB	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	4.799.000.000	12.733.000.000

Fonte: Banco Central do Brasil/DEPEC.

1/ — Exclui parcela aplicada em depósitos a vista.

2/ — Exclui títulos em carteira do Sistema Financeiro.

3/ — Exclui títulos privados em carteira do FAF.

4/ — Até 1987 inclui apenas Letras Imobiliárias.

5. Saldos da Dívida Mobiliária Interna Federal e Taxas de Juros

Item	Em Cr\$ mil										
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Total											
Em Carteira do Banco Central	227	918	2.996	15.914	37.196	144.244	453.129	5.998.991	43.331.667	827.371.000	15.819.570.000
Fora do Banco Central	621	2.170	4.866	9.324	53.081	258.489	359.219	2.292.573	31.527.447	706.624.000	2.119.311.000
ORTN - OTN											
Em Carteira do Banco Central	141	615	2.245	11.575	33.908	91.536	420.335	2.711.436	17.594.345	2.420.000	4.561.000
Fora do Banco Central	448	1.371	4.155	9.150	50.867	249.596	148.697	617.542	9.921.852	747.000	196.000
LTN											
Em Carteira do Banco Central	86	303	751	4.339	3.288	52.708	32.794	532.723	—	—	168.229.000
Fora do Banco Central	173	799	711	374	2.214	8.893	8.057	41.431	—	—	687.926.000
BTN											
Em Carteira do Banco Central	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Fora do Banco Central	—	—	—	—	—	—	—	—	—	13.885.000	98.651.000
LFT											
Em Carteira do Banco Central	—	—	—	—	—	—	—	—	7.173.794	657.834.000	796.438.000
Fora do Banco Central	—	—	—	—	—	—	—	—	21.605.595	691.992.000	1.302.121.000
LBC											
Em Carteira do Banco Central	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Fora do Banco Central	—	—	—	—	—	—	202.465	1.633.602	—	—	30.417.000
BTNE											
Em Carteira do Banco Central	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Fora do Banco Central	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	10.854.049.000
LTNE											
Em Carteira do Banco Central	—	—	—	—	—	—	—	2.754.832	18.563.528	167.117.000	3.996.293.000
Fora do Banco Central	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	18.843.073.000
NTN											
Em Carteira do Banco Central	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Fora do Banco Central	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	11.240.004.000
NBC											
Em Carteira do Banco Central	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Fora do Banco Central	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	622.846.000
BBN											
Em Carteira do Banco Central	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Fora do Banco Central	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1.984.298.000
Taxa de Juros LBC - LFT											
Taxas Nominais											
Média Anual	—	—	—	—	—	—	4.58	13.52	22.73	31.68	25.40
Acumulada no Ano	—	—	—	—	—	—	68.60	353.00	1.057.69	2.407.28	1.153.22
Taxas Reais — Deflador INPC											
Média Anual	—	—	—	—	—	—	0.49	(0.69)	0.49	2.22	(2.10)
Acumulada no Ano	—	—	—	—	—	—	5.91	(8.41)	5.89	27.69	(25.63)

Fonte: DTN/MEFP e Banco Central do Brasil

6. Arrecadação de Tributos e Contribuições

Item	Cr\$ 1,00										
	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
A. Governo Federal — Total	18.528	24.951	35.826	48.143	69.323	101.765	166.847	241.348	349.422	541.877	1.160.037
Imposto Sobre a Renda	4.897	6.503	9.981	13.781	20.560	38.610	60.641	98.066	146.089	239.558	453.334
Imposto Sobre Produtos Industrializados	8.506	11.412	14.889	20.013	28.238	36.191	52.735	74.571	107.789	162.496	300.213
Imposto Sobre Operações Financeiras	—	—	1.328	2.019	2.784	—	—	—	13.165	23.864	117.700
Imposto Sobre Importação	1.330	1.806	2.636	3.817	6.802	9.611	15.078	17.145	23.037	36.000	87.179
Imposto Sobre Exportação	—	—	—	—	—	0	0	0	140	155	20.641
Imposto Territorial Rural	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Imposto Sobre Energia Elétrica	450	603	1.074	1.545	1.974	2.555	4.179	5.586	9.410	14.248	26.901
Imposto Sobre Minerais	68	113	228	333	496	864	1.358	2.065	2.999	4.776	9.717
Imposto Sobre Combustíveis e Lubrificantes	2.853	3.670	4.513	5.557	6.678	8.266	24.072	29.688	38.965	52.610	48.302
Imposto Sobre Serviços de Comunicações	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Imposto Sobre Transporte Rodoviário	81	122	103	133	169	250	745	2.035	2.893	4.463	10.080
Contribuição Para o Finsocial	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Contribuições do Salário Educação	—	—	—	—	—	—	—	0	0	0	14.071
Contr. Sobre o Lucro Líquido de Pessoas Jurídicas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Contribuições para o PIS/PASEP	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outros	343	722	1.014	945	1.622	5.418	8.039	12.192	4.935	3.707	72.609
B. Estados e Municípios — Total	14.602	17.916	23.853	32.809	47.476	63.400	93.033	141.369	215.722	335.657	669.238
ICMS	13.345	16.250	21.447	29.463	42.639	57.197	82.215	123.788	188.059	291.435	609.896
Outros	1.257	1.666	2.406	3.346	4.837	6.203	10.908	17.581	27.663	44.222	79.342

Fonte: MEFP — A: 1970-1972 — Anuário Econômico-Fiscal

1973-1980 — Estatística Básica de Arrecadação

B: Indicadores Econômicos

Finanças do Brasil

0 — Valor menor que a unidade

7. Execução Financeira do Tesouro Nacional

Cr\$ 1,00

Item	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
A. Receita	19.194	26.980	37.738	52.863	76.810	95.446	166.220	242.893	349.218	509.843
B. Despesa	19.932	27.632	38.254	52.568	72.928	95.373	167.605	242.914	345.293	508.864
Cotas de Despesa	13.229	17.246	22.494	31.710	45.013	62.942	93.584	128.970	183.404	282.584
Distribuição de Receita Vinculada	3.583	5.608	10.044	14.300	19.951	26.559	56.706	88.519	128.440	156.647
Fundos de Participação	1.532	2.085	2.999	3.777	5.631	7.059	12.258	20.297	34.473	55.446
Restos a Pagar	—	—	—	—	—	—	—	314	6.155	5.156
Diversos	1.588	2.713	2.717	2.781	2.333	(1.187)	5.057	4.814	(7.179)	8.931
C. Resultado de Caixa (A — B)	(738)	(672)	(516)	295	3.882	73	(1.385)	(21)	3.925	979
D. Operações Financeiras — Financiamento	738	672	516	(295)	(3.882)	(73)	1.385	21	(3.925)	(979)
Autoridades Monetárias	(839)	(2.022)	(7.685)	(6.499)	(8.740)	(16.356)	(18.594)	3.466	1.447	(68.656)
Público	1.577	2.694	8.201	6.204	4.908	16.283	19.979	(3.445)	5.018	61.766
Fundos e Programas	—	—	—	—	—	—	—	—	(10.390)	5.911

Fonte: Departamento do Tesouro Nacional e Banco Central do Brasil (DEPEC).

7. Execução Financeira do Tesouro Nacional

Cr\$ mil

Item	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
A. Receita	1.219	2.262	4.618	11.336	33.788	134.464	394.036	1.202.387	10.518.738	129.257	4.336.383	18.083.153
B. Despesa	1.219	2.261	4.618	11.329	33.766	121.209	500.178	1.392.133	15.511.064	217.523	4.207.599	17.400.434
Transferências a Estados e Municípios	201	399	849	1.866	6.259	29.732	91.022	235.825	1.658.325	21.587	1.006.094	4.388.662
Pessoal e Encargos Sociais	337	720	1.576	3.390	9.289	41.299	103.957	393.005	3.441.942	51.158	1.584.744	5.609.664
Serviço da Dívida	—	—	—	—	—	10.787	39.504	142.759	1.167.601	3.462	124.916	332.595
Encargos da Dívida Mobiliária Federal	36	37	101	181	1.815	5.401	62.250	25.295	1.942.279	73.551	256.486	24.055
Demais Vinculações	222	314	229	612	1.672	6.434	19.174	67.121	613.837	9.760	358.292	2.386.567
Liberações para Operações Oficiais de Crédito	—	—	—	—	—	—	—	—	4.581.068	26.416	334.478	1.168.888
Outras Despesas	426	894	2.097	5.698	16.126	34.322	200.991	579.564	3.386.946	45.898	561.204	3.527.507
(-) Conta de Suprimentos	3	103	234	418	1.395	6.766	16.720	51.436	1.280.934	14.309	18.615	(37.504)
C. Resultado de Caixa (A — B)	0	1	0	7	22	13.255	(106.142)	(189.746)	(4.992.326)	(88.266)	128.784	682.219
D. Colocação Liquida de Títulos	6	552	(218)	(2.291)	9.830	25.684	(264.432)	469.815	7.083.437	108.876	(1.289.900)	(5.495.697)
E. Remuneração das Disponibilidades	—	—	—	—	—	—	—	—	—	20.846	1.615.405	5.412.031
F. Resultado do Banco Central	—	—	—	—	—	—	—	—	—	18.911	1.060.025	2.332.219
G. Recursos do Empréstimo Compulsório	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	122.410
H. Amortização da Div. Cont. Int. Ext.	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(614.039)
G. Disponibilidade de Recursos (C + D + E + F + G + H)	6	553	(218)	(2.284)	9.852	38.944	(370.574)	280.069	2.091.111	60.367	1.514.314	2.439.643

Fonte: Departamento do Tesouro Nacional e Banco Central do Brasil (DEPEC).

8. Necessidades de Financiamento do Setor Público^{1/}

Em percentagem do PIB

Item	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991 ^{2/} Jan. Jun.
A. Total							
Nominal	28,6	11,3	32,3	53,0	83,1	29,6	19,6
Operacional	4,4	3,6	5,7	4,8	6,9	(1,3)	(1,0)
Primário	2,6	(1,0)	1,0	(0,9)	1,0	(4,6)	(2,3)
B. Governo Central							
Nominal	10,4	5,9	17,4	28,2	51,0	12,3	6,8
Operacional	1,5	1,3	3,2	3,4	3,9	(2,3)	(0,9)
Primário	(1,3)	(0,4)	1,8	1,0	1,4	(2,7)	(0,8)
C. Governos Estaduais e Municipais							
Nominal	6,6	2,7	7,8	11,4	16,6	8,6	7,6
Operacional	0,9	0,9	1,6	0,4	0,6	0,4	0,4
Primário	(0,1)	(0,1)	0,6	(0,5)	(0,3)	(0,2)	0,2
D. Empresas Estatais							
Nominal	11,5	2,7	7,1	13,4	15,5	8,7	5,3
Operacional	2,3	1,4	0,9	1,0	2,4	0,6	(0,4)
Primário	(0,9)	(1,3)	(1,4)	(1,4)	(0,1)	(1,7)	(1,7)

1/ Os valores percentuais apresentados para o período 1985 a 1988, conceito operacional, foram calculados a partir da utilização do IPC (t); para o ano de 1989 utilizou-se IPC (t+1) para as operações sujeitas, a taxas de juros de curto prazo e para 1990 e 1991 foram utilizados IPC (t+1) e IGP (c), respectivamente, para dívida interna.

2/ Preliminar: em relação ao PIB estimado para o período jan.-jun.

9. Saldos da Dívida Líquida do Setor Público

Cr\$ milhões

Item	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991 Jun.
Dívida Total	22	95	334	1.242	2.084	13.468	117.352	2.151.696	27.576.481	49.240.686
Governo Federal e Banco Central	6	35	130	447	843	7.086	49.209	1.064.338	10.968.305	18.349.329
Governos Estaduais e Municipais	4	12	42	167	277	1.518	16.755	316.556	5.133.596	9.900.542
Empresas Estatais	12	48	162	628	964	4.844	51.618	770.802	11.474.780	20.990.815
Dívida Interna	10	34	134	512	868	6.817	53.412	1.160.352	12.236.983	22.109.083
Governo Federal e Banco Central	2	8	48	177	284	3.495	12.108	450.560	1.633.308	1.677.562
Dív. Mob. Fora do Banco Central	2.293	31.527	706.623	2.119.311	3.061.352
Dívida Bancária	(903)	(7.979)	(91.111)	(1.483.584)	(2.548.271)
Arrecadação a Recolher	(11)	(182)	(2.485)	(44.960)	(359.881)
Provisões Sociais	(101)	(142)	(1.389)	(93.363)	(265.593)
Agências Descentralizadas	203	1.686	24.055	264.322	440.270
Aviso MF 30	(1.331)	(17.489)	(291.074)	(4.000.500)	(7.601.052)
Títulos Estaduais e Municipais	(533.638)	(1.015.444)
Base Monetária	504	3.637	67.435	1.621.272	2.474.835
Depósitos em CC&F no BCB (Lei 8.024)	3.673.635	6.590.240
DER
Outros Depósitos no BCB	608	681	21.513	358.118	1.693.010
Cedidos do BCB às Inst. Financeiras	(79)	(237)	(11.593)	(433.792)	(1.151.313)
Débitos Contas	2.314	606	28.588	186.487	350.689
Governos Estaduais e Municipais	3	9	31	118	201	1.185	13.249	270.116	4.398.681	8.582.463
Dívida Mob. Fora do BCB	400	3.834	119.627	1.059.114	1.975.589
Dívida Mobiliária no BCB	533.638	1.015.444
Dívida Bancária	730	7.617	115.363	2.294.490	4.565.923
Arrecadação a Recolher	(13)	(93)	(1.973)	(18.349)	(33.485)
Depósitos a Vista	(90)	(47)	(9.710)	(209.979)	(293.495)
Aviso MF 30	158	2.438	46.809	739.777	1.352.487
Empresas Estatais	5	17	55	217	383	2.177	28.055	439.676	6.204.994	11.849.058
Dívida Bancária	1.173	12.137	171.124	2.380.684	4.631.199
Depósitos a Vista	(38)	(236)	(2.197)	(47.313)	(108.893)
Empréstimos e Fornecedores	25	387	11.035	180.484	295.133
Debentures	1.422	30.082	579.228	1.107.780
Carteira Emp. Estatais	(154)	(706)	(14.633)	(148.812)	(326.726)
Aviso MF 30	1.171	15.051	244.265	3.260.723	6.250.565
Financiamento Externo	12	61	200	730	1.216	6.611	64.170	991.344	15.339.498	27.131.603
Governo Federal e Banco Central	4	27	82	270	559	3.591	37.101	613.778	9.334.997	16.671.767
Governos Estaduais e Municipais	1	3	11	49	76	353	3.506	46.440	734.715	1.318.079
Empresas Estatais	7	31	107	411	581	2.667	23.563	331.126	5.269.786	9.141.757

Fonte: Banco Central do Brasil/DEPEC

10. Balanço de Pagamentos do Brasil 1/

										US\$ milhões	
Item	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990 2/	1991	
										Jan/Set 2/	Ano 3/
A. Balança Comercial	780	6 470	13 089	12 486	8 304	11 172	19 184	16 120	10 990	9 060	11 300
Exportações	20 175	21 899	27 005	25 639	22 348	26 224	33 789	34 383	31 414	23 994	32 210
Importações	19 395	15 429	13 916	13 153	14 044	15 052	14 605	18 263	20 424	14 934	20 910
B. Serviços	(15 527)	(12 720)	(12 743)	(12 334)	(13 246)	(12 061)	(14 389)	(14 800)	(14 025)	(9 266)	(14 220)
Fatores	(12 878)	(11 152)	(11 495)	(11 347)	(11 578)	(10 474)	(12 226)	(13 106)	(11 353)	(7 009)	(11 100)
Juros	(11 353)	(9 555)	(10 303)	(9 659)	(9 327)	(8 792)	(9 832)	(9 633)	(8 906)	(5 758)	(9 250)
Outros	(1 525)	(1 597)	(1 292)	(1 688)	(2 251)	(1 682)	(2 394)	(3 473)	(2 447)	(1 251)	(1 840)
Não Fatores	(2 649)	(1 568)	(1 248)	(987)	(1 668)	(1 587)	(2 163)	(1 694)	(2 672)	(2 257)	(1 120)
C. Transferências Unilaterais	(8)	108	171	150	86	70	94	244	834	1 069	1 200
D. Transações Correntes (A + B + C)	(14 755)	(6 142)	517	302	(4 856)	(819)	4 889	1 564	(2 201)	863	(1 720)
E. Capital	6 255	3 478	6 114	117	1 171	(1 363)	2 921	(4 179)	(4 778)	(5 709)	(3 944)
Investimento Direto	991	664	1 076	720	(263)	531	2 269	125	0	284	40
Financiamentos	2 492	3 662	4 220	3 012	3 571	2 060	2 499	2 109	2 613	1 726	2 940
Amortizações 4/	(8 098)	(10 061)	(7 816)	(10 160)	(13 126)	(13 503)	(15 226)	(33 985)	(7 776)	(6 056)	(8 011)
Empréstimos 4/	11 615	11 463	12 712	8 950	10 398	9 723	12 934	29 167	1 671	2 306	1 400
Outros (Incl. Curto Prazo)	(845)	(2 250)	(4 078)	(2 405)	591	(174)	445	(1 595)	(1 286)	(3 969)	(2 663)
F. Erros e Omissões	(368)	(670)	403	(405)	56	(805)	(833)	(776)	(31)	1 056	0
G. Saldo do Balanço de Pagamentos (D + E + F)	(8 868)	(3 334)	7 034	14	(3 629)	(2 987)	6 977	(3 391)	(7 010)	(3 790)	(5 664)
H. Financiamento do Resultado	8 868	3 334	(7 034)	(14)	3 629	2 987	(6 977)	3 391	7 010	3 790	5 664
Haveres	4 542	24	(7 027)	457	3 836	(1 015)	(1 249)	(887)	(481)	1 733	1 484
Obrigações — FMI	544	2 152	1 796	(63)	(613)	(1 146)	(456)	(852)	(741)	(381)	(652)
Obrigações de Curto Prazo 5/	3 782	(1 182)	498	(408)	406	1 005	(1 129)	1 141	87	(816)	(770)
Atrasados	—	2 340	(2 301)	—	—	4 143	(4 143)	3 989	8 145	3 254	5 602

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ O balanço de pagamentos tal como apresentado, só se encontra disponível a partir de 1982

2/ Preliminar

3/ Estimativa

4/ Inclui valores refinanciados junto ao Clube de Paris, até mar /90, e junto a bancos, até dez /89.

5/ Inclui a reclassificação das obrigações refinanciáveis junto ao Clube de Paris, depositadas no Banco Central em 1987 e refinanciadas em 1988 (US\$ 1 175 milhões).

11. Exportações Brasileiras — FOB

Item	Valor em US\$ milhões											
	Volume em mil toneladas											
	1986		1987		1988		1989		1990		1991	
Item	Valor		Valor		Valor		Valor		Valor		Valor	
	Valor	Volume	Valor	Volume	Valor	Volume	Valor	Volume	Valor	Volume	Valor	Volume
TOTAL	22 348	133 833	26 224	142 378	33 789	169 666	34 383	177 033	31 414	167 863	28 519	157 902
Produtos Primários	7 280	107 972	8 022	115 401	9 411	135 477	9 549	144 117	8 748	138 319	7 998	130 481
Açúcar Demerara	141	904	134	908	166	892	114	433	289	825	214	638
Café em Grão	2 006	478	1 959	988	2 009	904	1 560	949	1 106	853	947	739
Cacau em Amêndoas	273	135	266	143	215	134	134	107	128	118	105	98
Minério de Ferro	1 615	91 135	1 615	95 332	1 891	112 815	2 233	118 475	2 407	113 511	2 283	107 920
Minério de Manganês	31	760	28	716	45	1 048	63	1 035	83	924	79	858
Fumo em Folhas	394	149	405	147	511	171	512	164	551	156	512	147
Farelo de Soja	1 253	6 952	1 450	7 802	2 023	8 127	2 136	9 871	1 610	8 744	1 482	8 060
Outros Minérios Metalúrgicos	83	3 066	75	2 821	133	4 712	145	4 691	164	5 529	143	4 819
Soja	242	1 198	570	3 024	728	2 597	1 154	4 618	910	4 076	887	3 977
Outros	1 242	3 195	1 520	3 520	1 690	4 077	1 498	3 774	1 500	3 583	1 346	3 227
Produtos Industrializados	14 895	24 687	18 014	25 890	24 079	32 501	24 441	31 659	22 118	28 338	20 058	26 307
Semimanufaturados	2 491	7 476	3 175	8 462	4 892	10 408	5 807	13 383	5 107	12 372	4 654	11 529
Alumínio em Bruto	350	297	587	397	1 072	469	841	419	875	545	776	485
Pasta Química de Madeira	319	862	394	800	618	1 044	677	986	592	1 026	561	957
Semimanufaturados de Ferro e Aço	414	2 442	460	2 653	878	4 066	1 356	5 336	753	3 404	712	3 218
Outros	1 408	3 875	1 734	4 612	2 324	4 829	2 933	6 642	2 887	7 397	2 605	6 869
Manufaturados	12 404	17 211	14 839	17 428	19 187	22 093	18 634	18 276	17 011	15 966	15 904	14 778
Açúcar Refinado	190	1 196	160	1 095	162	781	158	504	186	577	179	554
Calçados, suas Partes e Componentes	1 026	68	1 169	67	1 281	72	1 312	82	1 184	72	1 092	67
Caldeiras, Apar. e Instr. Mecânicos	1 472	305	1 634	356	2 291	467	2 723	554	2 480	503	2 236	446
Gasolina	385	2 703	629	3 802	589	3 846	520	2 906	376	1 504	373	1 503
Máquinas e Aparelhos Elétricos	771	85	889	87	970	109	1 076	124	1 014	106	927	96
Material de Transporte	1 569	386	2 775	587	3 054	646	2 995	576	2 146	395	1 927	356
Papel e suas Manufaturas	347	692	365	609	684	1 104	609	899	613	955	557	869
Produtos Químicos Orgânicos	512	941	611	1 079	870	1 191	792	1 049	742	1 026	658	933
Produtos Siderúrgicos Manufaturados	1 179	3 797	1 060	3 200	2 353	6 165	1 842	3 992	1 644	3 929	1 530	3 681
Suco de Laranja	678	803	830	755	1 144	664	1 019	724	1 468	955	1 396	872
Outros	4 275	6 235	4 717	5 791	5 789	7 048	5 588	6 866	5 158	5 944	4 529	5 401
Transações Especiais	173	1 174	188	1 087	299	1 688	393	1 257	548	1 206	463	1 112

Fonte: DECEX.

12. Importações Brasileiras

Valor em US\$ milhões
Volume em mil toneladas

Item	1980		1981		1982		1983		1984		1985	
	Valor	Volume	Valor	Volume	Valor	Volume	Valor	Volume	Valor	Volume	Valor	Volume
TOTAL	22.955	71.855	22.091	64.066	19.395	60.718	15.429	55.056	13.916	53.988	13.153	48.870
Bens de Consumo	1.315	625	989	424	1.002	419	796	385	702	416	795	414
Alimentos	553	602	378	402	346	395	249	366	226	393	239	393
Vestuário	33	5	45	7	67	8	78	7	133	15	89	11
Outros	729	18	566	15	589	16	469	12	343	8	467	10
Matérias-primas	10.59	19.931	5.739	15.035	4.664	13.165	3.521	9.973	3.718	12.270	3.702	11.661
Trigo	890	4.755	832	4.360	762	4.224	727	4.182	755	4.868	591	4.041
Fertilizantes e Adubos	620	4.566	353	2.650	239	2.655	136	1.744	246	2.628	231	2.486
Produtos Químicos	2.276	3.490	1.626	1.741	1.446	1.576	1.199	914	1.220	1.330	1.265	908
Pasta, Madeira, Celulose e Obras	246	332	214	283	198	247	160	556	136	213	119	149
Obras de Plásticos e Borrachas	453	235	371	164	312	140	168	244	307	142	331	162
Ferro Fundido e Aço	591	732	735	1.054	431	527	303	127	159	147	174	245
Metais Não-ferrosos	823	380	497	241	422	246	175	86	232	140	220	141
Outros	1.160	5.441	1.111	4.542	854	3.550	653	2.120	663	2.802	771	3.529
Combustíveis e Lubrificantes	10.200	50.933	11.340	48.266	10.457	46.903	8.607	44.496	7.345	41.054	6.176	36.523
Petróleo e Derivados	9.844	45.752	11.006	43.553	10.120	42.437	8.179	37.942	6.867	32.758	5.694	28.040
Outros	356	5.181	334	4.713	337	4.466	428	6.555	478	8.296	482	8.483
Bens de Capital	4.381	366	4.023	341	3.272	231	2.505	201	2.151	248	2.480	272
Material de Transporte	843	76	581	68	446	36	611	86	503	134	508	135
Máquinas e Material Elétrico	3.538	290	3.442	273	2.826	195	1.894	115	1.648	114	1.972	137

Fonte: Banco Central do Brasil.

12. Importações Brasileiras

Valor em US\$ milhões
Volume em mil toneladas

Item	1986		1987		1988		1989		1990		1991	
	Valor	Volume	Valor	Volume	Valor	Volume	Valor	Volume	Valor	Volume	Valor	Volume
TOTAL	14.044	60.605	15.052	61.975	14.605	58.085	18.263	57.293	20.661	57.212	18.517	51.518
Bens de Consumo	1.999	1.369	1.522	841	1.373	473	2.619	1.135	2.749	1.813	2.485	1.513
Alimentos	1.098	1.321	643	795	376	437	1.249	1.080	1.379	1.763	1.216	1.470
Vestuário	199	34	223	33	196	20	412	39	321	29	283	25
Outros	702	14	656	13	801	16	958	16	1.089	21	986	18
Matérias-primas	5.041	18.109	4.863	16.108	4.901	10.413	6.342	11.601	6.577	13.241	5.994	11.967
Trigo	248	2.255	250	2.749	97	941	211	1.308	295	1.962	334	1.859
Fertilizantes e Adubos	295	3.765	317	3.815	313	3.208	282	2.633	319	3.007	296	2.781
Produtos Químicos	1.868	2.161	1.942	2.420	2.078	2.006	2.469	1.881	2.631	2.404	2.410	2.109
Pasta, Madeira, Celulose e Obras	192	296	269	348	269	247	401	445	394	407	346	349
Obras de Plásticos e Borrachas	417	191	276	224	224	535	629	262	668	277	604	249
Ferro Fundido e Aço	323	1.068	286	682	263	228	420	652	373	337	333	317
Metais Não-ferrosos	275	181	369	281	118	441	128	412	130	380	122	392
Outros	1.423	8.192	954	5.608	1.376	3.130	1.489	4.292	1.485	4.717	1.331	4.181
Combustíveis e Lubrificantes	3.540	40.793	4.709	44.754	4.136	46.966	4.430	44.326	5.363	41.899	4.768	37.804
Petróleo e Derivados	3.020	31.522	4.123	33.222	3.515	35.040	3.753	32.457	4.734	30.809	4.223	28.290
Outros	520	9.271	586	11.532	621	11.926	677	11.869	629	11.090	545	9.514
Bens de Capital	3.464	334	3.958	272	4.195	233	4.872	231	5.932	259	5.380	234
Material de Transporte	750	180	947	109	525	63	693	49	756	49	660	42
Máquinas e Material Elétrico	2.714	154	3.011	163	3.670	170	4.179	182	5.176	210	4.720	192

Fonte: Banco Central do Brasil.

13. Petróleo Bruto e Derivados

Item	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991 1/
Petróleo Bruto												
Produção Nacional (Mil b/d)	187	220	268	339	474	563	593	590	576	616	653	645
Importações (Mil b/d)	869	845	798	729	649	545	601	624	639	592	571	512
US Milhões	9 372	10 604	9 566	7 822	6 735	5 418	2 786	3 859	3 194	3 390	4 354	3 124
US\$ b	29 47	34 38	32 84	29 40	28 35	27 24	12 70	16 94	13 66	15 70	20 90	18 27
Exportações (Mil b/d)	—	15	22	1	—	—	—	—	—	—	—	—
US Milhões	—	178	270	13	—	—	—	—	—	—	—	—
US\$ b	—	32 56	31 51	28 00	—	—	—	—	—	—	—	—
Derivados de Petróleo												
Importações (Mil b/d)	44	28	69	31	14	36	44	52	86	80	90	104
US Milhões — FOB	472	402	554	357	131	276	234	264	321	364	380	424
US\$ b	29 90	39 32	22 01	31 55	25 57	21 00	14 57	13 91	10 20	12 41	11 58	17 96
Exportações (Mil b/d)	37	81	108	120	184	169	131	149	155	129	88	71
US Milhões	350	966	1 149	1 121	1 793	1 606	674	930	876	832	673	467
US\$ b	25 85	32 67	29 15	25 59	26 62	26 04	14 10	17 10	15 42	17 64	20 90	19 69
Produção Nacional Aparente (%)	17,59	22,07	26,67	34,66	49,74	57,74	53,57	52,82	50,26	51,15	53,26	54,20
Total Importação Petróleo e Derivados — US milhões	9 844	11 006	10 120	8 179	6 866	5 694	3 020	4 123	3 515	3 754	4 734	3 748
Total Importações de Petróleo e Derivados Importações	42 88	49 82	52,18	53,01	49,34	43 29	21,50	27,39	24 07	20,56	22 91	19,46
Total Importações de Petróleo e Derivados Exportações	48,90	47 25	50,16	37,35	25,42	22 21	13,51	15 72	10,40	10 92	15 07	12,87

Fonte: PETROBRAS, DECEX e Banco Central do Brasil.

1/ Período jan.-nov.

14. Intercâmbio Comercial do Brasil

US\$ milhões

Item	1980		1981		1982		1983		1984		1985	
	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.
Total	20.132	22.955	23.293	22.091	20.175	19.395	21.899	15.429	27.005	13.916	25.639	13.153
Total, exclusive OPEP	18.619	13.916	20.854	12.501	18.285	10.713	19.894	8.946	24.530	8.348	22.003	8.480
AELC	577	651	499	628	491	646	544	460	679	321	661	294
Aladi	3.178	2.087	3.732	2.133	2.318	2.073	1.691	1.471	2.323	1.597	1.816	1.350
Argentina	1.092	757	880	587	666	550	655	358	853	511	548	469
Chile	451	435	641	305	289	312	193	164	281	225	238	216
Uruguai	311	196	373	178	138	151	104	131	136	123	140	140
Paraguai	409	92	450	191	324	167	233	32	333	40	302	75
México	470	431	643	784	324	789	173	709	285	630	222	360
Outros	445	176	745	88	577	104	333	77	435	68	366	70
Canada	243	814	290	534	231	452	312	493	408	510	428	398
CEE	6.141	3.750	6.409	3.115	5.881	2.550	6.320	1.946	6.815	1.772	6.896	1.937
República Federal da Alemanha	1.337	1.594	1.317	1.076	1.147	858	1.131	705	1.256	629	1.309	664
Países Baixos	1.150	237	1.470	205	1.142	135	1.254	160	1.361	142	1.558	164
Italia	979	374	961	605	992	479	977	213	1.115	203	1.150	188
Reino Unido	550	438	735	333	675	243	719	229	708	278	632	251
França	822	665	851	597	883	560	891	456	836	371	800	302
Bélgica	356	158	413	130	414	140	503	74	638	78	577	75
Espanha	521	198	372	94	371	88	527	70	495	36	533	54
Outros	426	86	290	75	257	47	318	39	406	35	337	39
Comecom	1.307	249	1.699	242	1.191	463	1.442	503	1.359	420	1.032	334
EUA	3.510	4.101	4.111	3.504	4.034	2.861	5.063	2.409	7.710	2.297	6.956	2.602
Japão	1.232	1.066	1.220	1.240	1.294	881	1.433	561	1.515	553	1.398	550
Demais Países	2.431	1.198	2.894	1.105	2.845	787	3.089	1.103	3.721	878	3.816	912
OPEP	1.513	9.039	2.439	9.590	1.890	8.682	2.005	6.483	2.475	5.568	2.636	4.673

Fonte: Banco Central do Brasil.

14. Intercâmbio Comercial do Brasil

US\$ milhões

Item	1986		1987		1988		1989		1990		1990-Jan./Nov.		1991-Jan./Nov.	
	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.
Total	22.348	14.044	26.224	15.052	33.789	14.605	34.383	18.263	31.414	20.661	28.520	18.617	29.115	19.263
Total, exclusive OPEP	2.055	11.533	24.223	11.640	31.703	11.561	32.559	14.695	29.616	16.230	26.947	14.585	27.322	16.083
AELC	646	644	593	652	539	742	559	939	622	954	562	884	488	895
Aladi	2.040	1.710	2.497	1.604	3.068	1.707	3.049	3.110	2.792	3.196	2.484	2.880	3.900	2.933
Argentina	678	737	832	580	975	707	710	1.239	639	1.412	553	1.217	1.308	1.494
Chile	246	278	355	353	541	349	693	515	484	485	432	446	602	463
Uruguai	203	301	268	247	321	314	334	596	295	585	262	553	325	408
Paraguai	289	150	289	66	341	117	321	359	379	330	333	318	450	202
México	156	151	171	214	274	116	431	194	505	190	465	171	669	182
Outros	468	93	582	144	616	104	560	207	490	194	439	175	546	184
Canadá	436	434	562	410	874	419	886	456	522	406	479	370	414	472
CEE	5.869	3.174	6.941	3.364	9.342	3.227	9.937	3.736	9.852	4.232	8.924	3.843	9.069	4.279
República Federal da Alemanha	1.099	1.285	1.229	1.449	1.424	1.435	1.583	1.483	1.788	1.754	1.613	1.597	1.950	1.741
Países Baixos	1.299	253	1.608	287	2.583	244	2.671	359	2.495	336	2.215	313	1.997	320
Itália	910	349	1.270	333	1.378	289	1.655	436	1.596	649	1.466	589	1.261	712
Reino Unido	646	346	756	379	1.065	403	1.032	433	945	416	856	382	986	418
França	718	569	678	601	850	574	916	529	902	573	816	504	813	552
Bélgica	484	103	611	128	921	129	967	212	980	168	907	153	959	200
Espanha	447	82	444	107	749	88	697	116	704	211	657	193	654	212
Outros	266	187	345	80	372	65	416	168	442	125	394	112	449	124
Comunidade	863	400	1.344	396	1.043	320	992	323	704	359	649	309	415	325
ELA	6.306	3.228	7.325	3.187	8.714	3.121	8.014	3.922	7.675	4.412	6.967	3.981	5.775	4.508
Japão	1.514	882	1.676	843	2.271	960	2.312	1.204	2.350	1.247	2.188	1.131	2.416	1.086
Demais Países	2.876	1.061	3.285	1.184	5.852	1.065	6.810	1.005	5.099	1.424	4.694	1.187	4.845	1.585
OPEP	1.798	2.511	2.001	3.412	2.086	3.044	1.824	3.568	1.798	4.431	1.573	4.032	1.793	3.180

Fonte: Banco Central do Brasil.

14. Intercâmbio Comercial do Brasil

US\$ milhões

Item	1986		1987		1988		1989		1990		1990-Jan./Nov.		1991-Jan./Nov.	
	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.
Total	22.348	14.044	26.224	15.052	33.789	14.605	34.383	18.263	31.414	20.661	28.520	18.617	29.115	19.263
Total, exclusive OPEP	2.055	11.533	24.223	11.640	31.703	11.561	32.559	14.695	29.616	16.230	26.947	14.585	27.322	16.083
AELC	646	644	593	652	539	742	559	939	622	954	562	884	488	895
Aladi	2.040	1.710	2.497	1.604	3.068	1.707	3.049	3.110	2.792	3.196	2.484	2.880	3.900	2.933
Argentina	678	737	832	580	975	707	710	1.239	639	1.412	553	1.217	1.308	1.494
Chile	246	278	355	353	541	349	693	515	484	485	432	446	602	463
Uruguai	203	301	268	247	321	314	334	596	295	585	262	553	325	408
Paraguai	289	150	289	66	341	117	321	359	379	330	333	318	450	202
México	156	151	171	214	274	116	431	194	505	190	465	171	669	182
Outros	468	93	582	144	616	104	560	207	490	194	439	175	546	184
Canadá	436	434	562	410	874	419	886	456	522	406	479	370	414	472
CEE	5.869	3.174	6.941	3.364	9.342	3.227	9.937	3.736	9.852	4.232	8.924	3.843	9.069	4.279
República Federal da Alemanha	1.099	1.285	1.229	1.449	1.424	1.435	1.583	1.483	1.788	1.754	1.613	1.597	1.950	1.741
Países Baixos	1.299	253	1.608	287	2.583	244	2.671	359	2.495	336	2.215	313	1.997	320
Itália	910	349	1.270	333	1.378	289	1.655	436	1.596	649	1.466	589	1.261	712
Reino Unido	646	346	756	379	1.065	403	1.032	433	945	416	856	382	986	418
França	718	569	678	601	850	574	916	529	902	573	816	504	813	552
Bélgica	484	103	611	128	921	129	967	212	980	168	907	153	959	200
Espanha	447	82	444	107	749	88	697	116	704	211	657	193	654	212
Outros	266	187	345	80	372	65	416	168	442	125	394	112	449	124
Comunidade	863	400	1.344	396	1.043	320	992	323	704	359	649	309	415	325
ELA	6.306	3.228	7.325	3.187	8.714	3.121	8.014	3.922	7.675	4.412	6.967	3.981	5.775	4.508
Japão	1.514	882	1.676	843	2.271	960	2.312	1.204	2.350	1.247	2.188	1.131	2.416	1.086
Demais Países	2.876	1.061	3.285	1.184	5.852	1.065	6.810	1.005	5.099	1.424	4.694	1.187	4.845	1.585
OPEP	1.798	2.511	2.001	3.412	2.086	3.044	1.824	3.568	1.798	4.431	1.573	4.032	1.793	3.180

Fonte: Banco Central do Brasil.

15. Endividamento Externo Bruto

Saldo em US\$ milhões												
Item	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1991 Jun	
Divida Registrada no Banco Central	53.847	61.411	70.197	81.319	91.091	95.857	101.759	107.514	102.555	99.285	96.546	89.893
Empréstimo do FMI	—	—	544	2.648	3.967	4.608	4.490	3.938	3.075	2.439	2.206	1.416
USAID — «Empréstimos Program»	512	490	470	449	430	410	388	372	347	340	340	340
Bônus	3.286	2.896	2.610	2.226	1.737	1.919	1.901	1.589	1.586	1.126	1.147	1.219
Financiamentos de Importações	12.108	12.881	13.520	16.242	18.379	22.630	27.713	33.609	33.031	34.251	34.912	31.096
Entidades Internacionais	3.485	3.583	3.847	4.324	5.714	7.411	9.059	10.027	10.195	11.514	12.081	10.924
BIRD	2.246	2.264	2.341	2.588	3.905	5.057	6.367	6.932	6.946	8.310	8.591	7.744
BID	1.047	1.071	1.202	1.367	1.397	1.920	2.071	2.405	2.591	2.380	2.624	2.402
CFI	192	248	301	303	285	279	231	222	252	405	474	473
Outras	—	—	1	66	127	155	390	468	406	419	390	295
Agências Governamentais	2.973	3.404	3.690	4.405	6.173	7.792	10.225	12.670	13.003	13.380	12.847	10.565
USAID — «Empréstimos Projeto»	538	529	519	518	466	476	460	488	476	462	456	455
USAID — Lei n° 480, Trigo (VI, VII e VIII Acordos)	64	57	50	44	37	30	23	18	14	14	14	14
Trigo — Outros Financiadores	450	510	839	1.168	1.375	1.125	697	661	444	97	70	66
Eximbank — EUA	931	955	934	981	789	674	633	532	457	355	335	294
Eximbank — Japão	489	508	477	502	384	349	510	602	523	370	356	326
Kreditanstalt für Wiederaufbau	498	624	613	722	644	796	1.167	1.503	1.398	1.527	1.661	1.488
OPIC	3	2	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Outros	—	219	256	469	2.477	4.341	6.734	8.865	9.690	10.554	9.752	8.317
Outros Créditos de Fornecedores	5.650	5.894	5.983	7.513	6.492	7.427	8.429	10.912	9.833	9.357	10.024	9.207
Divida Pública Consolidada	4	3	2	2	1	1	0	0	0	0	0	0
Empréstimos em Moeda	37.819	44.984	52.915	59.633	66.467	66.195	67.185	67.938	64.458	61.082	57.856	55.783
Resolução n° 63, de 21.08.67	9.924	13.456	16.145	15.115	13.630	11.379	8.772	6.831	4.317	2.604	2.036	1.739
Instrução n° 289, de 14.01.65	9	8	7	7	7	7	7	8	8	8	8	8
Lei n° 4.131, de 01.09.62	27.886	31.520	36.763	44.511	52.830	54.809	58.406	61.099	60.133	58.470	55.812	54.046
Empréstimos Diversos	168	157	136	119	110	94	82	68	58	47	45	39
Divida Não-Registrada	10.397	12.552	15.106	12.237	10.948	9.268	9.286	13.660	10.914	15.811	24.483	25.775
Linhas de Crédito de Importação de Petróleo	4.694	4.951	4.059	3.638	3.309	2.880	2.493	2.160	1.931	1.359	910	341
Outras Linhas de Crédito	537	655	627	439	370	148	798	963	1.212	1.369	1.613	1.261
Bancos Comerciais	4.966	6.586	6.404	5.520	6.870	6.006	5.459	5.905	6.635	7.228	8.352	8.283
Operações Especiais	200	360	4.016	2.640	399	234	536	4.632	1.136	5.855	13.608	15.910
Pagamentos em Atraso	—	—	—	2.340	—	—	—	3.428	—	3.989	11.817	14.485
Clube de Paris em Trânsito e Outros	200	360	4.016	300	399	234	536	1.204	1.136	1.866	1.791	1.425
Divida Total	64.244	73.963	85.303	93.556	102.039	105.125	111.045	121.174	113.469	115.096	121.029	115.668

Fonte: Banco Central do Brasil

16. Indicadores de Endividamento

Valores em US\$ milhões												1991 Jun.
Item	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	
1 Serviço da Dívida	14.115	17.800	20.611	21.319	21.791	12.793	17.762	9.762	19.377	12.819	8.236	4.835
1.1 Juros	7.457	10.305	12.211	12.612	12.135	10.518	10.062	5.543	13.836	7.237	3.771	2.458
1.2 Amortizações	6.658	7.495	8.079	8.707	9.656	2.275	7.700	4.219	5.541	5.582	4.465	2.377
2. Dívida Registrada Bruta	53.847	61.411	70.197	81.319	91.091	95.857	101.759	107.514	102.555	99.285	96.546	89.893
3 Reservas Internacionais	6.913	7.507	3.994	4.563	11.995	11.608	6.760	7.458	9.140	9.679	9.973	10.401
4 Dívida Líquida (2 — 3)	46.934	53.904	66.203	76.756	79.096	84.249	94.999	100.056	93.415	89.606	86.573	79.492
5. Dívida de Curto Prazo Bruta	10.397	12.552	15.106	12.237	10.948	9.268	9.286	13.660	10.914	15.811	24.483	25.775
6 Dívida Total (2 + 5)	64.244	73.963	85.303	93.556	102.039	105.125	111.045	121.174	113.469	115.096	121.029	115.668
7 Exportações	20.132	23.293	20.175	21.899	27.005	25.639	22.348	26.224	33.789	34.383	31.414	16.551
8 PIB	161.854	170.670	182.339	181.776	199.641	223.167	244.690	262.879	273.120	295.676	299.177	...
9 Serviço da Dívida Exportações (%)	70	76	102	58	48	50	62	37	57	37	26	29
10 Serviço da Dívida PIB (%)	9	10	11	7	7	6	6	4	7	4	3	...
11 Dívida Total Exportações (%)	319	318	423	427	378	410	497	462	336	335	385	349
12 Dívida Total PIB (%)	40	43	47	51	51	47	45	46	42	39	40	...

Fonte: Banco Central do Brasil — DEPEC.

17. Indicadores Diversos das Relações Econômico-Financeiras com o Exterior

Item	Valores em US\$ milhões											
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
Taxa de Câmbio — Variações Percentuais												
Compra — Final de Período (%)	54.0	95.1	97.1	289.4	223.6	229.6	42.4	383.6	959.2	1 384.2	1 391.7	533.9
Compra — Média Anual (%)	97.2	76.6	93.2	221.7	217.6	237.9	119.3	189.4	571.9	964.9	2 304.8	503.9
Venda — Final de Período (%)	54.0	95.1	97.7	289.4	223.6	229.6	42.4	383.6	959.2	1 384.2	1 397.3	528.5
Venda — Média Anual (%)	96.9	76.8	93.2	221.7	216.6	237.7	119.4	189.4	571.9	964.9	2 306.5	501.3
Reservas Internacionais ^{1/}												
Caixa	(1 555)	7 522	7 690	4 585	4 433	5 359	7 268	8 751	7 037
Balanco de Pagamentos ^{2/}	6 913	7 507	3 250	3 757	11 033	10 631	5 330	6 799	8 118	8 736	9 175	7 205
Liquidez ^{2/}	6 913	7 507	3 994	4 563	11 995	11 608	6 760	7 458	9 140	9 679	9 973	7 867
Índices de Comércio Exterior (1977 = 100) ^{3/}												
Exportações												
Preços	107	101	95	89	91	86	92	92	101	100	99	..
«Quantum»	152	183	167	191	234	248	204	237	279	279	257	..
Importações Global												
Preços	164	182	176	167	158	149	118	129	141	154	156	..
«Quantum»	115	99	91	76	73	72	97	95	84	97	109	..
Importações Petróleo Bruto												
Preços	226	270	260	235	229	222	103	137	111	128	167	..
«Quantum»	107	104	98	90	80	66	73	76	78	72	70	..
Índices de Relações de Troca (1977 = 100) ^{3/}												
Total	65	55	54	53	58	58	78	71	72	65	63	..
Exclusive Petróleo	78	71	69	64	71	73	78	74	67	62	66	..
Taxas de Juros Internacionais — Médias Anuais (%)												
Libor	13.99	16.77	13.58	9.89	11.21	8.65	6.82	7.31	8.13	9.27	8.32	6.08
Prime NY	15.24	18.83	14.83	10.79	12.05	9.93	8.33	8.20	9.32	10.87	10.01	8.46
Certificados de Depósitos NY	—	14.99	12.13	8.99	10.45	7.92	6.29	6.70	7.53	8.70	7.82	5.65
Federal Funds *	13.10	16.37	12.17	8.93	10.24	8.06	6.79	6.63	7.55	9.22	8.06	5.68

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ — Reservas internacionais: última posição em novembro de 1991.

2/ — A partir de 1986 inclui o Banco do Brasil S.A.

3/ — A partir de 1986, estimativa.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Declaro cumprida a finalidade desta sessão, com a leitura da Mensagem Anual do Excelentíssimo Senhor Presidente da República e instalada, portanto, a 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 49ª Legislatura.

Desejo agradecer, pela presença, ao Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Ibsen Pinheiro, ao Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Sidney Sanches, aos Srs. Ministros de Estado, aos Srs. Presidentes de Tribunais Superiores, aos Srs. Representantes do Corpo Diplomático, aos Srs. Deputados e Senadores, aos Srs. Depu-

tados Estaduais, aos Srs. Deputados Distritais, enfim, aos convidados especiais que abrilhantam esta sessão magna.

Comunico que o Presidente da Câmara dos Deputados convocou, para as 14 horas de hoje, sessão ordinária da Câmara dos Deputados, e o Senado se reunirá a partir das 14h30min.

No salão nobre, o Presidente da Câmara, Deputado Ibsen Pinheiro, e o Presidente do Senado Federal, receberão os cumprimentos de todos os convidados.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 36 minutos.)

Associação Interparlamentar de Turismo
Grupo Brasileiro
Edital de Convocação

Em obediência ao art. 3º, § 3º do Regimento Interno do Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo, convoco Reunião Plenária Extraordinária para o dia 24 de fevereiro de 1992, segunda-feira, às 10.00 horas, na sala nº 02 do 23º andar do Anexo I do Senado Federal com a presença dos membros inscritos segundo o art. 2º daquele Regimento e a Resolução nº 1/83, da Comissão Executiva.

Ordem do dia

- 1) - Eleição do cargo de Presidente da Comissão Executiva, em virtude do afastamento do Titular eleito em abril de 1991.
- 2) - Preenchimento de cargo de Membro Efetivo do Conselho em virtude de vaga por afastamento de titular efetivo.
- 3) - Assuntos de interesse do Grupo Brasileiro da AIDT.

Não havendo número em primeira convocação, fica, desde já, convocada, com qualquer número, nova Reunião Plenária Extraordinária, para as 10.30 horas do mesmo dia e local.

O processo de votação terá o seu encerramento às 15.00 horas.

Brasília, 19 de fevereiro de 1992.


Deputado HENRIQUE EDUARDO ALVES
1º Secretário

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral Cr\$ 5.770,57

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral Cr\$ 5.770,57

J. avulso Cr\$ 117,93

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência — PS-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes — Brasília — DF

CEP: 70160

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações — Coordenação de Atendimento ao Usuário.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 80 PÁGINAS